



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

34ª Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.
23 de Setembro de 2015.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **SR. TARCÍSIO NUNES – (SRHU/MMA) MESTRE DE CERIMÔNIA** – Bom dia
2 senhoras e senhores. Pedimos a todos que ocupem os seus lugares, gostaríamos
3 de dar boas-vindas e agradecer a presença de todos. Para que possamos dar
4 início a nossa 34ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
5 nós gostaríamos de compor a Mesa convidando o senhor Secretário de Recursos
6 Hídricos e Ambiente Urbano e Secretário Executivo do CNRH, Marcelo Medeiros,
7 para presidir a nossa reunião. *(Palmas!)*. Também convidamos a assessora
8 técnica Roseli dos Santos Souza para auxiliar na condução dos trabalhos.
9 *(Palmas!)*. Com a palavra o senhor secretário executivo para a abertura oficial da
10 reunião.

11
12
13 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH)** – Bom
14 dia a todos. Essa reunião, apesar de ser a nossa segunda reunião do ano, ela é
15 Extraordinária, porque nós estamos com os novos conselheiros após o processo
16 seletivo que se encerrou agora no segundo semestre. Então, eu gostaria de dar as
17 boas-vindas aos novos conselheiros que compõem esse Conselho, ao mesmo
18 tempo, eu agradeço a todos os outros conselheiros que não estão mais conosco
19 nesse mandato pelo trabalho prestado até agora. Eu tenho que lembrar aos novos
20 conselheiros que nós precisamos da sua participação efetiva nesse Conselho, não
21 apenas pela presença nesse Plenário, mas também acompanhando as Câmaras
22 Técnicas, as Câmaras Técnicas são os órgãos de assessoramento técnico desse
23 Conselho, a maior parte dos detalhes técnicos, as possibilidades e
24 impossibilidades de proposta são acertadas nas câmaras, e elas são contínuas,
25 por isso eu também peço aos senhores que tenham constância nas Câmaras
26 Técnicas, que mantêm as suas representações o tempo possível, que venham e
27 participem dos trabalhos. Eu gostaria de pedir agora ao Tarcísio que apresente
28 como se estrutura o site do Conselho onde tem a lista dos novos conselheiros.

29
30
31 **O SR. TARCÍSIO NUNES (SRHU/MMA)** – Então, nós temos projetado o site do
32 Conselho: cnrh.gov.br., e os senhores podem clicar na aba Conselho. Então, nós
33 temos aqui a composição do CNRH, como houve uma recente mudança nos
34 membros, no nome dos membros, os senhores podem ter acesso aqui a nova
35 composição do CNRH, constando o nome, a entidade que representa e os
36 contatos. Na página principal do Conselho também os senhores podem ter acesso
37 a agenda do Conselho, aqui nós temos o mês de setembro, mas se clicarmos
38 sobre essa agenda é possível ver também os meses subsequentes. Então,
39 quando clica sobre uma data mostra qual é a reunião daquele dia e é possível
40 escolher também o mês subsequente. Na página principal do Conselho também é
41 possível encontrar o e-mail de contato da Secretaria Executiva do Conselho e
42 também fazer o download do conjunto de normas, aquele que está aqui na
43 entrada do auditório. Então, é possível fazer o download desse conjunto de
44 normas. Como algumas normas foram publicadas posteriormente a essa

publicação, é possível também fazer o download das resoluções, deliberações e moções mais recentes naquela aba: deliberações. Para aqueles que participam de alguma Câmara Técnica, nós temos a listagem das câmaras no canto superior da página e para ter acesso, então, a composição dessas Câmaras Técnicas e aos documentos de reuniões é possível, então, clicar na aba: documentos das reuniões; lista de membros, no caso dos membros de Câmara Técnica; e documentos das reuniões para ter acesso aqueles documentos que foram enviados para cada uma das reuniões dessas Câmaras e caso tenham interesse nos documentos dos anos anteriores basta selecionar, então, o ano. Bom, então isso é um pouco geral do site do Conselho, é muito tranquilo de navegar, os que já são conselheiros há mais tempo já domina o site, mas para aqueles novos, então, é dessa maneira que o site se organiza.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Bom, como é de praxe e está no nosso Regimento, tanto a agenda do dia, quanto os demais documentos que fazem parte dessa pauta foram enviados com 30 dias de antecedência aos Conselheiros. Eu vou pedir agora o Tarcísio que verifique o quórum do Plenário, por favor.

O SR. TARCÍSIO NUNES (SRHU/MMA)– Bom, senhor secretário, nós atingimos o quórum regimental para iniciar a reunião.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado. Então, declaro aberta a sessão. Nós tivemos uma mudança muito grande dentro do Conselho, não tanto por conta das instituições, várias instituições permaneceram após o processo seletivo, até porque nós temos que levar em conta que o Governo Federal se mantém, os Ministérios e as Secretarias especiais continuam mantendo os seus assentos, eventualmente nós trocamos os nomes dos titulares e suplentes. Considerando que teve a seleção para todos os outros setores e pelo Regimento nós nomeamos as pessoas como Conselheiros, nós damos nomes aos titulares, eu vou ler agora a relação dos novos Conselheiros titulares que estão nos segmentos, que foram substituídos. Pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos: Conselheiro Titular de Minas Gerais: Maria de Fátima Chagas Dias Coelho; pelo Paraná: Ricardo J. Soavinski, também membro titular; por Rondônia: José dos Santos, como membro suplente, porque Rondônia não participava do Conselho; por Santa Catarina: Bruno Beilfuss, também como titular; pela Paraíba: João Fernandes da Silva, também titular; pelo Rio de Janeiro, Eliane Barbosa, por Mato Grosso do Sul: Leonardo Costa; pelo Maranhão, que também não participava do Conselho, Carlos Victor Belo de Sousa; por Alagoas: Cláudio Alexandre da Costa; pelo Rio Grande do Norte: José Mairton. Agora pelo segmento de usuários de recursos hídricos. Pelos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Ubiratan,

90 titular; Aparecido Hojaij, também titular; e temos nessa mesma composição é
91 interessante, porque marca a entrada das entidades municipalistas, nós temos a
92 Assemae, a Aesbe, que já participava, e Abcom, então, nós temos o Aparecido, a
93 Juliana e o José Augusto de Gouveia. Para as concessionárias se mantém,
94 indústria se mantém. Pescadores. Pelos comitês, consórcios e associações
95 intermunicipais: Paulo Tinel, Marcos dos Santos, Breno Carone e Ricardo Castro.
96 As organizações técnicas de ensino e pesquisa: Jussara Cabral, Jefferson de
97 Oliveira, também titulares. Pelas organizações não governamentais: Willy de
98 Oliveira, membro titular. Pronto. Eu acabei passando só os titulares. Bom, como
99 eu disse os documentos foram enviados a tempo e aos novos Conselheiros, eu
100 devo lembrar que, por favor, também leiam o Regimento Interno, ele não só traz
101 as regras de trâmite dos documentos dentro desse Conselho, como também traz
102 as regras de participação, tanto no Plenário, quanto no Conselho. Então, eu vou
103 pedir ao Tarcísio que leia agora os procedimentos de comportamento dentro do
104 Plenário.

105
106
107 **O SR. TARCÍSIO (SRHU/MMA)** – Os procedimentos são o seguinte, somente
108 terão direito a voto os Conselheiros titulares, os Conselheiros suplentes com
109 direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes, os
110 Conselheiros suplentes terão direito a voz, os Conselheiros podem delegar a seu
111 critério o uso da palavra para manifestação em Plenário. Os Conselheiros inscritos
112 serão chamados pela ordem de inscrição, farão o uso da palavra por três minutos
113 devendo todos se ater exclusivamente sobre o assunto em discussão. Encerradas
114 as discussões, os resultados obtidos serão submetidos ao Plenário para
115 aprovação. Durante o processo de votação não será concedida a palavra para
116 novos pronunciamentos e nem apartes. A matéria será declarada aprovada ou
117 rejeitada por maioria simples dos membros presentes, ou seja, metade mais um
118 dos votos dos Conselheiros que se encontrem presentes no momento de votação.

119
120
121 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu fui
122 gentilmente lembrado que o setor da indústria também ouve uma mudança. Então,
123 como membro titular agora Maria Cristina Yuan. Bom, a sessão está aberta. Eu
124 tenho que consultar o Plenário sobre a inclusão de matérias que não constam na
125 pauta que foi enviada e devo informar que recebi um requerimento de urgência a
126 pedido da Agência Nacional de Águas. De acordo com o nosso Regimento, eu
127 tenho que proceder, então, a admissibilidade do requerimento da Agência. Como
128 foi apresentado apenas nessa reunião, ele consta no mínimo de quinze
129 assinaturas de Conselheiros. Então, ele é admitido na sessão. Eu vou pedir ao
130 Diretor Paulo Varella, que representa a Agência Nacional de Águas, que
131 apresente os motivos dessa proposta de moção.

134 **O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA)** – Bom dia a todos. Essa proposta
135 e a urgência me parece que tem aí o tamanho da importância do assunto, é que
136 depois de uma longa luta conseguimos no passado tornar não contingenciável o
137 imposto da cobrança direta e depois em um esforço grande também conseguiu se
138 tornar, não contingenciável os recursos aí da recomendação do setor elétrico. A
139 energia chegou gente, agora está correndo um risco aí nessas mudanças a
140 possibilidade de que essa fonte 183 seja trocada, o que traria a perspectiva de
141 que esse recurso não pudesse ser contingenciado. Na verdade, a ANA tomou
142 essa atitude em defesa desse recurso que é todos nós, é o recurso do sistema.
143 Então, nesse momento, nesse ano, nós temos em uma fonte que não pode ser
144 contingenciada, mas a perspectiva se nós não conseguirmos reverter o processo é
145 que essa fonte poderia voltar a ser contingenciada, o que nos parece seria um
146 tremendo retrocesso para o nosso sistema como um todo. Então, a ANA tomou
147 essa posição de trazer, assim que soubemos dessa questão, para que nós,
148 enquanto sistema, pudéssemos pelo menos expressar a posição desse Conselho
149 de repúdio no que nos parece um retrocesso imenso. Ok. Então, essa é a
150 motivação.

151
152
153 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH)** – Como
154 nós só recebemos agora, eu vou ler a proposta de moção. Então, a ementa
155 aprova a moção ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que
156 sejam mantidos o não contingenciamento dos recursos da cobrança previsto na
157 Lei nº 9648, de 27 de maio de 1998, e a fonte de recursos 183, pagamento pelo
158 uso dos recursos hídricos, que compõe a Lei Orçamentária Anual e são essenciais
159 pelo funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
160 Eu vou passar para os considerandos, porque o parte inicial é como todas as
161 moções. Então, considerando os fundamentos e objetivos da Política Nacional de
162 Recursos Hídricos instituídos pela Lei 9433, de 8 de janeiro de 1997.
163 Considerando o posicionamento desse CNRH disposto na Moção nº 53, de 10 de
164 junho de 2010. Considerando a regulamentação disposta no Decreto nº 7402, de
165 22 de dezembro de 2010, que define que a parcela referida no inciso II, do § 1º, do
166 art. 17 da Lei nº 9648, de 27 de maio de 1998, constitui cobrança pelo uso de
167 recursos hídricos. Considerando alteração do texto realização no anexo 3 da
168 PLDO, que é o projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2016, que não
169 considera a regulamentação do Decreto nº 7402, de 22 de dezembro de 2010.
170 Considerando os avanços alcançados com a aplicação dos recursos oriundos da
171 cobrança para o fortalecimento do Singreh e a implementação da Política Nacional
172 de Recursos Hídricos. Considerando o cenário corrente de escassez de recursos
173 hídricos e a possibilidade de agravamento em funções de previsões climáticas.
174 Resolve: aprovar moção dirigida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e
175 Gestão solicitando que sejam mantidos o não contingenciamento dos recursos da
176 cobrança previsto na Lei 9648, de 27 de maio de 1998; e a fonte de recursos 183,
177 pagamento pelo uso dos recursos hídricos que compõe a Lei Orçamentária Anual
178 e são essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos. De acordo com o Regimento, eu abro agora debates sobre a urgência da matéria, após os debates nós iremos entrar no processo de votação para determinar a admissibilidade e se ela for admitida, nós vamos discutir em seguida, logo depois da mudança da ordem do dia. Algum Conselheiro gostaria de se inscrever? Não? Bom, então, eu consulto agora ao Plenário sobre o acolhimento dessa matéria em regime de urgência para que ela possa ser deliberada ainda hoje. Eu vou pedir aos que concordam, por favor, os titulares presentes, se não tiver os titulares, o suplente que o substitui que levante o seu cartão de votação para que possamos conta-los. 41 a favor. Por favor, Conselheiros que sejam contrários ao regime de urgência, por favor, levante o seu cartão de votação. Algum Conselheiro deseja se manter pela abstenção? Por favor, levante o seu cartão de votação. Então, 41, não teve nenhum voto contrário e nenhum se absteve. Então, ela encontra-se aprovada para discussão. Com essa mudança na ordem, eu peço ao Tarcísio que leia a nova ordem do dia.

O SR. TARCÍSIO NUNES (SRHU/MMA) – Ordem do Dia: 1) Aprovação da ata da 33ª Reunião do CNRH. 2) Análise do requerimento de urgência. 3) Deliberações sobre proposta de Resolução que: 3.1) Prorroga até 30 de junho de 2026 a delegação de competência a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; 3.2) Prorroga até 31 de dezembro de 2020 a delegação de competência ao Instituto BioAtlântica, IBIO, para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; 3.3) Prorroga até 31 de dezembro de 2021 a delegação de competência a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo, AGB Peixe Vivo, para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; 3.4) Estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso. 4) Deliberações sobre proposta de moção que: 4.1) Solicita ao Governo do Mato Grosso providências quanto ao conflito de interesse na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do grupo de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica do Rio Paraguai. 5) Apresentações: 5.1) Acompanhamento da situação hídrica do país por representante da Agência Nacional de Águas, ANA; 5.2) Gestão Integrada dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos por representante da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas CTAS do CNRH. Assuntos gerais e encerramento.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado. Eu tenho um informe até antecipado. Ontem me foi comunicado que um dos representantes da OCDE que participou do estudo que foi feito a pedido da Agência Nacional de Águas, que a maior parte dos conselheiros, que já estavam no Conselho vão se lembrar que o Conselho participou da construção desse

estudo, que foi denominado Governança dos Recursos Hídricos do Brasil, nós participamos em várias reuniões com a equipe do OCDE e isso foi lançado agora, tanto pela OCDE, quanto pela ANA no início de setembro e um dos diretores da OCDE entrou em contato comigo ontem, ele se chama Luiz Mello, é o diretor de Governança Pública e Desenvolvimento Territorial da Organização, ele se encontra hoje no Brasil e ele se dispôs a vir hoje aqui ao Conselho fazer uma apresentação sobre o estudo de governança, um resumo do que foi apresentado como as principais conclusões, e como é do interesse do Conselho já que nós participamos e trata do nosso sistema de gestão, nós aceitamos essa oferta. Como não foi feita 30 dias antes, nós não incluímos na pauta, nós ficamos sabendo disso ontem. Então, logo após o encerramento da sessão do Conselho, eu os convido a ficarem e participarem dessa apresentação que deve durar cerca de 20 minutos. De acordo com a nossa pauta, então, eu passo agora a aprovação da ata, nós temos tanto que aprovar a transcrição, quanto o extrato da ata que foi enviado. Eu vou abrir para a manifestação dos Conselheiros quanto a esse ponto, mas tenho que lembrá-los que as modificações são feitas ao extrato da ata; a transcrição nós temos que aceitar somente as mudanças que geralmente ocorrem erros nos nomes e instituições, porque a transcrição, nós gravamos toda a sessão, após a sessão ser gravada, ela é degravada, ela é transcrita *ipsis verbis*, então, ela fica também disponível no site do Conselho junto com o extrato da ata. Além do extrato pode ser solicitado a Secretaria Executiva o áudio das gravações também, dos dias que ocorrem tanto Plenária, quanto Câmaras Técnicas. Eu vou abrir a palavra agora aos Conselheiros que se desejam manifestar quanto as alterações no extrato da ata. Bom, como eu não tenho pedidos, eu vou colocar em votação, então, a aprovação ou rejeição da ata. Eu vou pedir aos Conselheiros que levantem o seu cartão de votação se tiverem de acordo com a transcrição ou extrato, por favor, para que possamos contar. Então, a ata e o extrato consta aprovada por maioria. Nós mudamos, então, por conta da aceitabilidade do requerimento de urgência proposto pela Agência Nacional de Águas. Então, nós vamos discutir agora sobre o requerimento. Nós já tivemos a apresentação da agência, da motivação e lemos o teor do requerimento, o teor da proposta de moção. Então, agora eu abro a palavra aos Conselheiros, aqueles que desejem se manifestar, por favor, se identifiquem e venham a frente falar ao microfone. Bom, como não tem pedido de aparte, vou colocar, então, a matéria em votação. Como nós não tivemos aparte de Conselheiros e não houve pedido de mudança do texto, eu coloco em votação o inteiro teor da proposta, por favor, eu peço aos Conselheiros que estão de acordo com o texto que, por favor, levante o seu cartão de votação para que possamos contar de novo. 39 a favor. Por favor, os Conselheiros que sejam contrários à proposta. Nenhum. Os Conselheiros agora levante o cartão se declararam a abstenção do voto. Também nenhum. Então, a matéria encontra-se aprovada. Tanto o requerimento de urgência, quanto o inteiro teor do texto. Passamos, então, as resoluções que já constavam na pauta, que é o item 4.1, 4.3, são as deliberações sobre a proposta de resoluções que prorrogam as delegações de funções das agências de águas, entidades delegatárias, as três entidades, AGEVAP, AGB Peixe Vivo, IBIO AGB Doce. Tanto a solicitação, quanto

as propostas de Resolução, eles constam do material que foi encaminhado aos Conselheiros, como o assunto é o mesmo a diferença é quanto ao prazo de delegação e a própria entidade delegatória, que vai ser prorrogado o prazo, nós vamos tratar de início como o mesmo assunto e depois passaremos ao tratamento individual durante a votação de cada Resolução. De início, eu peço ao presidente da CTIL que apresente como foi relatado o caso e tratado dentro da CTIL, senhor Júlio Thadeu, por favor.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Bom dia a todos e a todas. Bom, na CTIL essa matéria foi tratada em conjunto, quer dizer, as três propostas de resoluções foram apreciadas em conjunto, porque trata-se do mesmo objetivo variando somente, enfim, a bacia hidrográfica, mas as três tratam do mesmo objetivo. A proposta foi, então, tratada em conjunto. Também na CTIL tiveram alguns questionamentos com relação as informações prestadas, mas aí foi colocada em votação pela CTIL e foi aprovado o encaminhamento das Resoluções com 4 abstenções. Essas abstenções vieram, uma das abstenções veio do setor da indústria, do representante do setor da indústria, que sugeriu isso e foi acatado pela CTIL também, que durante a apresentação das três resoluções, da proposta de resoluções aqui no Plenário a Agência Nacional de Água fizesse uma apresentação mais detalhada do que tinha antes sobre a viabilidade, sobre a possibilidade que essas agências continuem o seu papel de Agência de Bacia. Cabe lembrar também que o acompanhamento a Agência Nacional de Águas acompanha a execução e a viabilidade dessas agências ano a ano através do contrato de gestão. Então, com relação a essa questão não foi a CTIL não viu empecilho de se analisar o que foi proposto com relação a aprovação pela agência. Então, resumindo a CTIL encaminha ao Plenário com parecer favorável para que renove as três agências de bacias.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Durante a CTIL também foi solicitada a Agência Nacional de Água que fizesse um esclarecimento sobre os três pedidos de prorrogação. Então, convido o Diretor Paulo Varella da ANA a tomar o uso da palavra.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA) – Então, para atender o pedido, eu vou passar a palavra para o Vitor que vai fazer a apresentação e já queria encaminhar Marcelo, na sequência, que pudessem ser ouvidos também os presidentes dos comitês que aqui se encontram presentes.

O SR. VITOR SUCUPIRA (ANA) – Bom dia. Alguém pode passar aí para mim, por favor? Ok. Bom dia. Então, atendendo a demanda da CTIL, nós vamos trazer algumas informações acerca da situação de sustentabilidade financeira dessas

entidades, notadamente recursos de despesa, de custeio e de investimento, mas vamos aproveitar também para falar um pouquinho sobre preço, sobre desembolso, vamos apontar aí algumas questões específicas sobre alguns desafios que o sistema tem com relação a essa situação e ao final fazer algumas sugestões aqui para os senhores. Esse é o mapa que mostra onde tem cobrança no Brasil e aí estão as bacias federais, cobranças estaduais, os pontos em vermelho dizem respeito a C-FU na compensação financeira também e cobrança pelo uso de recursos hídricos para geração de energia. E tem uma novidade, esse mapa já está desatualizado para nossa alegria, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, em Tocantins, aprovou a cobrança semana passada, não é isso Marquinhos? Então, esse é o panorama que nós temos hoje no Brasil. Falando um pouco de preço, esse slide mostra os preços para captação, consumo, lançamento e transposição, com exceção do CBH Doce, nós temos, a grande maioria das bacias cobram a captação no preço em torno de um centavo o metro cúbico, nós temos um debate muito intenso, extenso nos comitês de bacia e em geral essa definição de valor fica em torno de um centavo com alguma peculiaridade e se existe algo que custe menos do que um centavo no Brasil é a água para uso especificamente do setor agropecuário que tenha redutores no Paraíba do Sul e no PCJ que reduzem esse valor de duas a vinte vezes, e no São Francisco e no Doce até 40 vezes. Essa evolução do preço unitário para captação, você ver que giram em torno de um centavo, o verde é o Ceivap, o roxo é o PCJ, vermelho é o São Francisco, e o laranja aqui é o Doce. Então, com exceção do Doce que optou por um mecanismo de cobrança progressivo dependendo do desempenho da sua agência há a possibilidade de aumento do PPU e o Doce hoje está na faixa de três centavos. O destaque é que o Paraíba do Sul e PCJ passaram muitos anos com o recurso praticamente congelado. Então, nós temos o Ceivap, por exemplo, doze anos depois de muita discussão o Ceivap aprova o aumento do PPU em torno de 9%, então, o preço público unitário do Ceivap passa de um centavo para 1,09, o que coloca uma necessidade de termos uma discussão mais aprofundada sobre essa situação no Brasil em termos de cobrança. Nós fizemos aqui alguns gráficos e algumas comparações, eu acho que é importante fazer esse registro aqui para o Conselho, entre o preço público unitário e a variação da inflação no período, nós usamos o índice de IGP-DI, se usássemos outro índice de inflação a mudança não seria muito grande, mas, enfim, esse é o gráfico do Paraíba do Sul, aqui a linha de inflação, aqui os preços públicos unitários e o que mostra um defasagem em torno de 70%, considerando só o IGP-DI do período. Essa situação do PCJ, uma defasagem aí em torno de 49%, São Francisco em torno de 57% e o Doce que foi o único que na variação do PPU em função da progressividade fica um pouco acima da inflação acumulada no período em torno de 15%. Essa mostra a arrecadação em 2014, cobrança e arrecadação em 2014, e total. Nós temos uma arrecadação total em torno de 392 milhões de reais, com rendimento esse valor fica próximo de 440 milhões de reais, que é tudo que se cobrou e se arrecadou em termos de cobrança nas bacias federais no Brasil desde o começo em 2003 lá no Ceivap. Esses são os pagadores, em azul o saneamento, o setor de saneamento, que é o que mais

359 contribui aí; em vermelho a indústria, aqui a agropecuária, extração de área,
360 térmicas, enfim, outros pagadores também. Esse gráfico é bem interessante, nós
361 mostramos aqui o desembolso acumulado. Em verde, nós temos o repasse, o que
362 foi repassado mais o rendimento financeiro. Em azul o que foi efetivamente
363 desembolsado . Em amarelo o que está comprometido, entendendo comprometido
364 como aquele recurso ou está contratado e sendo pago regularmente em função de
365 projetos de longo prazo, o Ceivap tem muito disso ainda, ou está em edital, ou
366 sendo contratado para se tornar recurso a ser desembolsado. Então, o que nós
367 observamos aqui no Ceivap é que 95% de todo o recurso repassado, mais o
368 rendimento financeiro para a Bacia do Paraíba do Sul desde 2003 ou está
369 desembolsado, o azul, ou está comprometido. No caso do PCJ esse índice chega
370 a 94%. Então, 94% do que foi repassado mais o rendimento do PCJ ou está
371 desembolsado, o azul aqui um pouco maior do que o Ceivap hoje está
372 comprometido. Esse índice varia para 83% no São Francisco e em torno de 60%
373 na Bacia do Doce, se eu colocar isso numa escala total de tudo aquilo que foi
374 arrecadado com cobrança no Brasil mais o rendimento, eu tenho que 90% desse
375 recurso ou está desembolsado, que é o azul, ou está comprometido que é o
376 amarelo. Nós verificamos que é importante que essa informação venha das
377 próprias entidades e mostra que apesar de haver ainda espaço para evolução, nós
378 verificamos que há uma evolução bastante significativa na situação de
379 desempenho dessas entidades. Essas entidades aprenderam muito, vocês sabem
380 que não é fácil aplicar recurso público, tem toda uma burocracia, uma sistemática
381 de aplicação de recurso, mas o que nós verificamos com satisfação que a situação
382 hoje de desembolso acumulado dessas entidades é muito bom; cai um pouco
383 também aquelas observações que nós escutávamos com bastante propriedade
384 inclusive, de que essas entidades não conseguem desembolsar dinheiro, que o
385 dinheiro está lá parado na conta do banco e sem nenhuma destinação, não é isso
386 que esse gráfico mostra. Esse aqui é o desembolso anual e algumas questões
387 aqui saltam os olhos, quer dizer, aquela crítica que nós sempre fizemos que os
388 setores usuários, com toda razão faziam, que nós também concordávamos e
389 discutíamos nos próprios comitês de bacia de que não há um desembolso anual,
390 não há um desempenho anual dessas entidades, fazia sentido aqui em 2007,
391 2008, nós verificamos que aqui em verde é a AGEVAP , em roxo é o PCJ, em
392 vermelho é o Peixe Vivo, em amarelo o Doce. Então, há uma evolução bastante
393 significativa. Em 2007, 2008 era realmente inadmissível nós aceitarmos um
394 desempenho em torno de 30 a 40% aqui para a AGEVAP e para a PCJ,
395 instituições já com uma bagagem bem consolidada de experiência na aplicação de
396 recurso. Aqui só para registro, essa linha aqui é a linha dos 100%, ou seja, 100%
397 do que foi recebido. Então, aqui em 2007, por exemplo, o PCJ chegou a 30% de
398 desembolso naquele ano em comparação com o recurso que ele recebeu naquele
399 ano para aplicar. Um outro dado interessante que nós extraímos desse gráfico é
400 que as entidades mais novas, como a Peixe Vivo aqui em vermelho e o IBIO em
401 amarelo, aprenderam muito, se apropriaram da experiência das mais veteranas e
402 já iniciaram, já começaram a aplicação dos seus recursos, o desempenho acima
403 daquelas entidades pioneiras assim na aplicação do recurso. Nós temos alguns

404 casos de superação de 100%, quer dizer, com uma entidade gasta mais do que
405 100% do que recebe significa que não está sendo só eficiente, ela está reduzindo
406 um pouco aquele recurso que está comprometido, ela está tendo um desempenho
407 acima do esperado, tracejado e aí vem, aliás, antes disso um outro registro que
408 esse gráfico mostra é a entrada do PAP, o Plano de Aplicação Plurianual, quer
409 dizer, gastar dinheiro, gastar bem recurso pressupõe antes um bom planejamento,
410 nós trabalhamos muito forte com as entidades nesse período aqui 2010, 2011 na
411 implementação do Plano de Aplicação Plurianual, aquilo que as entidades eram
412 obrigadas a fazer em termos de decidir o que fazer com recurso no ano para
413 desembolsar no próprio ano, o PAP traz essa facilidade de permitir com que o
414 planejamento seja mais bem executado e portanto o desembolso seja mais
415 eficiente. Então, há um registro aqui bastante significativo de curvas que começam
416 em um acedente maior em termos de desembolso e a grande informação
417 tracejado aqui é a projeção de desembolso delas para o ano de 2015, para esse
418 ano, vocês veem aqui o destaque a AGEVAP vai bater quase 170% de
419 desembolso nesse ano de 2015, o que é muito bom, mas as outras também estão
420 numa situação bem favorável, o PCJ vai ficar em torno de 90% de desembolso
421 nesse ano de 2015 em comparação ao recurso que ela recebeu em 2015; Peixe
422 Vivo em torno de 80%, deve ser o seu desempenho esse ano; e o IBIO vai ficar
423 em torno de 65 a 70% de desembolso. Então, nós apresentamos essa discussão
424 aqui no seminário recente do próprio Conselho e as pessoas perguntavam: mas
425 Vitor, quando é que vamos chegar há uma situação em que o recurso do ano vai
426 ser todo gasto? Não há essa necessidade de todo ano gastarmos 100% do que
427 recebemos. Mas consideramos bastante razoável e trabalhamos para isso, e as
428 entidades trabalham para isso, e os comitês de bacias também trabalham para
429 isso de que o desempenho anual dessas instituições, ou seja, a aplicação do
430 recurso da cobrança fique em um patamar que consideramos razoável em torno
431 de 65 a 80% de desembolso no ano. Então, isso também traz uma informação
432 importante para o sistema de que temos entidades funcionando e funcionando
433 bem, temos comitês de bacia atuando e atuando bem, tomando boas decisões,
434 definindo, fazendo um bom planejamento do que fazer com os seus recursos e
435 entidades funcionando muito bem. Nós fazemos também alguns registros disso,
436 quer dizer, a aplicação desses valores é uma conquista do sistema realizada por
437 agências, segundo orientações descentralizada e participativas dos comitês de
438 bacia, metas de desembolso são pactuadas, nós temos um trabalho muito próximo
439 dessas entidades, as metas vem sendo alcançadas e superadas com os dois
440 gráficos anteriores mostram, o que significa melhor planejamento é igual ao
441 melhor desembolso, tem evoluído ao longo dos anos e estamos trabalhando no
442 que estamos chamando de uma nova geração de contratos de gestão. Então, os
443 contratos estão sendo renovados, hoje nós vamos renovar a delegação de três
444 entidades, isso pressupõe também novos contratos que serão firmados entre a
445 ANA, as entidades e os comitês, e esses contratos trarão novidades que permitam
446 a manutenção desse desempenho, que estimule o processo de bom planejamento
447 e bom desembolso. Agora, nós entramos na questão que mais demandou essa
448 apresentação, que mais suscitou o debate na CTIL, que é a relação entre receita e

449 despesa. Esse é o gráfico da Gevap e detalhe nós não fizemos esse gráfico, nós
450 pegamos essa informação das próprias entidades que apresentaram esses
451 gráficos em recente seminário realizado na CTCOB. Então, em vermelho nós
452 temos a curva de custo e em azul nós temos a curva de receita, entendendo essa
453 receita como 7,5% que por lei é permitido para que essas entidades retirem do
454 dinheiro recebido com a cobrança para aplicar no seu custeio. Esse pico aqui da
455 AGEVAP diz respeito ao recurso da CSN que estava sendo depositado em juízo e
456 que num determinado ano específico foi todo repassado para a entidade, mas se
457 vocês olharem aqui a curva de receita, ela fica numa reta que faz com que haja
458 em um determinado momento, aqui foi em 2013 para 2014, em que a curva da
459 despesa corta a curva da receita. Vale destacar aí que em 2014 a
460 AGEVAP recebeu da ANA um ponto dois milhões de reais, em 2015 também.
461 Então, aqui o famoso dote, aquele recurso da ANA, o recurso adicional da ANA foi
462 repassado para a AGEVAP para fazer frente a essa situação aqui. Esse é o
463 gráfico da Peixe Vivo, vocês veem que há um pico aqui bastante forte em termos
464 de despesa, isso se justifica inclusive, porque a Peixe Vivo é responsável por uma
465 bacia de 600 mil quilômetros quadrado, tem um gasto bastante expressivo. Esse
466 gasto significa sedes adicionais, o Peixe Vivo tem sede nas regiões fisiográficas
467 da bacia, tem uma equipe, tem uma demanda, o custo de deslocamento da Peixe
468 Vivo para atuar na Bacia do São Francisco é muito grande, uma bacia grande, o
469 que faça com que ela tenha uma despesa bastante alta. E aí há um determinado
470 momento aqui em que a curva da despesa corta a curva de receita e a ANA
471 também entrou com o recurso adicional, o chamado dote, ressaltando aqui que a
472 Peixe Vivo e o IBIO recebem desde o começo, essa é a novidade, desde o
473 começo em 2010 e 2011 recursos adicionais do chamado dote. Mas no momento
474 em que há essa dificuldade, elas receberam recursos adicionais também, a Peixe
475 Vivo recebeu em torno de um milhão, um milhão e pouco, não é isso Alberto? Era
476 para ser em 2014, mas só foi possível passar em 2015, o que faz com que a Peixe
477 Vivo também tenha uma situação um pouco mais equilibrada. Esse é o gráfico do
478 IBIO, a diferença aqui é essa curva verde. O IBIO colocou um saldo, então, aqui
479 em azul é a receita, em vermelho é a despesa e o saldo em verde. Também o
480 IBIO recebeu recursos adicionais num momento em que essas curvas se tocam,
481 mas vale destacar também que todas as entidades trabalham com saldos
482 transferidos e não gastos de custeio de anos anteriores. Então, elas conseguem
483 trabalhar esse equilíbrio entre receita e despesa fazendo isso transferindo o saldo
484 de custeio do ano anterior e também inclusive conseguem retirar 7,5% do
485 rendimento financeiro passando isso para o ano seguinte, e quando há essa
486 situação mais crítica, elas recebem, têm recebido por demandas explícitas
487 recursos adicionais da ANA. Esse aqui é o PCJ. O interessante no PCJ é que não
488 recebeu o dote, não solicitou o dote, mas no momento em que a curva da despesa
489 vai tocar a curva da receita o PCJ aumentou os seus preços públicos limitados.
490 Então, esse aumento aqui significa que o PCJ nesse ano aumentou PPU
491 passando de um centavo para um pouco mais. Vai haver um novo encontro da
492 curva da receita com a despesa, mas isso lá em 2018, o que significa que o PCJ
493 consegue ter um equilíbrio maior nessa equação aí. Já encaminhando para o final,

494 nós fazemos algumas reflexões, eu acho que é importante fazer essas reflexões.
495 A Lei 9433 diz que para se criar uma agência dois requisitos são necessários, a
496 manifestação do respectivo Comitê e a viabilidade financeira assegurada pela
497 cobrança. Os comitês aqui presentes o Ceivap, São Francisco e Doce se
498 manifestaram favoravelmente a renovação das suas instituições, os presidentes
499 vão ter a oportunidade de falar. A análise que nós fizemos sobre a demanda do
500 Conselho para a CTIL ressalta que estão mantidas as condições originais para
501 renovação dessas delegações, quais sejam de acordo com a lei manifeste o
502 desejo dos comitês expressam em deliberações e a manutenção da cobrança nas
503 bacias com a garantia legal de transferência obrigatória dos recursos para as
504 agências. Então, aquilo que a 9433 no começo, lá em 97, dizia que o recurso seria
505 transferido prioritariamente para a bacia onde foi gerado ali com a Lei 10881 essa
506 factibilidade passa a ser uma obrigação. Então, os recursos são obrigatoriamente
507 repassados para as entidades, o que significa que mantidas as condições para
508 renovação, ou seja, continua a existir Comitê; o Comitê de novo deliberou que
509 quer a continuidade da sua agência e a cobrança está garantida pelos próximos
510 anos com a transferência obrigatória de todos os recursos cobrados. A ANA não
511 fica com um centavo desse recurso. Falar de sustentabilidade financeira significa
512 não gastar mais do que se arrecada ou gastar somente o que se pode com o que
513 se recebe, ou seja, manter o custeio equilibrado. Para isso nós reduzimos
514 despesas, ou enquadra a despesa, ou aumenta a receita, ou faz as três coisas ao
515 mesmo tempo, aliás, isso nós fazemos em casa. Eu, por exemplo, tento fazer,
516 mas estou sempre no cheque especial, a diferença é que eu não posso pedir dote
517 para ninguém, mas a situação é essa e é natural isso. Vale ressaltar o seguinte,
518 não há quadro de insolvência hoje nas entidades, num determinado momento há
519 dificuldade de fechar a conta, porque a despesa vai subir todo ano e a receita
520 oriunda do 7,5, ela é de certa forma constante, se não houver aumento de preço
521 não há aumento de receita, mas não há uma situação hoje em que as entidades
522 estejam com o salário atrasado, ou com dívida com fornecedores, ou com aluguel
523 que não pago, ou conta de telefone, enfim, não há essa situação nas quatro
524 bacias com cobrança. E o que é preciso fazer? Essa trilogia aqui de redução de
525 despesa, reenquadramento de despesa e aumento de receita as entidades têm
526 conseguido fazer em parte, elas reduziram os seus custos. A Peixe Vivo, por
527 exemplo, otimizou a sua disponibilidade de sedes regionais, retirou uma série de
528 Penedo e passou para Maceió, enfim, consegue trabalhar, tem conseguido
529 trabalhar essa questão. A Resolução ANA/2018, do final do ano passado, permitiu
530 o reenquadramento de despesa, então, aquelas despesas que eram de
531 funcionamento do Comitê de Bacia que antes eram consideradas como despesas
532 de custeio passam a ser pela Resolução 2018 consideradas despesas de
533 investimento. Então, todo o custo para funcionamento do Comitê sai do 92,5% do
534 investimento da bacia e não mais do 7,5. Então, isso também permite uma sobra,
535 uma folga maior para a entidade com o reenquadramento de despesa, o que falta
536 fazer aumentar a receita. Esse é um ponto importante. De acordo com a lei as
537 despesas não podem passar de 7,5 do total arrecadado, mas o 7,5 de quanto? Eu
538 tenho 7,5 de 20, ou 7,5 de 30, ou 7,5 de 40, ou de 100. O potencial de

539 arrecadação do São Francisco com os preços atuais, eu não estou nem falando
540 de atualização monetária nem nada, se eu, o Anivaldo sabe bem disso, se
541 cobrarmos, por exemplo, na Bahia, se cobrar também em Pernambuco, em
542 Alagoas, eu tenho um aumento considerável da arrecadação do São Francisco.
543 Então, aumento de receita não é somente pensar em aumento de PPU, muita
544 gente acha que nós temos essa fixação, nós na ANA temos essa fixação de
545 aumentar PPU, aumentar PPU é necessário sim, se eu considerar inclusive que
546 eu tenho preços definidos em 2003 que persistem até hoje, não há nenhum ativo
547 econômico que consiga manter dez, doze anos de congelamento de preço, não
548 há. Então, aumentar PPU é importante, mas eu também tenho outras ações a
549 tomar para aumento de receita, uma delas é universalizar a cobrança na bacia,
550 não é justo que o São Francisco, por exemplo, que é uma bacia de 600 mil
551 quilômetros quadrado, seja financiado somente com o recurso da cobrança da
552 União e de Minas Gerais, a Bahia não tem Lei de Cobrança, tem que cobrar no
553 território baiano, nas bacias afluentes do Estado da Bahia, assim como
554 Pernambuco, como Alagoas e como Sergipe. Então, enfim, há aí algumas
555 questões a serem avançadas e antes que o Marcelo me olhe atravessado já estou
556 encaminhando para o final. O que seriam esses desafios? Uma parte já falei, mas
557 aqui voltando a registrar, manter o ritmo de aceleração do desembolso dos
558 recursos arrecadados e para isso nós temos os novos contratos de gestão aí
559 sendo discutidos com os comitês, maior alavancagem de recurso financeiro, isso
560 aumenta a receita, isso é importante; o Doce tem feito isso, o Doce tem trabalhado
561 nisso, o IBIO está buscando outras fontes de financiamento, acesso dos privados,
562 do ente privado com fins lucrativos ao recurso da cobrança. Essa é uma bandeira
563 que o setor usuário tem desde o começo, que os comitês têm desde o começo e
564 que a ANA desde o começo apoia, nós somos favoráveis e sempre fomos
565 favoráveis a isso, nós precisamos encontrar mecanismos para fazer isso para
566 romper essa resistência na medida em que eu tenho condições de, por exemplo,
567 fazer financiamento, usar o dinheiro da cobrança para financiar alguma atividade,
568 eu também estou aumentando a receita. Universalização da receita nos diferentes
569 domínios, é aquilo que acabei de falar com o exemplo do São Francisco, não dá
570 para o São Francisco ser sustentado somente com o recurso da União e de Minas
571 Gerais, é preciso cobrar nas outras bacias. Utilização da cobrança também como
572 instrumento de gestão de demanda, a água é o único ativo que nós conhecemos
573 que o preço não sobe em época de escassez, está uma crise enorme de água no
574 Brasil e o preço é o mesmo, não muda isso, precisamos trabalhar nisso e aumento
575 também de PPU, adequação dos valores e mecanismos de atualização.
576 Trabalhando tudo isso, nós temos condições sim de melhorar essa situação e
577 muito, e fechando, nós deixamos aqui algumas sugestões já ressaltando
578 novamente os contratos que nós estamos discutindo, nós estamos pensando em
579 ter a possibilidade de ofertar bonificações por desempenho das entidades, nós
580 estamos seguindo o bom exemplo da bacia do Doce Leonardo, que lá na sua
581 discussão histórica de cobrança em Governador Valadares optou por partir de um
582 patamar acima de um centavo com recomendações e possibilidades de aumento
583 progressivo desse preço ano a ano com base no bom desempenho da sua

entidade. Então, nós queremos adotar isso como padrão para as outras, enfim, premiar o bom desempenho a entidade que consiga desembolsar em torno de 80 a 100% pode receber um bônus da ANA, recurso adicional da ANA para aplicar no seu custeio para fazer o que achar que deve fazer, nós estamos trabalhando nisso. As delegatárias devem buscar outras fontes, o IBIO já está fazendo isso, está correndo atrás disso e é importante. Os estados têm que participar desse processo e cobrar nos seus domínios, a Bahia tem que cobrar no São Francisco, Pernambuco tem que cobrar no São Francisco, se nós formos discutir cobrança, nós estamos discutindo cobrança no Paranaíba, por exemplo, a maior parte do uso da água na bacia do Paranaíba é de domínio do Estado de Goiás, se o Estado de Goiás não cobrar no seu domínio, nós vamos ter uma cobrança da União de novo sendo utilizada para bancar toda a atividade do Comitê do Paranaíba e todo o investimento necessário para ser feito na bacia com base no plano que foi aprovado. Agora, se Goiás não entrar no jogo, se o Goiás não cobrar o seu território, nós vamos ter a mesma situação recurso limitado, portanto 7,5% limitado e dificuldades de recurso para custeio. Então, clamo aí para que Goiás também entre no jogo e todos os estados que tenham bacias compartilhadas. E por último, eu deixo aqui uma recomendação que o CNRH pode e deve se debruçar nessas questões, o acesso do privado principalmente, e estabelecer mecanismos e regulamentos de atualização desses valores da cobrança pelo uso da água no Brasil e é isso. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado Vitor. (*Palmas!*). Considerando que os pedidos de prorrogação vieram dos próprios comitês, eu vou conceder a palavra aos três representantes dos comitês. Por favor, peço que mantenham o seu argumento no máximo em cinco minutos. Eu chamo primeiro a representante da Ceivap, a Maria Aparecida.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Energisa Geração Rio Grande) – Bom dia a todos. Aparecida Vargas, eu sou membro da Diretoria Colegiada da Ceivap e membro aqui do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Ceivap, como o Vitor já adiantou, foi o precursor, acho que hoje aqui nós temos poucos que participaram dessa discussão, eu estou identificando de cara o Rodrigo Flecha, Cristina Yuan, Patrícia Boson e eu acho que mais ninguém, além de nós quatro, participou desse processo desde 2000, que começamos a discussão, Júlio, desculpa Júlio, desde de 2000 que iniciamos essa discussão e o Ceivap decidiu por criar uma instituição que fosse a sua entidade delegatária ao invés de contratar uma instituição para ser essa entidade. E aí em junho de 2002 o Ceivap aprovou a criação da AGEVAP, como era uma questão muito nova, tudo muito novo para nós na ocasião, aliás, Eliane Barbosa, enquanto INEA também, já naquela ocasião estava conosco na época SERLA, não era INEA. Nós partimos para qual é a formatação dessa instituição que pudesse receber a delegação como agência, nós tínhamos uma dificuldade, porque nós queríamos uma agência

629 que atendesse também a legislação dos estados que compõem a bacia para que
630 essa fosse uma agência única da bacia e nós conseguimos atender a legislação
631 para Minas Gerais, Rio de Janeiro e a legislação da União, mas não conseguimos
632 atender São Paulo que é exigência que teria que ser uma fundação, que se
633 atendesse São Paulo não atenderia os demais estados. Então, optamos por uma
634 Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, foi o formato que criamos a
635 AGEVAP em 2002, quer dizer, ela nasceu de dentro do próprio Comitê, foi uma
636 instituição criada no âmbito do Ceivap e em 2004 nós aprovamos no âmbito do
637 Ceivap a delegação da AGEVAP como entidade delegatária para cumprir as
638 funções de agência de bacia para o Ceivap, enquanto bacia federal. Foi o nosso
639 primeiro contrato de gestão e ele foi aprovado em 2004 mesmo aqui pelo CNRH.
640 Eu quero lembrar que o nosso primeiro contrato de gestão quem participou desse
641 discussão, eu não sei se vocês se lembram, nós tínhamos 53 indicadores, era
642 uma insegurança muito grande, nós não sabíamos como que seria essa relação
643 Órgão Gestor, Comitê e uma Agência de Bacia. Então, nós começamos com 53
644 indicadores, hoje nós estamos em dez Vitor? Eu acho que dez, não é? Dez
645 indicadores. A medida em que a confiança foi surgindo e que nós fomos
646 começando a aprender a trabalhar com essa delegação, a AGEVAP na sua
647 estrutura teve algumas mudanças também, inclusive de adequação, formato do
648 Conselho de Administração, que começou com 19 membros e hoje nós somos
649 cinco membros que temos no Conselho de Administração. Então, alguma
650 evolução foi acontecendo em termos institucionais para que ela pudesse atender
651 de forma melhor e mais eficiente o Comitê. Em 2007, nós aprovamos em um
652 primeiro momento aqui no Conselho Nacional a AGEVAP como delegatária por
653 três anos, até 2006, de 2004 a 2006, porque como era novidade nós queríamos
654 saber como isso funcionaria. Em 2006, já mais tranquilos e mais seguros, nós
655 aprovamos por mais dez anos e esse é o motivo de estarmos aqui agora que em
656 junho de 2016 vence esse prazo da delegatária, o cuidado de nos anteciparmos
657 foi que em 2006, por conta de um atraso que não houve reunião do Conselho
658 Nacional de Recursos Hídricos previsto em março, a AGEVAP ficou três meses
659 sem repasse de recurso, sem poder receber os repasses do recurso da cobrança
660 pela ANA, porque o contrato de gestão estava vencido e não estava aprovado
661 pelo CNRH. Então, para não passar novamente por esse risco, nós nos
662 antecipamos e entramos com o pedido de renovação um pouco mais cedo com
663 esse cuidado de não ter esse problema novamente, mas em junho isso aconteceu
664 e nós estamos agora em 2015 pedindo a renovação da delegação da AGEVAP
665 por mais dez anos. Durante esse período a AGEVAP evoluiu para o que era a
666 nossa meta, ela assinou o contrato de gestão com o Estado de Rio de Janeiro e
667 com Minas Gerais, hoje ela tem cinco contratos de gestão assinados, um com o
668 Ceivap e quatro com o Rio de Janeiro e um com Minas Gerais com os dois
669 comitês estaduais, Minas Gerais apesar de sido o primeiro Estado que começou a
670 discussão da cobrança, acabou sendo o último Estado a aprovar a metodologia de
671 cobrança, mas hoje nós temos dentro da Bacia do Paraíba do Sul todos os
672 estados com a cobrança estadual implementada e instituída, só não temos São
673 Paulo atuando com a AGEVAP, enquanto metodologia de cobrança, mas nós

temos uma discussão muito próxima e muito afinada. Então, esses são os contratos de gestão da AGEVAP. As ações, eu não vou me estender quanto a isso, o Vitor já colocou, eu quero ser muito rápida quanto a isso. As considerações que temos a fazer ao final é que nós precisamos de uma estrutura técnica administrativa e financeira com personalidade jurídica própria para desempenhar essas funções de secretarias e cultivo de agência da bacia, e a AGEVAP vem desempenhando ao longo de período de vigência do contrato de gestão essas funções com extrema lisura e transparência. Cabe ressaltar que a AGEVAP possui, a nosso entender, sustentabilidade financeira, mas o que precisamos, inclusive eu já coloquei isso aqui em outras discussões, é determinar o tamanho da agência que nós queremos e como queremos essa agência. Então, o 7,5% até dá para atender o custeio de uma agência minimamente para fazer essa gestão na bacia, mas se queremos uma agência que consiga atender e ampliar esses nossos anseios, então, realmente nós precisamos buscar outras formas e é por isso o dote e outras fontes que nós vimos procurando. Então, quando nós questionamos do atendimento ou não da sustentabilidade financeira para nós o nosso olhar depende muito do tamanho dessa agência que nós queremos ter. Muito obrigada.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Chamo agora o representante do Comitê de São Francisco, Anivaldo.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Comitê de São Francisco) – Bom dia. Quero cumprimentar o presidente. Em primeiro lugar quero externar a nossa expectativa de que saíamos hoje aqui com uma definição clara pela renovação desse contrato, inclusive eu tive que deixar uma reunião agora, é o terceiro encontro que nós fazemos com os comitês afluentes. Então, estão lá 20 comitês afluentes na expectativa de que nós possamos dar continuidade sem grandes distúrbios desse processo de construção que nós estamos fazendo. Ontem reunimos todos os entes públicos dos Ministérios, enfim, de algumas agências estatais e outros atores para discutir os primeiros resultados do processo de revisão do nosso Plano Diretor de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, que a cada década tem que ser revisado. Então, com muita satisfação o Comitê de São Francisco seguramente é o primeiro que está fazendo a revisão do seu plano, um processo de 18 meses, fizemos audiências e reuniões com segmentos que envolveram mais de duas mil pessoas, portanto o processo está a pleno vapor, bem como o processo de aprovação do nosso segundo plano de aplicação financeira. Fizemos o primeiro e agora estamos em um processo de discussão durante quatro ou cinco meses sobre como queremos o novo plano de aplicação com base nas experiências surgidas no primeiro. Portanto, o nosso Comitê com sua agência está em pleno funcionamento, com dificuldades? Com dificuldades. Com desafios no futuro que nós vamos ter que enfrentar? Vamos, mas as coisas estão funcionando, estão funcionando tanto assim que aprovamos mais seis anos

desse trabalho de colaboração com a agência. Até fiquei surpreso sobre o impasse que está se criando aqui em torno dessa questão. Existem problemas de custeio? Existem, mas eles só poderão ser resolvidos em um processo maduro de discussão, que eu acho que esse Conselho Nacional deve abrir aí um tempo prolongado ouvindo os interessados, fazendo dessa discussão uma discussão participativa, porque mexe com a legislação, mexe com a questão do financiamento aí pela geração de recursos hidroelétricos, todos os interesses são legítimos, mas muitos são contrários. Então, isso não pode ser resolvido a toque de caixa. Agora existe problema de custeio? Existe, porque a regra do 7,5 é, digamos assim, estrangula esse processo. O Comitê que avança, que trabalha, que cria mais demandas, ele cruelmente é castigado, porque o 7,5 de fato cria essa dificuldade. Aí dirão, bom, o 7,5 cria dificuldade, porque não expande a cobrança, mas também o processo de universalização dessa cobrança não se faz do dia para a noite, a nossa cobrança começou a partir de meados de 2010, é muito recente, nós vamos trabalhar isso? Vamos. E vamos trabalhar a cobrança e a revisão da cobrança nós vamos também trabalhar. Agora, vamos trabalhar isso a toque de caixa de forma irresponsável? Não, vamos discutir revisão de cobrança ouvindo a todos os segmentos, agricultura, que tem um preço 40 vezes menor nesse contexto, nós vamos discutir com a agricultura, porque cobrar pelo preço da água é, sobretudo, de interessado dos usuários, porque o preço da água tem uma função pedagógica em primeiro lugar antes de mais nada, não é só pela questão financeira, é porque não existe gestão de recursos hídricos sem a cobrança de água. Outra coisa, o Comitê do São Francisco não pode evidentemente carregar a responsabilidade dos estados, nós somos um comitê da calha federal; agora os estados precisam sim cumprir com os seus papéis, não existe também, é ficção falar em gestão de recursos hídricos no Brasil se você não tira a lei de gaveta e não faz com que os instrumentos da gestão hídrica de fato funcionem, não aceitamos comitês que estão aí à mingua, não aceitamos bacias e microbacias que não têm qualquer planejamento, planos que estão atrasados e tudo se resolve, evidentemente essas décadas todas, com o argumento de que não há dinheiro no meio ambiente, não há dinheiro para os recursos hídricos e etc. e etc., mas essa questão hoje é estratégica para o país, o Governo não pode ficar, tanto o federal, quanto os estaduais, apenas investindo em segurança, saúde e educação, e abandonar o resto, porque evidentemente que nós compreendemos a situação de crise do país, tudo isso, nós compreendemos, entretanto essa questão de recursos hídricos configura hoje uma crise e é uma crise muito mais do que climática, é uma crise de seca de gestão de recursos hídricos no país inteiro e é por isso que nós vamos trabalhar com aqueles comitês afluentes todos para quê? Para que os estados cumpram com o seu papel, comecem a implantar cobrança, mas não só a cobrança, porque vai dar a impressão aos usuários de que vem mais um imposto para um país que não aguenta mais nem falar de imposto. É preciso esclarecer que isso é uma taxa condominial, esses recursos vão voltar para a bacia, eles vão ser discutidos de forma participativa com todos os interessados, sobretudo criar a cultura de que todos vão ter que dividir riscos e dividir também custos. Essa que é, digamos assim, a lógica de um processo que

nós queremos encaminhar. Mas hoje aqui eu acho que nós temos que efetivamente reconhecer que as agências estão em processo de consolidação, isso não quer dizer que nós não tenhamos problemas com as agências não, quando o dinheiro é pouco na casa que não tem pão todos brigam e ninguém tem razão. É evidente que nós temos diferenças, divergências, vamos continuar tendo essas divergências, mas a verdade é que nós estamos no mesmo processo. Então, o Comitê e a Agência efetivamente merecem desse Conselho a possibilidade de continuar fazendo o seu trabalho com tranquilidade. Agora a proposta que eu faço aqui é que em relação a custeio, preço da água, compensação financeira e tal realmente se faça uma discussão, não hoje em cima da aprovação dos nossos contratos, porque isso seria oportunismo, mas sim abrir um grande processo com a ANA ouvindo os comitês, fazendo um grande simpósio, elaborando um estudo e etc. para daqui há seis meses realmente, porque nós vamos ter problemas de custeio sim, mas não vai se resolver dessa forma aqui. Muito obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Agora passo a palavra ao representante do Comitê do Doce.

O SR. LEONARDO DEPTULSKI (Comitê do Doce) – Eu queria saudar a todos e todas bom dia. Leonardo Deptulski, presidente do Comitê de Integração da Bacia do Rio Doce. Inicialmente eu queria saudar o presidente e todos os membros do Conselho e dizer que trago uma posição bastante homogenia de todos os membros do Comitê do Doce com relação ao assunto em pauta, que é a renovação da delegação na nossa agência o IBIO, que é uma entidade que já tem uma história anterior na Bacia do Doce de muito respeito, trabalho e que se consolidou na função de agência. Essa consolidação se deu num processo difícil, porque o Doce escolheu um caminho novo e aí com a participação fundamental da ANA, a Agência Nacional de Águas, de se constituir como um Comitê de Integração, onde nós trabalhamos de maneira conjunta o Comitê do Rio Federal, do Doce, e mais nove comitês estaduais, sendo seis no Estado de Minas e três no Espírito Santo. Inclusive eu quero deixar para esse Conselho aí a sugestão de uma análise mais aprofundada, um olhar mais carinhoso para essa experiência do Doce, que deu ao Doce uma vitalidade muito grande nas discussões com este envolvimento que está acontecendo com a participação ativa, mantendo autonomia de cada Comitê Estadual, mas fazendo com que todos discutam juntos os dez, o Comitê da Calha mais os nove estaduais, discutam juntos os problemas, desafios e soluções da Bacia do Doce. Nosso primeiro contrato se deu com bases bastante frágeis, porque a estimativa de receita nós iniciamos a cobrança final de 2012 e a estimativa acabou não se concretizando, não se efetivando, nós tivemos uma redução de uma cobrança de valores efetivos em torno de 50 a 60% e isso fez com que nós também tivesse dificuldades na execução do nosso primeiro PAP em função disso até para entender um pouco a exposição feita pelo Vitor aqui de o

809 Doce ter feito um desembolso em torno de 60%, mas isso aconteceu em
810 condições iniciais, onde nós estávamos passando por um período de ajustes na
811 cobrança, no que nós efetivamente tivemos com a cobrança e também dos ajustes
812 necessários que a própria agência foi fazendo na sua estrutura administrativa, na
813 sua forma de gerir, de aplicar recursos. Destaco ainda a importância de a partir
814 desse ano de 2015 o Espírito Santo demorou, mas esse ano teremos o início da
815 cobrança, quer dizer, isso vai trazer um fortalecimento ainda maior do Comitê com
816 a entrada, com o ingresso da cobrança dos comitês estaduais no Espírito Santo.
817 Então, nós vamos passar a ter um desempenho ainda melhor e também destaco a
818 importância da Agência Nacional de Águas na normatização, na discussão com os
819 comitês. O Primeiro Fórum que nós fizemos lá na ANA e juntando comitês e
820 agências na mesma mesa, sugestão que eu mantenho que seja preservada, foi
821 muito importante primeiro pela troca de experiências de agente, os comitês mais
822 novos, especialmente o Doce, o mais novo, de poder aproveitar e conhecer as
823 experiências dos outros comitês do PCJ, do Ceivap, foi muito importante para o
824 nosso crescimento, para o nosso amadurecimento a experiência que nós vimos
825 nos outros comitês. Agradeço aqui a tantos companheiros e companheiras que
826 foram, que estiveram em nossos encontros fazendo exposições para podermos
827 trilhar o nosso caminho. Então, assim foi muito importante esse Fórum e esse
828 trabalho da ANA para consolidarmos também a forma de gastar os recursos e
829 especialmente do 7,5% considerando que nós estamos falando de recursos
830 públicos e todo o cuidado é pouco para que nós caminhemos de maneira segura,
831 com segurança jurídica e que não tenhamos problemas futuros que venham
832 macular essa bonita história que nós estamos construindo Brasil a fora na
833 implantação da Política Nacional de Águas. Então, eu encerro aqui pedindo a este
834 Conselho a aprovação da delegação, nós estamos propondo um prazo de cinco
835 anos, até 2020, que é também o prazo do novo PAP, que nós já estamos
836 discutindo com os comitês, com o Comitê Federal e os estaduais para encerrar até
837 dezembro de 2015 e passar a ter validade a partir de janeiro de 2016. Com muita
838 segurança aproveito para agradecer toda a equipe do IBIO que está aqui, Eduardo
839 o presidente do IBIO e Ricardo o nosso secretário executivo da agência; agradeço
840 imensamente pela dedicação, pelo carinho que tivemos e por toda a evolução que
841 nós tivemos nesses anos iniciais do Doce e agradeço também a ANA por todo
842 esforço, Rodrigo, Vitor, todos presentes aqui, Nelson pelo carinho com que a ANA
843 teve e chamo a atenção para essa formatação de Comitê de Integração que mais
844 uma vez digo está dando uma vitalidade, de fato transformando o Comitê do Doce
845 num grande espaço de discussão, deliberação da Gestão das Águas. Obrigado e
846 mais uma vez peço a esse Conselho a aprovação. Obrigado gente.

847
848
849 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –**
850 Obrigado Leonardo. Podemos colocar a matéria em discussão. Vou abrir para
851 inscrições. Eu já tenho a inscrição do Sérgio, da Federação da Bahia, e da Patrícia
852 Boson, por favor, Sérgio. Eu lembro que mantenha os seus argumentos em torno
853 de três minutos, afim de não nos estendermos demais.

O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (FIEB) – Bom dia a todos. Meu nome é Sérgio Bastos, eu sou da Federação das Indústrias da Bahia, sou presidente de um Comitê Estadual, vamos dizer assim, e estou como membro desse Conselho nessa Gestão. E essa discussão é muito importante, porque uma série de questões foram apresentadas aqui e eu queria trazer para complementar essa discussão, eu queria dar a palavra ao Percy que participa da CTIL e ele tem mais algumas questões a colocar em toda esse assunto que está em debate. Percy.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Bom dia a todos. Eu não poderia iniciar essa reunião sem de novo, mais uma vez reclamar a ausência da presidente deste Conselho, a nossa presidente nunca, nunca faltou há uma reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente e quem fala aqui é um membro do Conselho Nacional de Meio Ambiente e nunca veio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, deve ser porque a crise hídrica não está tão complicada assim, imaginemos eu. Então, como sempre fica aí o registro em ata, por favor, desse lamento. Em segundo lugar, eu acho que não é desprezível e é digno de nota registrar o apoio que o segmento industrial junto com outros, mas eu quero deixar registrado dá para os avanços que foram colocados aqui, no sentido das agências terem uma gestão empresarial, uma gestão por resultado que é uma gestão característica do setor empresarial. Eu vou citar dois ícones do processo, o primeiro deles é que o presidente do Conselho do AGB Peixe Vivo é um empresário que iniciou como presidente do Conselho de Empresários para meio ambiente da FIEMG em que continua lá voluntariamente não recebe absolutamente nada para isso, ele dedica a sua competência e a sua capacidade empresarial, empresta a sua experiência como empresário para dar o tom empresarial necessário para essa evolução. Então, qualquer discurso que venha insinuar que a indústria é contra o segmento, fica querendo embarreirar, não encontra nos fatos e nos dados essa questão. Segundo, eu quero mostrar para vocês aqui um recibo que nós recolhemos em 2004 donativos dos membros dos comitês de bacias hidrográficas para manter a CEIVAP, porque na época não tinha a Lei 10881, portanto nós recolhemos dinheiro, eu tenho esse recibo e vou dizer a vocês um segredinho outro que tem um recibo igual a esse é o senhor Rodrigo Mello, que está no Gabinete do senhor Levi. Então, ele tem sensibilizado para o assunto podem levar lá a tal moção para não cortar, porque o Rodrigo Mello tem um recibo igual a esse, ele tirou dinheiro do bolso e cooperou com o funcionamento da AGB Peixe Vivo, isso em 2004, aqui foram 40 reais reflete também o Estado inflacionário da questão, se eu desse 40 reais hoje não iria significar nada, mas na época significou muita coisa. Segundo lugar que eu quero falar na questão da sustentabilidade, é um antagonismo, é certa diferença entre o que é dito aqui sobre o dote ou o apoio da ANA, nós acabamos de aprovar uma moção e redigida pela própria Agência Nacional de Águas que não foi corrigida por nós dizendo que o 0,75% da compensação financeira é cobrança pelo uso da

899 água, está lá na moção, portanto o repasse dito como dote, dito como apoio não é
900 da ANA, é da cobrança pelo uso da água paga pelo setor hidrelétrico, não é dote,
901 não é apoio, não é ajuda, é cobrança pelo uso da água e não sou eu que estou
902 dizendo basta vocês recuperaram o conteúdo da moção que acabamos de
903 aprovar, nós estamos falando de cobrança pelo uso da água e aí recaio na
904 questão dos 7,5%. Quando o legislador disse que 7,5% da cobrança era
905 simplesmente para dizer que a cobrança pelo uso da água não vai sustentar o
906 sistema, na medida em que um presidente decreta o Comitê, cria um Órgão
907 Gestor, esse Órgão Gestor tem que ter dotação orçamentária para funcionar.
908 Então, enquanto legislador não limitou, não disse que uma agência tem que
909 funcionar com 7,5 da cobrança pelo uso da água; disse que da cobrança pelo uso
910 da água apenas 7,5 pode ir para essa questão de custeio. Então, o custeio tem
911 que ser suportado pelo sistema que é criado publicamente por Decreto. Então, nós
912 precisamos refletir um pouco sobre isso. Por fim, eu queria chamar a atenção de
913 todos vocês, esse discurso também é repetitivo, eu acho que esse Conselho
914 gente, precisa de parar para pensar e amadurecer do processo de avanço da
915 cobrança pelo uso da água. Esse processo não avança, o último avanço foi em
916 2004 com a Lei 10881 e foi um esforço, e aqui o mérito não podemos esquecer do
917 Presidente da ANA há época, Jerson Kelman, de pegar uma Medida Provisória,
918 levar para o Ministro da Fazenda e deu uma salvação para essa questão do
919 contingenciamento, da cobrança não é do 0,75% da compensação não, era
920 contingenciado aquilo que nós pagávamos e só não é mais por causa dessa Lei
921 1088, o que foi um esforço desde 2004 para cá, não há nenhum esforço colega,
922 vizinho para lamentação agradeço, vir aqui para dizer: eu também acho que tem
923 que ter acesso para todos, eu também acho que tem que ser reembolsável para
924 poder fazer sustentabilidade, eu também acho que precisamos de regerar, não
925 gente, eu também acho o que adianta, nós estamos nesse discurso também,
926 companheiro para o meu discurso não quero não, eu quero que haja ação e essa
927 é uma ação exclusiva do poder executivo, é uma ação de lei, de regulamento que
928 o poder executivo tem que fazer, é ele e não cabe a nós. O que nós já fizemos foi
929 contratar um estudo, colocar esse estudo na praça, apresentar para a ANA as
930 soluções desses estudos é o máximo que podemos fazer, agir para corrigir essa
931 distorção, até agora nada, só fica no discurso, só fica no falatório, só fica no
932 companheirismo do muro de lamentações, mas ação efetiva, estamos fazendo
933 isso, preparamos essa Medida Provisória, preparamos esse Decreto, corremos
934 atrás disso aqui e nada acontece, e aí claro é aumento do PPU, é sempre o
935 aumento do PPU, não tem como tirarmos esse discurso de que a coisa cai no
936 PPU. E para terminar mesmo, eu acho que esse Conselho não pode aprovar
937 nada, determinar nada como se nós não tivéssemos vivendo o que nós estamos
938 vivendo hoje. Em 2010 a indústria representava 27,3% do PIB Nacional, hoje a
939 indústria representa 9% do PIB Nacional. Para vocês terem uma ideia do que é
940 isso, quando Juscelino Kubitschek assumiu esse país, ele disse que esse país
941 precisava se industrializar para ficar moderno, vocês sabem quanto que era a
942 contribuição da indústria naquela época que ele diz que o país precisava se
943 modernizar 13, ou seja, estamos antes de Juscelino Kubitschek na parte da

944 indústria. Então, não precisa aumentar o PPU, não precisa de nada, porque daqui
945 a pouca não tem indústria para poder pagar pelo uso da água seja o preço que for,
946 seja o preço que tem e tanto é isso que tantos reclamam em relação a isso que o
947 próprio Governo quer contingenciar o recurso pago pelo setor hidrelétrico, quer
948 dizer, se há uma insensibilidade, vamos pensar se essa insensibilidade é
949 realmente do segmento industrial. Obrigado.

950
951
952 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –**
953 Obrigado Conselheira Patrícia.

954
955
956 **O SR. PERCY SOARES NETO (INDÚSTRIA) –** Obrigado Marcelo. Bom dia a
957 todos. Voltando as questões pragmáticas da discussão que está em pauta. O Júlio
958 relatou muito bem a discussão da CTIL, mas eu gostaria de trazer aqueles que
959 estiveram presentes na reunião a discussão central na CTIL era se cabia ou não
960 nesse momento esse Conselho analisar a viabilidade financeira dessas
961 delegatárias. O Vitor faz uma apresentação muito detalhada e enriquecedora de
962 2015 para traz, mas o voto dos senhores Conselheiros é de 2015 para frente,
963 cinco anos, seis anos, dez anos. Então, seria muito bom se nós tivéssemos esses
964 gráficos olhando para frente e não olhando para traz, e isso inclusive que é o
965 mandato da legislação. Aumentar a base de arrecadação, o presidente do Comitê
966 de São Francisco, Dr. Anivaldo, foi muito claro, nós estamos tratando de
967 delegação de competência para a gestão da calha; cobrar em domínio estadual
968 não resolve o problema que está na pauta e sobre o qual os senhores vão ter que
969 votar agora, o que está na pauta e que os senhores vão ter que votar agora é a
970 viabilidade da delegação de competência para a gestão da calha, o Dr. Anivaldo
971 foi muito preciso nisso. Vou resgatar e quando o Dr. Anivaldo resgata a discussão
972 sobre precisamos de uma discussão mais aprofundada, Dr. Anivaldo, a Patrícia já
973 mencionou, a CNI contratou, o estudo em 2013 apresentou, nós estamos falando
974 de dois anos atrás com tempo suficiente, apresentou na Câmara Técnica de
975 Cobrança e entregou diretamente ao diretor-presidente da ANA, e esse estudo
976 não foi reverberado com propostas para que se fizesse essa discussão
977 aprofundada do instrumento, que nós concordamos e que deve ser feito. Esse era
978 o processo longo, quando as resoluções entraram na pauta da Câmara Técnica de
979 Cobrança, o setor foi lá novamente e propôs essa discussão aprofundada, depois
980 de muita discussão, muita discussão conseguimos uma Nota Informativa no nosso
981 entender, manifesto na CTIL muito superficial, muito aquém da capacidade técnica
982 que a Agência Nacional de Águas têm para fazer essa discussão. Na CTIL
983 voltamos a essa carga, fizemos um compromisso com o Dr. Humberto, que é a
984 questão da viabilidade financeira seria apresentada aqui no Conselho, com todo
985 respeito o que nós vimos foi uma comprovação da viabilidade até hoje, inclusive
986 de alguma inviabilidade na parcela de custeio que vem sendo coberta com
987 recursos do sistema. Nós, talvez por ocasião da reunião da CTIL, solicitamos a
988 Diretoria Jurídica da CNI uma manifestação, se os senhores acharem interessante

989 uma leitura da legislação mostrando que é fundamental que os senhores
990 conselheiros se atenham a essa viabilidade e nós pedimos que no texto das
991 resoluções que vão ser discutidas essa questão da viabilidade seja explicitada, é
992 fundamental os senhores que vão dar, ou não uma autorização para uma
993 delegação de competência num prazo longo que se tenha o mínimo de segurança
994 de que essas entidades, que os senhores estão autorizando e que exercem essa
995 função, tenham viabilidade nas suas contas; não adianta autorizar e discutir a
996 viabilidade depois, porque depois é colocar a carroça na frente dos bois. Essa é a
997 discussão. Nós sentimos muita falta de não ter feito ela na CTCOB como
998 insistimos, jogamos essa discussão para a CTIL, insistimos de novo, ela foi
999 postergada até agora e acho que não nos resta outra opção de aprofundar esse
1000 debate sobre a viabilidade agora, até porque é uma exigência legal sobre os
1001 senhores conselheiros. O Dr. Leonardo da Diretoria Jurídica da CNI está aqui e se
1002 vocês entenderem que é interessante fazer a interpretação da legislação dos
1003 artigos da 9433, da 10881, que trazem essa responsabilidade aos senhores
1004 conselheiros a CNI está à disposição.

1005
1006
1007 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –**
1008 Novamente abro a palavra aos Conselheiros. Alguém mais deseja se manifestar?
1009 Sim? Tereza Cristina.

1010
1011
1012 **A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONG-Clube de**
1013 **Mães Santa Luzia) –** Bom dia a todos. Bom dia presidente. Nós somamos
1014 algumas preocupações levantadas aqui nesse pleno por alguns Conselheiros.
1015 Tereza Cristina, Conselheira do Segmento das ONGs. Eu gostaria de passar a
1016 palavra ao Conselheiro Suplente João Clímaco, uma vez que ele participou das
1017 discussões na CTIL, então, ele pode e tem como colaborar com o debate aqui
1018 levantado.

1019
1020
1021 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) –**
1022 Primeiramente bom dia a todos. Eu queria aqui saudar a presença dos novos
1023 Conselheiros, sobretudo os nossos segmentos que eu queria ter assim o prazer
1024 de saber que eles serão bem, terão a atuação exitosa e contar com a colaboração
1025 de vocês, que é o Conselheiro Willy e o Conselheiro, ainda está faltando, sou o
1026 suplente e tem mais outro Conselheiro Marcílio, que está aqui, do nosso
1027 segmento. Então, eu queria saudar a presença desses novos Conselheiros e
1028 saudar também a sessão do senhor Marcelo, o Secretário Nacional de Recursos
1029 Hídricos, esperando que ele consiga resgatar a importância e a dignidade que
1030 esse Conselho deveria ter no contexto da Política de Recursos Hídricos. Mas eu
1031 me sinto bastante contemplado com algumas falas que estão aqui, mas eu queria
1032 era marcar uma posição, sobretudo em acordo com o que foi colocado pelo setor
1033 das indústrias e corrigir que nesse debate nós não poderíamos deixar de ver o que

nós temos que ver para frente e não olhar só o que ficou para traz, como foi colocado. E corrigir que houve, na verdade, uma votação onde o nosso segmento colocou a proposta de cinco anos, não foi dez anos, infelizmente o coordenador da CTIL não falou isso aqui e ela foi a votação, teve quatro abstenções e nosso segmento propôs cinco anos, não porque em tese somos contra a essa ou aquela agência pelo desempenho e sim por conta do que foi falado de questões prioritárias e importantes que estão precisando ser revistas e colocadas no que diz respeito a cobrança, e não estão sendo levadas a contento. Sobre tudo também, porque nós fazemos parte de um GT dentro da Câmara de Cobrança, onde nós estamos discutindo toda essa problemática que as agências estão colocando quanto a sustentabilidade financeira e estamos encontrando várias brechas que precisavam ser bem esclarecidas em que pese o setor da indústria ter já uma clareza sobre isso, nós precisávamos que isso fosse feita de maneira mais a contento. E curiosamente a CTCOB está ficando a reboque, ou então, uma instância do Conselho, que seria importante para dar uma contribuição a Plenária composta até por muita gente que está aqui, ela está ficando a reboque nessa agenda. A última reunião do Conselho, nós tivemos que aprovar uma Resolução que diz respeito a Resolução 70, que foi feita à revelia da CTCOB em regime de urgência e para nós isso significou uma falta de sintonia e um despreço ao trabalho que está sendo feito, e para nós custa caro esse trabalho. Então, diante de todo esse cenário que estamos vendo no GT e agora pela própria ausência da CTCOB na premência dessa discussão, eu sinto que tem uma questão de mérito que está correta, tem uma questão processual que expressa politicamente se soma várias coisas que fazem politicamente esse Conselho não atue. Eu acho que foi um equívoco não termos feito essa discussão na cobrança e as pessoas que fazem parte da cobrança chega aqui e faz uma proposta de regime de urgência, nós aprovamos a proposta, mas corrigimos a falha da coordenação da CTIL que nós entendíamos que cinco anos seria apropriado para criarmos um ambiente de Resolução de questões e não dá dez anos para ficar mais dez anos esse negócio sendo empurrado, as questões que estão sendo problemáticas sendo empurradas, porque agora tenho dez anos para resolver e sabemos que é assim que funciona. Então, cinco anos seria um prazo onde estabeleceria limites, onde as pessoas trabalhariam dentro do limite para resolver problemas, pendências e não colocar dez anos e acho que algumas agências até concordaram com essa proposta. Nós não estamos em hipótese nenhuma aqui querendo desmerecer ou aumentando juízo de valor do trabalho da cobrança, o trabalho das agências, porque o problema que elas estão passando é estrutural, não é específico de fulano ou ciclano. Então, estruturalmente é uma questão política, uma questão de encaminhamento político que o Conselho está tratando de uma maneira atrabelhada. Agradecendo a atenção que o Plenário eu espero que tenha, porque já são cinco anos o que propomos, isso seja novamente colocado em votação, agradecendo, alertando que nós não estamos contra a proposta e o trabalho de nenhuma agência, apenas estruturalmente cinco anos seria um prazo para se também resolver problemas que estão sendo colocados aí.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Eu tenho mais duas inscrições. A próxima é a Maria Aparecida.

O SR. BRUNO JARDIM DA SILVA (Inema) – Bom dia a todos as pessoas aqui presentes. Eu sou o Bruno Jardim do Inema da Bahia. Nós viemos aqui colocar umas informações em função de coisas que foram ditas e trazer algumas reflexões também. Eu queria informar que o Estado da Bahia está abrindo o seu processo de discussão com os comitês para Cobrança, estamos elaborando planos de bacias em alguns afluentes em São Francisco e outros ligados a região do Atlântico Leste. Esses planos de bacias contemplam enquadramento e o secretário tem ido aos comitês abrir o processo de discussão para uma série de itens interessantes em relação a cobrança. Então, o processo está em movimento. Inclusive existem questões que são discutidas a respeito de quem vai cumprir o papel da agência e a Peixe Vivo naturalmente se apresenta como uma forte candidata na questão do São Francisco, mas é exatamente para todos que quero fazer uma reflexão, principalmente quem sabe para os futuros companheiros da Peixe Vivo, que pensem o seguinte: na hora que começarmos a cobrar em outras bacias, que não diretamente na calha os afluentes, aumentamos a área de que esse dinheiro precisa ser utilizado, não é? E precisamos pensar também que quando olharmos o São Francisco como um todo, talvez possamos fazer um recorte territorial muito menor do que a metade da área da bacia, onde a água pode ter uma função econômica significativa. Então, se queremos pensar mesmo essa bacia como um todo, eu peço que os parceiros pensem também, comecem a usar a sua imaginação, porque nós temos que agregar locais, onde nós temos vários conflitos de água, múltiplos interesses e pouca água e talvez com muita dificuldade de cobrar, e aí se queremos pensar a gestão como um todo, nós vamos estar vivendo uma experiência muito rica para o Brasil que vai fazer, inclusive, com que esse Conselho possa pensar melhor o seu sistema para bacias com características que nós encontramos no Nordeste. Muito obrigado.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Energisa Geração Rio Grande) – Eu tenho que fazer a distinção aqui, enquanto representante do setor de hidroeletricidade no Conselho e representando uma Diretoria de Comitê. Acompanho ou pelo menos as questões de fundo colocadas pelo Vitor, Patrícia, Clímaco e demais sobre que precisamos nos debruçar sobre vários assuntos em relação há um avanço sobre a cobrança, não vou entrar aqui no mérito, porque aí eu iria me manifestar enquanto setor, que eu represento e não cabe, mas gostaria de me manifestar enquanto Diretoria do Comitê em específico ao colocado pelo João Clímaco. Eu acho que não devemos vincular, inclusive quando ele pede a redução para cinco anos, todas as questões aqui postas em nenhum momento colocou em cheque a viabilidade ou não de uma agência de bacia, ou de uma delegatária exercendo as funções de agência. Tudo que se questionou aqui são

discussões que são para acontecer no âmbito de um Comitê de Bacia e de Conselhos, tanto Nacional, quanto estaduais de recursos hídricos. Eu acredito que a forma e o andamento dessas delegatárias para exercer essas funções com o Comitê, estas são pautadas e definidas no âmbito de um contrato de gestão. Aqui estamos simplesmente aprovando a recondução ou não, a renovação ou não desta entidade como delegatária com a preocupação de não pararmos o processo e, até então, de todos que eu ouvi aqui, não houve manifestação nenhuma contrária para que o processo continue. Então, eu acho que devemos discutir os assuntos nas instâncias que eles cabem e os assuntos que foram colocados até agora não são para ser discutidos em uma delegatária que tem apenas que exercer a sua função e cumprir o que é determinado pelo Comitê de Bacia com quem ele assina o contrato de gestão. É isso.

O SR. MARCÍLIO JOSÉ ROSA E SILVA (MESFA) – Bom dia. Meu nome é Marcílio Rosa do Movimento Ecológico São Francisco de Assis e com muita honra agora integrando, na condição de suplente do segmento ONGs da Sociedade Civil, junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu quero lembrar para essa nossa reflexão, para esse importante debate um grande mestre do direito Águia de Haia, Rui Barbosa, que dentre vários pensamentos, ele falou que devemos tratar os desiguais de forma iguais, e por que eu trago essa reflexão aos novos Conselheiros e Conselheiras? Porque dentro da proposta do estudo técnico e da exposição brilhante trazida pela representante da ANA, ele propõe para melhoria do debate, inclusive da praticidade como a Conselheira Patrícia Bóson trouxe aqui da cobrança do uso da água, a questão da universalização. É importante que nós observemos a aplicação da universalização, por exemplo, em relação ao Comitê de Bacia do São Francisco, eu que represento uma entidade que está na calha principal do Rio São Francisco, no Município de Pirapora, na microrregião de Pirapora no Norte de Minas Gerais, sofrendo profundamente com a crise hídrica. Então, a realidade como diz Ariano Suassuna do Brasil oficial é diferente do Brasil real. Então, é exatamente por isso novos Conselheiros, devemos colocar aqui os Conselheiros anteriores, fazer uma discussão muito mais profunda dessa questão e por isso trago a sugestão, o encaminhamento humilde, modesto, uma vez a condição de suplente, não posso votar, mas como o Regimento Interno permite o direito a fala e a sugestões que possamos, exatamente como colocou o Presidente do Comitê de Bacia do São Francisco, aprofundar essa discussão, inclusive em relação ao custeio e aplicação desses recursos, que não vamos esquecer são recursos públicos, e por isso devemos ter um cuidado muito maior, apesar da grande contribuição que a indústria dá, a indústria é muito cobrada, porque ela utiliza muito desses recursos, e que estamos vivendo uma realidade cada vez mais crônica com que daqui há dez anos talvez não tenhamos mais recursos hídricos; como é a realidade em muitos lugares no nosso país continente. Então, por isso a minha sugestão é que possamos rever isso e colocar a partir de outras Câmaras Técnicas até da CTCOB, como colocado aqui pelo Conselheiro João Clímaco, e retiremos de pauta essa discussão e

adiemos a decisão para a próxima reunião Plenária desse nobre Conselho, até porque a data de encerramento do prazo de vigência desses contratos pelo que estão nos estudos, nos documentos só iria terminar exatamente no ano que vem e acredito que é uma oportunidade efetivamente tanto os Conselheiros novos, como é o meu caso, como principalmente nas Câmaras Técnicas, ainda mais porque essa questão não foi consensual na Câmara Técnica mais importante desse Conselho, a CTIL, que possamos com isso adiar essa discussão e aprofundar cada vez mais com debate amplo com os vários segmentos que compõem o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. E finalmente caso obviamente isso não seja aprovada, essa proposta, que então acho que a proposta muito salutar, muito pertinente da questão dos cinco anos, um prazo razoável para que faça esse planejamento financeiro a partir, inclusive, do amplo debate que vem sendo feito, sem sombra de dúvida, dentro dos comitês de bacias. É isso que gostaria de ponderar. Agradecer a paciência e a oportunidade, principalmente o privilégio de estar aqui com os nobres senhores e senhoras nesse importante Conselho Nacional. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH)
Obrigado Conselheiro. Conselheiro Sérgio, por favor.

O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (FIEB) – Bom, então, na linha de encerrar aí como foi feito um pedido da CNI, nós gostaríamos que a nossa Assessoria Jurídica falasse sobre a questão da legislação.

O SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (CNI) – Bom dia a todos. Na verdade, enfim, me veio uma demanda da área técnica da CNI. Leonardo Estrela, Consultoria Jurídica da CNI, Confederação Nacional da Indústria. Então, veio uma demanda técnica para análise da legislação brasileira e estou vendo aqui alguns também colegas de profissão, Bonança, Wilson Azevedo e vocês não vão me deixar mentir sozinho. Então, na verdade, quando fui analisar a legislação ambiental, que é uma legislação que já conheço, eu vi que não se trata, na verdade, de um problema de direito ambiental, de direito das águas e sou doutor em direito ambiental, mas vi que o problema não era esse e fui procurar a quem de direito e de fato realmente poderia me elucidar. Alguns colegas do direito administrativo aqui da UNB, da UFMG e do Panthéon onde eu leciono, e todos foram unânimes em dizer que esse estudo de viabilidade não pode ser feito, ele deve ser feito por esse Conselho e por que eu digo isso? Porque por mais que a legislação de águas do Brasil, a 10881, estabeleça um contrato de gestão, nós não podemos esquecer o que é esse contrato de gestão, e contrato de gestão é contrato administrativo, se é contrato administrativo tem todas as amarras do direito administrativo, porque ele lida com o dinheiro público, não é imposto? Não é imposto. Agora a natureza da cobrança pelo uso da água é uma natureza de

1214 verba pública repassada e por isso tem que ser levado em consideração. Na
1215 verdade, essa figura que está sendo criada aqui no Conselho de renovação, isso
1216 no direito não existe, o que existe em um contrato de gestão é a possibilidade de
1217 prorrogação, tendo em vista aspectos específicos definidos na Lei 8666 referentes
1218 a pontualidades do contrato de gestão ao plano estabelecido, o que não é o caso
1219 aqui, renovação é novo contrato, se é novo contrato todas as condicionantes
1220 estabelecidas devem ser respeitadas, inclusive aquelas do art. 42 e 43 da Lei
1221 9433, que estabelecem sim uma viabilidade. E eu acompanhei desde o início as
1222 discussões aqui, aliás, parabenizar as pessoas que me precederam, enfim,
1223 opiniões e apresentações elucidativas eu vou dizer e porque todas me elucidaram,
1224 e me fizeram cada vez mais, de certo modo, reforçar esse posicionamento que eu
1225 já possuía, porque todos, sem exceção, ao fazer qualquer tipo de previsão futura
1226 foram no sentido de que as agências são inviáveis, o que reforça ainda mais a
1227 necessidade desse Conselho se debruçar agora sobre o assunto. Todas as curvas
1228 apresentadas, as despesas ultrapassam a arrecadação, em todas e isso é
1229 representativo, ou seja, eu basicamente estou dizendo, afirmando oficialmente,
1230 porque isso aqui é uma reunião oficial que caso as agências nessa curva e nesse
1231 perspectiva são financeiramente inviáveis, e aí não discuto mérito, se as agências
1232 realizam ou não as suas metas pactuadas, realizam ou não o plano de trabalho,
1233 como é feito o contrato de gestão, eu só quero dizer do ponto de vista
1234 administrativo a necessidade e obrigatoriedade de analisar isso, e eu me permiti
1235 para, enfim, debruçando e estudando um pouco mais o assunto, ver lá um dos
1236 contratos de gestão, e para a minha surpresa em um dos contratos de gestão, que
1237 é exatamente o contrato com a Peixe Vivo, peguei aleatoriamente uma das três e
1238 no contrato com a AGB Peixe Vivo, na hora, na cláusula quarta que fala dos
1239 recursos orçamentários e financeiros está lá o dinheiro da cobrança repassado e
1240 está também uma dotação orçamentária de três milhões e seiscentos mil reais, vai
1241 me permitir ler, a serem destinados as despesas de custeio administrativo e aí a
1242 Assessoria Jurídica brilhante da ANA, condicionados à disponibilidade
1243 orçamentária e financeira nas respectivas leis orçamentárias anuais, por quê?
1244 Porque nós temos uma LRF, uma Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo art. 14
1245 estabelece que qualquer tipo de contrato com verba pública deve ser precedido de
1246 um estudo de viabilidade e de previsão orçamentária. É a mesma coisa aqui sob
1247 pena do funcionário que assinou isso, enfim, responder no TCU se não tiver
1248 respeitado a viabilidade econômica e financeira. Aqui tenho uma ressalva e
1249 condicionando, ou seja, eu tenho uma previsão anterior, é a mesma coisa, a ideia
1250 é a mesma. Do mesmo modo que a administração pública ao firmar um contrato
1251 administrativo tem que ter uma previsão orçamentária para aquilo, para aquele
1252 período, seja de cinco, seis, sete, dez ou seis anos, aqui também e a lei é muito
1253 clara, a 9433, ela estabelece que eu tenho sim que ter uma viabilidade financeira e
1254 orçamentária das entidades. Com isso, de modo algum eu quero travar ou
1255 impossibilitar o processo, mesmo porque em âmbito pessoal e academicamente
1256 eu tenho uma opinião, que as entidades com todas as amarras presentes pela lei,
1257 que são absurdas, elas desempenham de forma brilhante a sua função ou tentam
1258 desempenhar, porque a lei em diversos momentos e o Tribunal de Contas, seja

estadual ou federal, também travam. Agora não há uma impossibilidade, o que há é a necessidade urgente e premente, porque é aqui que deve ser feito de uma discussão anterior, ou seja, de uma discussão prévia a que se aprove a elaboração de um contrato de gestão, isso está na lei, eu não estou inventando isso, ou seja, e detalhe aqui estou falando que a própria lei de recursos hídricos, tanto a 9433, quanto a 10881, que estabelece cláusulas de renovação de contrato e eu me permiti também ler aqui a cláusula décima desse contrato, que estabelece prazo e se vocês forem ver o art. 1º da Lei 10881, ela claramente estabelece: poderá a ANA firmar contratos de gestão, por prazo determinado; prazo determinado no direito administrativo é: terminou o prazo, terminou o contrato e o que é a prorrogação? É a possibilidade de estabelecer um aditamento a esse contrato, tendo em vista aspectos específicos, ou planos e projetos específicos. Agora dizer que o que foi pactuado em 2010 não se alterou para explicar a falta de necessidade de elaborar um estudo, na minha opinião é irreal, é irreal do ponto de vista jurídico, porque é um novo contrato e é irreal do ponto de fático, tendo em vista que hoje vivemos uma situação hídrica que não possuíamos em 2010. Além disso, de todo o exposto faticamente fatos que foram estabelecidos e aqui apresentados, eu tenho claramente o quê? A necessidade de revisão e de estudos sim dessa viabilidade econômica atual, por isso eu rogo aos senhores Conselheiros que levem isso em consideração, levem não só os aspectos fáticos e aqui demonstrados por todos os presidentes de comitês de bacia, diga-se de passagem, assim como o próprio representante da ANA; como também levem em conta a legislação brasileira, dentre elas a Lei 9433, que exige o estudo de viabilidade; a Lei 10881, que estabelece que o próprio contrato pode estabelecer cláusulas de prorrogação, eu não tenho nenhuma aqui nesse contrato que peguei aleatoriamente, não analisei os outros e de princípios estabelecidos na nossa própria Constituição. Eu acho que os advogados aqui presentes certamente podem acrescentar ao debate, porque renovação que estão fazendo aqui, uma renovação sem o respeito as condicionantes prévias de um contrato novo é algo, na minha opinião, absolutamente questionável do ponto de vista judicial e o estudo deve sim ser feito. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado doutor. Eu tenho uma última inscrição. Cristina Yuan da indústria, por favor.

A SRª. MARIA CRISTINA YUAN (Instituto Aço Brasil) – Bom dia a todos. Primeiro dizer da minha satisfação de estar voltando ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos depois de tantos anos, como já foi dito aqui compartilhei no início do processo de discussão das diversas regulamentações do CNRH, reconheço aqui vários amigos daquela época e algumas novas pessoas que estão contribuindo para o processo. Então, é um momento assim de muita satisfação e felicidade para mim, e ao mesmo tempo de preocupação. Como disse estou

1304 chegando agora, ouvi atentamente as apresentações feitas por todos e
1305 parabenizar realmente, como outros colegas já disseram, um excelente trabalho
1306 que vem sendo desenvolvido pelas entidades delegatárias na condição de
1307 atividades de comitês de bacias, sei da imprescindibilidade da atuação dessas
1308 entidades e dos próprios comitês, participei também de diversos comitês. Então,
1309 eu acho que esse é o processo que não podemos de forma alguma permitir que
1310 tenha um retrocesso, nós estamos infelizmente vendo várias coisas nesse país
1311 retrocederem diante dessa grave crise econômica que o país passa e temos que
1312 lutar para a preservação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos
1313 Hídricos, mas temos realmente preocupações e não podemos ser levianos de em
1314 nome dessa importância da manutenção do sistema aprovar questões que
1315 possam pôr em risco a nossa segurança jurídica. O colega da CNI que expôs aqui
1316 de uma forma brilhante essa questão, quer dizer, então isso é um problema, eu
1317 não sou advogada, sou engenheira e ouvi atentamente o que ele falou. Então,
1318 realmente é uma preocupação se está explícito em lei a exigibilidade de
1319 sustentabilidade financeira, essa questão que foi apresentada pela ANA traz uma
1320 preocupação. E aí Vitor tem uma questão na sua apresentação que me trouxe
1321 dúvida, quer dizer, quando foram apresentados os gráficos dos resultados dos
1322 diversos comitês de bacia, a questão de aparecer um déficit e aí isso remete há
1323 uma questão que já era discutida desde a época que eu participei inicialmente do
1324 CNRH, a questão de quem são os usuários dos recursos hídricos das bacias e
1325 que portanto pagam pelo uso da água, me parece e sempre defendemos isso que
1326 o setor elétrico é usuário da água e portanto paga, se assim não for considerado,
1327 ele está usando sem pagar. Então, nós temos aí uma dicotomia, temos que
1328 resolver o que isso é de fato, que questão é essa, se o setor elétrico paga essa
1329 parte, uma parte do que ele paga deve ser destinada aos comitês de bacia. Então,
1330 eu vejo com estranheza que na apresentação não é considerada essa receita, a
1331 questão do 7,5% contabiliza apenas o que é pago pelos demais segmentos
1332 usuários e não considero apropriado, vocês me desculpem, que seja usada a
1333 palavra dote; dote me parece uma concessão, um condescendência, eu estou
1334 doando uma parte do dinheiro para a sustentabilidade das bacias, não, o sistema
1335 foi construído considerando que todos os usuários contribuirão e como bem disse
1336 a Patrícia com o teto de 7,5%; o sistema foi construído considerando que o poder
1337 público exerceria a sua responsabilidade e a sua competência. Então, se há a
1338 questão da dúvida, da sustentabilidade financeira é importante que o poder
1339 público concorra e demonstre que ele irá participar com o que lhe é obrigatório e
1340 delegado em lei para que o sistema tenha sustentabilidade financeira. Então, nós
1341 não podemos uma forma irresponsável, ainda mais ao se ter apresentado os
1342 gráficos em que se mostra esse déficit, mas porque está sendo, vamos dizer, não
1343 está sendo considerada uma parte de um dos usuários do uso da água, quer
1344 dizer, nós não podemos aprovar e mais uma vez não somos contra a existência
1345 das entidades e da continuidade do trabalho deles, mas seria irresponsabilidade
1346 da nossa parte e eu como Conselheira recém-ingressada nesse Conselho aprovar
1347 uma matéria em que se foi demonstrada claramente uma insustentabilidade
1348 financeira; a menos que possamos mudar isso com uma nova composição de

receitas. Então, eu acho que a questão não é se discutir se é importante ou não a entidade, ou se devem ou não permanecer à frente da condução dos trabalhos dos comitês, mas sim de que forma financeiramente nós vamos equacionar isso e aí junto a minha voz faço coro aos meus colegas do setor usuário já falaram, não pode mais uma vez os setores usuários serem penalizados nessa questão, nós estamos falando de cobertor curto, estamos falando de uma crise em que o próprio poder executivo está querendo contingenciar recursos destinados ao setor hídrico. Então, é porque o coberto está curto, o Governo está implementando várias medidas amargas muito mais para o setor privado do que para o próprio setor público e isso tem sido divulgado em toda a mídia nesse sentido, e nós estamos com o cobertor curto, todos nós nas nossas casas, no nosso dia-a-dia sentimos o peso dos tributos que nós pagamos. Então, essa carga que não pode ser onerada, nós temos que racionalizar se a crise é forte e atinge a todos temos que racionalizar, ter sensatez e não simplesmente a cada crise aumentar imposto e aumentar a carga sobre terceiros. Então, é essa questão que queria trazer, principalmente essa questão com a questão da responsabilidade que cabe a todos os Conselheiros. Obrigada.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigada Conselheira. Eu tenho a última inscrição. Dr. Paulo Varella, por favor.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA) – Bom, eu queria iniciar expressando, antes de mais nada, o mais profundo respeito por cada uma das opiniões que aqui foram expostas, mas queria fazer aqui uma reflexão para os senhores, eu acho que hoje é um dia importante e esse Conselho tomará decisão importante. O que é exatamente nós estamos aprovando aqui? O que nós estamos discutindo aqui? Falamos de forma mais ampla e natural que quando se traga algum assunto à baila que toca no sistema, nós falamos sobre a sustentabilidade, na verdade, do sistema como um todo, falamos da sustentabilidade do sistema, falamos de questões que precisam sim ser aprofundadas. Quando o legislador fala que a unidade de planejamento é a bacia hidrográfica e começamos a implementar o sistema por comitês tributários e de calha, e etc. parece que o espírito da lei se perde um pouco aí, por exemplo, estamos caminhando, os comitês de integração parece sim ser um caminho interessante e já existe comitês únicos, como é o caso do Piranhas-Açu, que já nasceu assim. Então, a decisão é uma bacia de uma forma integral. E por aí fomos, discutimos a questão do sistema, mas o que nós estamos votando aqui, na verdade, é a prorrogação da delegação que os comitês propuseram gente, isso é o que está sendo votado, retirar a possibilidade dos comitês continuarem participando na interessa do que é possível, tirando as suas delegatárias, me permitam com todo o respeito a todas as opiniões que foram colocadas um retrocesso inaceitável gente, que nós temos que abrir essa discussão e aprofundar a discussão da sustentabilidade do sistema como um todo, ok, esse

1394 Conselho tem que vir para dentro disso. Aqui foram levantados uma série de
1395 pontos importantíssimos, mas nós não podemos, pegando aqui a palavra Dr.
1396 Anivaldo de uma forma oportunista com todo o respeito, discutir a prorrogação da
1397 delegação. É isso que estamos discutindo aqui e colocar todos os problemas do
1398 sistema para assim poder dar continuidade ao trabalho delegatário dos comitês,
1399 não, vamos deixar, vamos abrir a discussão e trazer o comitê para dentro também
1400 com as suas delegatárias, que lhes dão a possibilidade de trabalhar. Então, eu
1401 queria realmente contrapor exatamente que nós temos sim que aprovar essa
1402 prorrogação e quero dizer o seguinte: fiquem tranquilos, outra coisa é o contrato
1403 de gestão, vocês podem ter certeza que nós vamos trabalhar e a ANA também
1404 dispõe de advogado, dispõe de procuradores e nós não vamos fazer nada que
1405 não esteja amparado pela lei, mas isso é outro questão, esse será o nosso
1406 contrato de gestão, e no que pese o cheque que está sendo dado, digamos, a
1407 possibilidade da delegação está sendo aprovada e espero que o seja no contrato
1408 de gestão nós vamos decidir quando é delegatária e quanto tempo vai ter. Isso é
1409 outra coisa. Então, temos que ver o que está aprovando hoje sem nenhum
1410 prejuízo do aprofundamento de todas as questões do nosso sistema, que têm
1411 fragilidades e que têm problemas, se não se mistura tudo em uma panela só e
1412 vamos votar aqui o quê? A perspectiva da prorrogação da delegação que os
1413 comitês trabalhando dentro de sistema, com toda a democracia, possível
1414 aprovaram. É isso que nós vamos votar. Então, eu queria e repito com todo
1415 respeito a tudo que foi colocado fazer uma proposta de que nós pudéssemos sim
1416 dá aos comitês a possibilidade de continuar trabalhando e aí sim estamos
1417 mergulhando no cerne da lei que traz a proposta de um sistema integrado,
1418 descentralizado e traz o comitê como parlamento dessas águas, senão estamos
1419 embolando aqui uma série de questões. Agora aproveitando aqui a oportunidade
1420 dizer também e aí já discutindo no sistema Patrícia, você tem razão, nós temos
1421 que sair do muro das lamentações e ir para a prática das ações, nós tivemos
1422 discutindo isso há umas semanas junto com o nosso presidente da equipe técnica,
1423 vamos sim entrar nessa briga definitivamente propondo, nós tentamos muitas
1424 coisas, não ficamos só na lamentação não, é que sempre esbarrava não pode, a
1425 lei, enfim. Parece que temos que mudar a lei, ou que temos que mudar uma
1426 questão legal, vamos partir para isso e vamos preparar aí o que for necessário
1427 juridicamente no Decreto, mudança de lei e etc., e vamos juntar com vocês para
1428 de forma prática ir lá tentar propor essas mudanças. Mas não queria aprofundar
1429 aqui, perder mais tempo na questão de que, enfim, temos que discutir o sistema
1430 sim, mas o que vamos votar aqui é uma prorrogação de uma delegação, é isso
1431 que estamos provando e queria propor a todos os senhores de que forma
1432 unânime, se possível fosse, entendendo que nós vamos votar aqui a possibilidade
1433 dos comitês continuem a trabalhar com suas delegatárias e depois sim vamos
1434 abrir todas as discussões possíveis para ver como nós podemos aprofundar e aí
1435 vai ter muita discussão, não é? Claro, diz que a diferença entre uma coisa é a
1436 mesma coisa são os olhos de quem vê, parece que está realmente insustentável
1437 por que, mas aqui foram dado remédio para que seja sustentável, evidentemente
1438 você tem inflação e você não meche em nada os preços constantes vai abrir um

buraco aí, mas na apresentação do Vitor vimos as três possibilidades onde podemos trabalhar, isso aí me parece que é uma questão a parte. Hoje é votar a delegação e espero que nós não retrocedemos tirando dos comitês a possibilidade de participar com toda força desse debate que deverá ser aberto. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado Paulo. A última inscrição e com isso encerro as inscrições. Patrícia Bóson, por favor.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Tem um ditado popular interessante que é eu sou responsável pelo que eu falo e não pelo que você escuta. E diferentemente eu não falei e nem escutei como o Dr. Varella escutou, eu acho que todos nós aqui falamos do comprometimento da indústria com relação as delegatárias, então, não há nenhum gesto, por menor que seja, para interromper o processo, para parar o processo, até porque como eu disse temos colegas Presidente do Conselho de Administração, temos colegas nos conselhos de fiscalização de outras entidades, como o IBIO, portanto estamos mais do que envolvidos com esse processo. Eu escutei bem que vamos sair das lamentações para a execução e escutei maravilhada, precisamos resolver esse problema, porque se a Agência Nacional de Águas avançou nos sistemas de controle nos estados não e aqui eu fico muito à vontade de falar de Minas, porque é anterior a atual gestão, a Maria de Fátima está aqui presente, mas nós temos casos bizarros de contas não aprovadas, porque a cobrança pelo uso da água de domínio Estado pagou uma lavagem de água de um carro comprado pela cobrança do rio de domínio da União. Parasse tudo, coloca-se cinco advogados, promotor, todo mundo, a lavagem custou 18 reais e você coloca gente a 100, 200 reais a hora durante meses para discutir se esses 18 reais são legais ou são ilegais. Então, quer dizer, têm coisas que precisam avançar, não é de hoje que nós vimos aqui quase que implorar para que essas coisas, é Decreto que resolve isso, como se faz controle de contrato de gestão, é muito simples, não é lei, é Decreto, muita coisa e esse próprio Conselho pode dar uma indicação melhorando aquela Resolução da cobrança pelo uso da água, ou complementando ela, digamos assim, e muita coisa é boa, vontade sim do órgão executivo maior do sistema, que é a ANA para correr atrás como correram da 10881. Muitos de vocês aqui estavam presentes naquela época e viram o esforço que foi e foi conseguido esse esforço. Então, fico feliz em relação a isso e a CNI e todo o sistema, toda a rede se colocar à disposição, inclusive com os seus consultores que já se debruçaram sobre esse problema, para resolvermos esse problema, voltando ao que era. O que foi dito? O que foi dito que há um risco simplificando mesmo, eu como engenheira, vou dá uma simplificada e qualquer erro. O que foi dito é que nós estamos aprovando uma renovação de um contrato de gestão que em verdade é um novo contrato que nós temos que... A delegação, isso mesmo, a delegação que é nova e que de acordo com a 10881 você tem que respeitar a

1484 regra. Foi colocado que não há sustentabilidade financeira, então, nós estamos
1485 dizendo que sim, que pode delegar que esse dinheiro corre um risco de uma hora
1486 parar e não ser mais aplicado por falta de sustentabilidade financeira. O nosso
1487 teor não é de parar, tanto é que nós temos uma emenda, nós temos uma emenda
1488 à proposta que foi colocada, um parágrafo único em que você dá uma garantia
1489 dessa sustentabilidade financeira e que, portanto, os Conselheiros não fiquem
1490 temerosos de que isso possa ser equivocado, porque pelo que foi dito aqui é que
1491 não há sustentabilidade financeira, mas ela será corrigida com aumento de PPU.
1492 Eu podia ouvir isso e não podia? Mas não ouvi isso. Então, como não é isso e
1493 como foi colocado um quadro, não foi eu que coloquei esse quadro, foi a Agência
1494 Nacional de Águas, todos os senhores e senhoras viram esse quadro é de que há
1495 uma insustentabilidade financeira, a curva vermelha subindo e a azul descendo.
1496 Então, o que queremos é um parágrafo que fala que em uma eventual
1497 insustentabilidade financeira a compensação, a cobrança pelo uso da água paga
1498 pelo setor hidrelétrico, que é um usuário como eu, como qualquer outro, ele não é
1499 um ET do sistema, ele paga pelo uso da água e ela venha complementar essa
1500 questão da sustentabilidade financeira, porque o torno a repetir 7,5% da cobrança
1501 não é a questão máxima, o parágrafo que inclusive está em tela, o 7,5 da
1502 cobrança não é o máximo, quer dizer, uma agência não tem que ser desenhada
1503 no valor do 7,5% da cobrança, não é isso que a lei diz gente, é só ler a lei, o que
1504 está dizendo é para o sistema há uma dotação orçamentária pública de
1505 responsabilidade do poder público que o criou em que a cobrança pode ajudar em
1506 até 7,5%. É isso que está dito. Então, você pode ter Aparecida, qualquer tamanho
1507 de agência que se queira, o 7,5% sempre será o apoio, porque o tamanho da
1508 agência necessária para aquela bacia é uma obrigação de quem criou por Decreto
1509 o Comitê de Bacias Hidrográficas, é um ente público como outro qualquer que
1510 precisa de dotação orçamentária; achar que é a cobrança pelo uso da água que
1511 vai dar a sustentabilidade ao sistema é um equívoco que nós não vamos parar
1512 essa discussão que leva até a interpretações equivocadas, eu compreendo Vitor,
1513 você não disse isso, mas pode levar a interpretações equivocadas de chegar a
1514 esse absurdo. Então, nós estamos já apresentando a emenda lá para conformar o
1515 nosso discurso de que ninguém está querendo parar nada, o que nós queremos é
1516 realmente que tenha continuidade, não daqui um ano e meio as agências virem a
1517 esse Conselho, como vieram ano passado, de pires na mão dizendo que o recurso
1518 não está dando e não está sendo o suficiente. Obrigada.

1519
1520
1521 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –**
1522 Obrigada Patrícia. Eu estava inclinado em encerrar as inscrições antes da Patrícia,
1523 mas dada a fala dela ainda concedo ao Júlio Thadeu e Paulo Varella e vamos
1524 tentar encerrar. Eu peço que sejam breves, por favor.

1525
1526
1527 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) –** Eu como a Patrícia sou
1528 engenheiro civil e tive a oportunidade de trabalhar na elaboração da lei e venho

sendo o Presidente da CTIL por diversos anos. Então, tem um viés meu aí de advogado também, mas não perco as raízes de engenharia civil. Então, para mim fiquei um pouco interessado diante da argumentação que foi colocada aqui, quando foi falado diversas vezes que renovar teria problema. Então, eu como engenheiro fui ao dicionário, renovar significação: ação ou efeito de renovar; ação de fazer com que algo fique como novo, ou seja, modificar. Agora o que nós estamos pedindo não é renovação, é prorrogação, prorrogação é ação ou efeito de prorrogar; atuação de fazer com que algo dure além do tempo determinado em adiamento. Então, tem que ser bem distinguido as duas coisas. O que estamos pedindo é que as coisas que tenham a prorrogação da forma que está aí, não está sendo pedido uma renovação, ou seja, uma alteração da forma como está sendo feita, não, é uma prorrogação de prazo. É isso que queria.

O SR. VITOR SUCUPIRA (ANA) – Eu tenho várias coisas para dizer aqui, mas não vou me estender muito no tempo, porque esse debate é bastante envolvente, porque nós discutimos o sistema e isso é discutir o sistema, e isso é muito bom. O que nós contestamos é a discussão do sistema e aí a solução de todos os seus problemas no momento da prorrogação de uma delegação manifestada, solicitada, defendida pelos comitês de bacia e acatada por esse Conselho para daí, então, haver uma discussão de um contrato de gestão, que é o que a 10881 permite. A discussão do contrato não está em debate aqui, o que está em debate aqui é se o Comitê de Bacia X continuará com a entidade de bacia y e aí o que diz a lei? A Lei 9433 é muito clara quando diz que a criação, não a prorrogação e não uma renovação, mas a criação de uma entidade de bacia, uma agência de bacia é condicionada por dois requisitos, primeiro: manifestação do comitê de bacia de que aquela entidade é a que ele quer e ele pode escolher individualmente, pode ser criada como foi a Gevap, pode fazer um processo seletivo público como foi o IBIO, como foi a Peixe Vivo e o Comitê de Bacia se manifesta, eu quero a entidade X, esse é o primeiro requisito e ele foi cumprido. O segundo requisito é a viabilidade financeira assegurada pela cobrança, ou seja, se tem cobrança pelo uso da água na bacia e essa condição persiste, porque a cobrança na bacia não mudará a não ser que mude a Lei 9433, ela continuará sendo cobrada todo ano na bacia o recurso necessário para o funcionamento daquela agência e para a implementação das ações do plano. Então, não há essa discussão aqui. Agora sustentabilidade, ou que tipo de agência eu quero, eu posso ter uma agência do tamanho pequeno, médio, Plus, eu posso ter uma Peixe Vivo com 150 funcionários, eu posso ter o IBIO com 130 funcionários, eu posso? Posso, só que isso tem um custo e infelizmente, e aí é a minha opinião pessoal, infelizmente a Lei 9433 limitou esse custo a 7,5%, 7,5% do quê? Da cobrança que está na lei, não somos nós que estamos inventando isso, está na lei. Agora o que mostramos aqui? Nós não temos nenhuma intenção de esconder nenhuma informação e nem nada, nós usamos a informação que a própria agência disponibilizou. Há uma situação de dificuldade financeira, de pagamentos de contas, enfim, esse Plenário vai aprovar uma prorrogação de uma delegação para uma entidade que vai fechar

1574 as portas, vai mandar a gente embora e não vai pagar o seu salário? Claro que
1575 não. É evidente que essas entidades têm condições de funcionar sim, não há
1576 nenhum risco de insolvência no horizonte. Agora ao longo do tempo a despesa
1577 aumenta? Aumenta. A receita aumenta? Não. E de onde que vem a receita,
1578 aumento de PPU? Sim, mas só de aumento de PPU? Não. Eu disse isso aqui, tem
1579 outras fontes para se buscar esse aumento de receita como, por exemplo,
1580 universalizar a cobrança na bacia e é muito bom ouvir a Bahia dizer que vai
1581 realmente cobrar no São Francisco, excelente, muito bom o Leonardo dizer que o
1582 Espírito Santo vai cobrar na Bacia do Doce, é excelente, é isso que nós queremos
1583 e mais recursos da compensação financeira sim Cristina. Este recurso da CFU, o
1584 recurso do setor elétrico é cobrança e nós aplicamos sim. O que não podemos é
1585 amarrar esse recurso há uma obrigatoriedade de retorno dele a bacia onde ele é
1586 gerado, porque se eu fizer isso terei bacias ricas com percentual de recurso
1587 gerado ali, e terei bacias que não funcionam, porque não tem hidroelétrica, não
1588 tem geração. Lembrando é recurso, o setor elétrico paga e isso é cobrança, só
1589 que isso é regulado por uma lei específica que determina que esse recurso 0,75%,
1590 vamos discutir CFU? Eu topo a discussão num ambiente de discussão do sistema,
1591 mas nós vamos discutir a CFU como um todo, por que nós estamos discutindo só
1592 o 0,75? E os 6% que vão para os Estados para fazer caixa nos fundos estaduais
1593 de recursos hídricos? E o recurso que vai para o Fundo Setorial de Pesquisa do
1594 FNDCT? Vamos discutir isso? Vamos. Agora é o momento de discutir isso? Me
1595 desculpe, eu acho que não. Então, esse recurso da ANA, aliás, e aí eu faço meia
1596 culpa, é porque nós usamos essa expressão lá na ANA durante muito tempo e
1597 acaba o cachimbo da boca torta, realmente dote é uma palavra inadequada para
1598 se referir a esse recurso e você tem toda razão nesse aspecto, não é dote e não é
1599 uma generosidade, nós temos responsabilidades jurídicas nos contratos de gestão
1600 que nós assinamos e nós evidentemente juridicamente jamais assinemos um
1601 contrato de gestão como a entidade para deixá-la pendurada, é evidente, não
1602 precisa termos nenhuma análise substancial jurídica, é evidente, mas isso é uma
1603 coisa que está no âmbito do contrato administrativo que nós assinamos com as
1604 entidades e eu disse aqui os novos contratos, que nós estamos discutindo, e
1605 amanhã vamos começar a conversar com o Doce os novos contratos, vão ter uma
1606 cláusula específica que permitem o repasse do recurso adicional da ANA, que é o
1607 recurso do setor elétrico mediante o desempenho das entidades, é evidente que
1608 não vamos assinar o contrato de cinco anos com o IBIO, ou de seis anos com a
1609 Peixe Vivo sem saber se vai ter dinheiro, ora pelo amor de Deus não fazemos
1610 isso, a ANA tem uma instituição sólida, é governamental, tem excelentes quadros
1611 administrativos e jurídicos, não há esse risco, vocês não vão aprovar aqui uma
1612 renovação, uma prorrogação de uma delegação sobre risco, porque vocês não
1613 aprovam contrato, a responsabilidade pelo contratado é nossa, porque a Lei
1614 10881 disse assim e nós vamos trabalhar e garantir isso, fiquem tranquilos. O que
1615 vocês estão aprovando aqui é o desejo dos comitês de bacias de continuar com
1616 aquela entidade, ok, está manifestado? A CTIL verificou isso, está lá a
1617 manifestação de todos os comitês e a viabilidade financeira garantida pela
1618 cobrança está garantido? Claro que está, a não ser que a cobrança cesse

1619 amanhã, o que não vai acontecer. Nós continuaremos a cobrar nas quatro bacias?
1620 Sim, por dez, quinze, vinte, cinquenta anos. Agora esse dinheiro será o suficiente
1621 para ter uma agência de cinco, dez, quinze ou vinte funcionários? Essa é outra
1622 discussão que não é para ser feita aqui. O Carlão conhece muito bem, o pessoal
1623 do PCJ conhece muito bem; o PCJ tem projeções e ambições de ter o dobro do
1624 tamanho que ele tem, que a fundação PCJ tem a ambição de ter o dobro do
1625 tamanho que tem, mas sabe muito bem que só pode ter esse dobro de tamanho
1626 quando tiver o aumento de receita. Agora só pelo PPU? Não, se foi essa a
1627 impressão que eu deixei aqui, eu peço desculpas, mas me lembro de ter sido claro
1628 que aumento de receita passa também por aumento de PPU, mas não só por
1629 aumento de PPU.

1630
1631
1632 **O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (FIEB)** – Eu prometo para encerrarmos
1633 aí, eu acho que foi colocado, tenho uma proposta na Mesa e só mais um detalhe
1634 que vou dizer assim, que a lei também fala especificamente do CNRH que queria
1635 que fosse colocado aqui.

1636
1637
1638 **O SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (CNI)** – Eu só gostaria de ressaltar
1639 alguns pontos, muita coisa foi dita aqui e concordo com algumas, com outras não.
1640 Com o fato do mal gosto tremendo da palavra dote, eu estou totalmente de
1641 acordo. Agora vou levantar apenas três aspectos que foram aqui mencionados. O
1642 momento da discussão, ou seja, foi muito bem dito que uma coisa é aprovar uma
1643 Resolução/CNRH e outra coisa muito diferente é firmar um contrato de gestão,
1644 estamos de acordo. Agora qual é o momento de discutir a viabilidade econômica?
1645 A lei estabelece o momento e olha o que diz a Lei 10881, vou me permitir ler para
1646 vocês o art. 1º que é o que define o objeto da norma, ou seja, o dispositivo talvez
1647 mais importante. Art. 1º: A Agência Nacional de Águas poderá firmar contratos de
1648 gestão, por prazo determinado com entidades sem fins lucrativos que se
1649 enquadrem no disposto pelo art. 47 da 9433, que receberem delegação do
1650 Conselho Nacional de Recursos Hídricos para tal. § 1º: Para a delegação a que se
1651 refere o caput desse artigo, o CNRH observará as mesmas condições
1652 estabelecidas pelos art. 42 e 43 da Lei 9433, que são justamente os que tratam da
1653 viabilidade financeira. Então, que me desculpe o representante da ANA, mas o
1654 momento de se discutir isso é agora, é na aprovação de uma Resolução e não
1655 estou falando isso da boca para fora não, isso está previsto em lei, ou seja, o art.
1656 1º da lei que diz que no momento de se delegar para uma entidade delegatária, eu
1657 tenho que analisar as condições. Isso foi apenas o primeiro ponto. Segundo ponto,
1658 diferença entre renovação e prorrogação. Vou tentar ser o mais direto e objetivo
1659 possível, mesmo porque todo mundo fala, enfim, na minha terra, Minas, dizem que
1660 advogado não pode ver um tijolo que sobe em cima para fazer discurso, eu, além
1661 de advogado, sou professor o que só piora o negócio, mas qual é a diferença?
1662 Renovação é contrato novo, que significa dizer que todas as cláusulas, uma vez
1663 pactuadas serão renovadas. Prorrogação é diferente, as cláusulas permanecem

as mesmas e aí analisando o contrato de gestão podem até alegar, mas as cláusulas não vão se alterar, vão sim, porque os planos de trabalho tenho absoluta certeza que se alteraram, as metas se alterarão, mas as metas serão as mesmas, se as metas serão as mesmas o Ministério Público está com um prato cheio, ou seja, vou ter a mesma meta depois de cinco anos, significa que eu não cumpri. Então, é lógico que tudo vai se alterar, se eu replico o contrato inteiro e assino um novo contrato isso se trata de um contrato novo, por mais que ele seja igual ao anterior. Diferente de prorrogação, prorrogação juridicamente, eu posso até analisar para vocês, quem tiver interesse o art. 57 da Lei 8666, ou seja, quando eu tenho uma situação esporádica, fática, que me impede de cumprir determinada cláusula contratual, quando eu tenho uma alteração via adendo pela própria administração pública, quando eu tenho um novo pedido de aumento de quantidade, ou que seja de novo trabalho pela administração, isso tudo são cláusulas previstas de prorrogação. Então, aqui não há que se discutir e o terceiro aspecto que acabou de ser mencionado é o que é a criação de uma agência de águas. E foi muito bem analisado os art. 42 e 43 da lei, ou seja, o art. 43 estabelece a criação de uma agência de águas, só que esse art. 43 e quem é do direito sabe disso, eu só posso interpretar uma norma de modo sistêmico, ele tem que ser lido junto com o art. 51 da mesma lei que diz o seguinte, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os conselhos estaduais poderão delegar a organizações sem fins lucrativos relacionadas no art. 47 dessa lei, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das agências de água, não se trata aqui de uma criação de agência de água, mesmo porque ela não existe, não está nem em discussão aqui e a Agência de Água na minha opinião é pública pela lei. O que a lei permite é que entidades de cunho civil regidas por direito privado exerçam essa função mediante um contrato administrativo chamado pela 10881 contrato de gestão, eu particularmente acho que é uma parceria pública, mas enfim. Agora nesse aspecto aqui, eu tenho que levar isso em consideração, porque não se trata aqui de criação ou aquele argumento de que ela foi criada a seis anos atrás e por isso eu não preciso de viabilidade, não, aqui é a nova delegação e a nova delegação é estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei 10881. Quanto a isso não há dúvidas, eu fiz uma leitura literal da norma para os senhores e essa leitura literal, nós falamos que direito não é ciência exata, não, mas às vezes é extremamente precisa, e quando do ponto de vista literal não tenho dúvidas sobre a interpretação do dispositivo, que me desculpe, mas toda aquela teoria e doutrina de que depende da interpretação que dou, isso não vale de nada, aqui não há outra interpretação a não ser essa. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –
Obrigado. Bom, após manifestações dos Conselheiros, nós vamos definir o encaminhamento. Nós fizemos uma discussão conjunta das três propostas, agora nós vamos tratá-la individualmente, porque são três resoluções distintas, algumas delas até tem prazos diferentes. A Paraíba do Sul é a que tem mais conforto, porque ela vence apenas o ano que vem, mas as demais vencem no final deste

1709 ano. Nós vamos votá-las de modo individual, porque são três propostas de
1710 resoluções, tratamos até agora conjuntamente, porque os escopos são parecidos,
1711 são semelhantes, eu só tenho que lembrar que o Paraíba do Sul tem um prazo
1712 maior, ela vence no fim do ano que vem, mas as outras duas vencem em
1713 dezembro deste ano. Então, há prazos diferentes, além da extensão de prazo que
1714 dá em cada delegação. A primeira, então, é de acordo com a nossa pauta, nós
1715 vamos discutir a delegação de competência para a AGEVAP, eu entendo que já
1716 há uma proposta de alteração de texto. Então, nós vamos fazer dois momentos de
1717 votação. Nós vamos propor a votação do mérito da Resolução, vocês concordam
1718 em seguir o encaminhamento da Resolução e termos a Resolução de prorrogação
1719 de prazo? Eu peço aos Conselheiros que concordem que levantem o seu cartão
1720 de votação para que possamos conta-los, por favor? 29. Por favor, os
1721 Conselheiros que são contrários a essa proposta levante o seu cartão. Eu não
1722 tenho registro de contrário. Algum Conselheiro deseja se abster, por favor, levante
1723 o cartão. 13 abstenções. Então, a matéria está com o mérito aprovado. Vamos
1724 discutir agora a alteração proposta pela indústria. Eu não tenho condições de ler,
1725 porque não tenho a cópia aqui. Por favor, Tarcísio leia para nós. A proposta de
1726 alteração é nos considerandos ou parágrafos? Insere no parágrafo mesmo,
1727 porque ler ao contrário e de costas é terrível.

1728
1729
1730 **O SR. TARCÍSIO NUNES (SRHU/MMA)** – Bom, § 1º: A viabilidade financeira do
1731 custeio administrativo da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica
1732 do Rio Paraíba do Sul será assegurada pela aplicação de 7,5% das receitas da
1733 cobrança pelos usos de recursos hídricos em rios de domínio da União de que
1734 tratam os incisos I, III e V do caput do art. 12 da Lei nº 9433, de 08 de janeiro de
1735 1997, arrecadadas nas respectivas bacias hidrográficas acrescidos de igual valor
1736 a ser aportada pela Agência Nacional de Águas com recursos oriundos da
1737 cobrança pelo uso da água do setor elétrico a título de investimento na
1738 consolidação do Singreh.

1739
1740
1741 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu
1742 posso passar, então, a votação dessa proposta de inclusão de parágrafo? Tem
1743 que discutir, desculpe. O almoço que se aproxima dá... Por favor, vamos discutir a
1744 proposta de inclusão, eu tenho alguma sim. Eu vou acolher.

1745
1746
1747 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só um minuto Marcelo. O art. 1º também está
1748 sendo alterado o prazo.

1749
1750
1751 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo da SRHU)** – Tem
1752 mais de um artigo? Não.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É que o art. 1º.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Quem está apresentando a proposta de alteração de prazo? Percy, por favor, venha aqui. Vocês estão pedindo para alterar, porque eu tenho que registrar isso para a transcrição. Vocês propuseram incluir um novo parágrafo e também estão propondo mudar o prazo. Porque daqui não estou vendo. Eu não tenho proposta de Conselheiro para alterar o prazo, só tenho a proposta de inclusão de parágrafo. Então, estou abrindo para discussão a inclusão desse parágrafo. Algum Conselheiro deseja se manifestar, eu tenho uma indicação Paulo Varella, por favor.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA) – Eu acho que mais uma vez estamos embolando aqui as coisas. Vincular uma receita na forma como está proposto aí é inadequado gente. Perfeitamente. Vincular essa receita é absolutamente inadequado gente, nós fizemos aqui uma proposta de moção, inclusive para garantir que nós fiquemos contingenciável, mas qualquer variação aí, quer dizer, não é aqui num documento que está prorrogando que nós vamos vincular a receita. Perdoem-me, mas isso é absolutamente impróprio.

O SR. RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES (ANA) – Eu quero falar, dá a minha opinião a esse respeito que têm alguns equívocos aí e que temos que prestar a atenção. Rodrigo Flecha, Agência Nacional de Águas. Tem alguns equívocos, Dr. Varella já mencionou o primeiro, o segundo deles é quando se trata da questão de o valor de 7,5%, a cobrança do setor elétrico é o 0,75 ser igual ao valor 7,5%. Isso pode prejudicar sobre maneira o presidente do Doce já colocou aqui a questão da arrecadação no primeiro ano. Eu vou admitir que tenhamos usuários inadimplentes, cadê o Leonardo está aí? Leonardo, um exemplo típico que você colocou, nós temos usuários inadimplentes e vai impedir e com isso o 7,5% seu cai, concorda? Vai impedir que a ANA aporte mais recursos da cobrança do setor elétrico para o Comitê do Rio Doce Leonardo, concorda? Se for igual ao valor e aí isso sim vai criar uma inviabilidade financeira, isso pode acontecer em outras bacias também. Então, vamos tomar cuidado e mais o 0,75% do setor elétrico, que é cobrança pelo uso da água, não é dote esse nome, não é bom esse nome, é um nome interno que usávamos e o Vitor já esclareceu isso. É um recurso que serve para utilizar no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos como um todo no país como um todo Ivo, esse recurso vai para o Rio Grande do Sul também, ele é utilizado para o Amazonas do Oiapoque ao Chuí, de Leste a Oeste, e de Norte a Sul. Então, Leonardo tem que tomar cuidado com isso, porque senão você pode inviabilizar financeiramente a estrutura da sua

agência. Então, tem que tomar muito cuidado com isso, por isso que eu proponho que se retire todo esse § 1º daí que ele é imprudente.

A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Eu vou passar a palavra para o Percy, eu só queria colocar uma coisa Sucupira, sempre haverá bacias ricas e pobres, porque a cobrança pelo uso da água está associado a questão econômica do território. Então, sempre haverá bacias mais ricas e outras mais pobres.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI)– Rodrigo, eu acho que a sua lembrança foi perfeita, eu acho que nós temos que tomar muito cuidado. Então, talvez atendendo a demanda do Rodrigo, nós coloquemos um no mínimo acrescido de entre vírgulas no mínimo igual ao valor a ser aportado pela ANA, porque eu acho que atende um pouco a preocupação apresentada pelo Rodrigo. Fica a proposta.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) – Bom dia a todos. Wilson de Azevedo, representante dos pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo. Bom, eu prestei muita atenção em tudo que foi conversado e entendo que o espírito dessa proposta de emenda que foi apresentada pelo setor da indústria, visa efetivamente assegurar o funcionamento das agências de bacia sem aquela possibilidade de as agências se dirigirem a ANA para pedir, com o pires na mão como foi falado aqui, para pedir recursos para continuarem funcionando. Aí eu acho que também não está que a redação dessa proposta poderia ser modificada e de modo a que contemplasse o pedido da ANA, mas não vinculasse percentuais e valores, e nesse sentido eu queria propor dado ao adiantado da hora que nós retomemos esse assunto após o almoço. Fica aí a sugestão.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Por favor, nós vamos terminar agora. Calma. A Patrícia pediu questão de ordem. Então, vamos ouvir a Conselheira Patrícia e proceder a votação final.

A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Reforçar o pedido aqui. Eu acho que como isso foi colocado agora, precisamos de um tempo, estamos mortos de fome e aí queríamos consultar o Conselho se não é melhor voltarmos depois de melhorado esse parágrafo. Obrigada.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Tenho a reação aqui na frente para continuarmos Patrícia, não só a frente e vou

fazer uma consulta. Como a Conselheira pediu e nós temos o maior respeito pela Conselheira Patrícia, eu vou fazer uma consulta agora, por favor, levantem as mãos, os seus cartões se os senhores desejam interromper esse processo agora e voltar após o almoço. Então, se concordam com essa interrupção, por favor, levantem o seu cartão. Rodrigo, estou perguntando se os Conselheiros concordam com a interrupção agora, se os senhores acham que é melhor interromper, por favor, levante o seu cartão de votação. Por favor, levantem para interromper ou continuarmos. 25. Então, continuaremos, nós estamos terminando. Eu tenho uma proposta que foi formulada pelo Conselheiro de ANA de retirar essa modificação de texto e manter o texto original. Como não tenho nenhuma outra proposta de alteração, eu vou colocar em votação, continuamos, eu encerrei as inscrições Tereza. Essa é a primeira e nós já encerramos. Eu estou colocando em votação se os senhores concordam com o texto original. Então, vou pede aos Conselheiros que se concordam com o texto original, então, por consequência rejeitam essa alteração, por favor, levantem o seu cartão de votação. Desculpa. Fica mais fácil, então. Calma gente, é porque tem muita gente falando ao mesmo tempo, nós não vamos conseguir chegar a uma conclusão. Eu vou repetir a votação. Então, vou fazer a proposta mais simples de votação, se aceitam a alteração proposta pelo setor da indústria, aqueles que aceitam, por favor, levante o seu cartão de votação. 7 votos a favor de ter a modificação. Aqueles que não concordam com a alteração proposta, por favor, levantem o seu cartão. 30. Algum Conselheiro deseja se abster, por favor, levante o seu cartão. Seis abstenções. Então, declaramos a matéria aprovada no seu texto original. A segunda é sobre a prorrogação da delegação do IBIO como entidade delegatária do Comitê do Doce. Eu vou pedir aos senhores, nós vamos fazer o mesmo encaminhamento, eu vou propor a votação se aprovamos o mérito da Resolução e em seguida se haverá alteração de texto. Então, vamos a primeira parte. Vamos abrir a votação. Aceitamos o mérito dessa proposta, os Conselheiros que concordam com o mérito da proposta, por favor, levante o seu cartão de votação. IBIO. 33 a favor. Por favor, os Conselheiros que se manifestem contrários à aprovação do mérito essa proposta da delegação da IBIO, por favor, levante o seu cartão. Um voto. Aqueles que desejam se abster, por favor, levante o seu cartão. 12 abstenções. Pergunto agora ao Plenário se há alguma sugestão de alteração de texto a essa Resolução. Conselheira Tereza Cristina.

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONG-Clube de Mães Santa Luzia) – Eu confesso que tenho uma dúvida sobre o prazo. Essa minuta proposta são de dez anos, cinco anos?

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Por favor, nós temos três prazos diferentes, porque tem vencimentos diferentes. Os comitês deliberaram sobre o prazo que queriam fazer a prorrogação da delegação, não do contrato de gestão, nós estamos tratando da delegação, o contrato de

gestão vai ser definido, me corrijam, mas foi isso que eu depreendi das apresentações, os contratos de gestão vão ser ajustados entre a ANA, delegatória e Comitê. Então, nós estamos tratando de delegação, as três têm propostas, tem prazos diferentes, a do Paraíba do Sul é a mais confortável, porque vence só em junho do ano que vem, alguém me corrija se estiver errado; as outras duas vencem em dezembro desse ano. Então, são prazos diferentes, porque os comitês deliberaram em prazos diferentes. Eu gostaria que os outros dois tivessem feito isso há mais tempo, teríamos mais tempo para discutir, mas nós recebemos há poucos meses essa deliberação, após a última ordinária do Conselho. Resolvemos a sua dúvida?

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONG-Clube de Mães Santa Luzia) – Resolvemos. Obrigada.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Então, nós já votamos o mérito. Wilson Azevedo. Não fica atrás da coluna, porque eu não te vejo.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) – No considerando eu vi que nessa proposta de Resolução não tem a data final da delegação que foi concedida por esse Conselho, ele remete ao contrato de gestão, não sei, quer dizer, todas as outras têm o prazo final, dezembro de 2015, junho de 2016, essa não consta. A delegação original vinculou o contrato de gestão.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Infelizmente a delegação do Doce foi diferente, a do Doce remetia o prazo ao contrato de gestão, isso foi impropriedade. Então, nós estamos corrigindo agora e estamos dando um prazo nessa, ela remetia ao contrato de gestão, como se não tivéssemos a prerrogativa de definir um prazo final.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) – Mas não poderia colocar, cujo contrato de gestão vença em tanto de tanto? Porque aí.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Não, porque os contratos podem ser prorrogados e continua sendo o mesmo contrato. O contrato da versão tal, aditivado na versão tal, isso traria mais confusão ao texto, nós optamos por ser mais simples e corrigimos para ter um prazo final, é

prazo determinado já na Resolução do Conselho. Então, não temos sugestão de alteração, nós já aprovamos o mérito. Então, eu declaro a Resolução aprovada. Nós vamos passar a terceira Resolução e última desse grupo, que trata da prorrogação da delegatária Peixe Vivo dentro do âmbito do Comitê do São Francisco. Faremos da mesma maneira. Vamos colocar em votação agora o mérito da proposta e em seguida será a alteração de texto. Quanto ao mérito da proposta, eu peço aos Conselheiros que se concordam com o mérito da proposta levante o seu cartão de votação. 34 a favor. Se há algum Conselheiro que seja contrário ao mérito, por favor, levante o seu cartão de votação. Nenhum cartão. Se algum Conselheiro deseja se abster da votação, por favor, levante o seu cartão. Nove abstenções. Dessa forma, declaro aprovada a Resolução como estão, as três Resoluções foram aprovadas no seu teor original. Vamos fazer uma pausa para o almoço, mas antes eu tenho que dizer aos Conselheiros, principalmente aos Conselheiros novos que a Câmara de Cobrança está discutindo nesse momento o processo de cobrança. Então, há uma discussão muito interessante, houve um seminário já realizado, as apresentações estão no site e há um Grupo de Trabalho dentro dessa câmara que está discutindo os contratos de gestão delegatárias. Então, por favor, participem. Quantas horas são? 13h00. Eu proponho o intervalo até as 14h30; as 14h30 começaremos de novo. Obrigado. Pessoal aqueles que quiserem deixar os pertences na sala, podem deixar, porque a sala será trancada. Aqueles que quiserem deixar a bolsa na sala pode deixar, que a sala será trancada.

(Intervalo para o Almoço)

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Boa tarde a todos. Vamos recomeçar porque a pauta ainda é extensa. Nós temos uma proposta de Resolução, uma proposta de Moção, duas apresentações ainda. Então, vamos recomeçar. O próximo item de pauta que é o 4.4 ele trata de deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso e foi encaminhada pela CTIL. Para apresentar a proposta de Resolução eu convido o Conselheiro Júlio, que é presidente da CTIL.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Boa tarde. Essa Comissão de Permanente de Ética do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos ela foi criada na Resolução Nº 158 de 9, de junho, de 2014. Na época nós pegamos aqui na Reunião do Conselho nós escolhemos, fizemos ou compusemos uma Comissão de Ética para aquele mandato, porque ela é válida por mandato, quer dizer, quando é renovado o mandato dos Conselheiros tem que ser renovado também a Comissão de Ética. Ela é formada por 4 representantes, sendo um de cada segmento, a representação é uma representação de cada segmento, mas é

uma representação pessoal, que o representante tem que ser Conselheiro e tem que ter tido pelo menos um mandato anterior, não imediatamente anterior, quer dizer, que já tenha sido Conselheiro antes. Então, isso é um pré-requisito básico para compor a Comissão de Ética. Nós fizemos uma chamada para todos os Conselheiros perguntando a demonstração de interesse em participar da Comissão de Ética, recebemos duas respostas, uma do Conselheiro Demetrios Christófidis da agricultura, do Ministério da Agricultura, que ficaria representando o Governo Federal na Comissão de Ética e outra do Wilson Bonança que é o representante da CNA aqui, como usuário, que seria o representante dos usuários na Comissão de Ética. Faltou, portanto da Entidade de associação civil e faltou também a representação dos Estados. Durante a Reunião da CTIL foi exposto esse problema e eu perguntei lá se tinham interessados em participar pela Sociedade Civil e participar da Comissão de Ética. Então, se apresentaram dois. Um a Ingrid Illich Muller, que seria representante da Associação Técnica de Ensino e Pesquisa, dentro da Sociedade Civil, e outra a Tereza Cristina da Silva Pereira, que seria das ONGs. Então, vai caber aqui ao Plenário decidir qual dos dois seria o representante da Sociedade Civil, e dos Estados não teve na época lá, porque os representantes dos Estados que fazem parte da CTIL estavam com o primeiro mandato. Então, não poderiam assumir por causa das restrições que eu falei. Então, vai ficar aqui para o Plenário ver se tem algum dos Estados a demonstrar interesse em participar. Então, o Plenário chega aqui e demonstra interesse e daí vai haver a votação, uma vez acordado a formação da Comissão de Ética vai ter que ser decidido quem vai ser o Presidente da Comissão de Ética já a partir da publicação da Resolução pelo Ministério do Meio Ambiente.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado Júlio. Bom, dos quatro segmentos resta um a receber a indicação. Eu pergunto aos representantes dos Conselhos Estaduais se um de vocês se candidata ou indicam um Conselheiro ou ex-conselheiro para fazer parte da Comissão de Ética?

O SR. RONALDO JORGE DA SILVA LIMA (CERH/PA) – Boa tarde. Ronaldo Lima, representante do Conselho estadual, do Estado do Pará, manifesto interesse em participar. Fui Conselheiro já em 2005/2006 e estou retornando agora nesse mandato.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Bom, com a indicação só nos resta agora decidir quanto a vaga a ser ocupada pela Sociedade Civil e mais tarde após essa decisão nós temos, eu vou pedir à nova Comissão que se reúna rapidamente e decida por um presidente e quem será titulares e o suplente, porque ainda temos isso. São quatro membros, mas um tem que ser suplente e outro tem que ser presidente. Então, ainda resta essa decisão.

Vou colocar em votação agora, de uma maneira mais rápida, as duas indicações da Sociedade Civil. Nós temos que escolher uma das duas pessoas, eu vou pedir, por favor, da nossa primeira indicação que é a Ingrid Muller da ABRH, vou pedir que os Conselheiros que concordam com essa indicação levantem o seu cartão de votação para que contemos. Vou repetir o pedido de votação, temos que escolher uma das duas pessoas para Sociedade Civil. Então, para indicação da ABRH que é a Conselheira Ingrid Muller eu peço que os Conselheiros que estiveram de acordo levantem o seu cartão de votação. Essa é a primeira indicação. 24 votos. Agora, para a segunda indicação, que é a senhora Tereza Cristina Castro, representando as ONGs eu peço que os Conselheiros que estiverem de acordo com esta indicação, por favor, levantem o seu cartão de votação. 3 votos. Então, por maioria fica escolhida a senhora Ingrid Muller, da ABRH. Eu vou fazer o seguinte, eu preciso que vocês quatro se reúnam rapidamente e nos digam, se possível, dos quatro quem será o presidente da Comissão e qual será o suplente, porque a Resolução já tem que ser composta dessa maneira, já tem que estar nos termos da Resolução. Eu vou dar uma pequena pausa de cinco minutos para que eles possam se reunir e já voltamos, porque eu também tenho a ordem de votação do Regimento, eu não posso mudar a ordem. Precisamos resolver essa Resolução agora. E o Wilson Bonança está aqui, o representante de da Demetrios, que foi indicado, ele apenas não se encontra, isso não impede dele fazer parte da Comissão, já que do setor do governo ele foi escolhido. Então, por favor, cinco minutos e nós voltamos. *(Pausa)*. Obrigado pela paciência, nós já temos um consenso na futura Comissão e de acordo com os três presentes o representante que será o presidente será o Wilson Bonança e o representante na Comissão do Conselho que será o suplente será o Ronaldo. Então, vamos... *(Pausa)*. Já terminamos a montagem do texto, como só nos restava fazer a seleção e a indicação de presidente e suplente. Então, declaro aprovada essa proposta de Resolução. Vamos passar para o item seguinte de pauta. O nosso item 5.1 que é a deliberação sobre proposta de Moção que solicita o governo do Mato Grosso providências quanto ao conflito de interesse na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica do rio Paraguai, que foi encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Está errado isso aqui. Me desculpem. Essa proposta de Moção ela foi feita nos termos do Regimento por um Conselheiro. Então, eu vou pedir ao Conselheiro João Clímaco que é proponente, para vir explicar a proposta de Moção. João.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) – Boa tarde. Essa Moção. Nós propusemos nos termos do Regimento uma Moção para que fosse dado o conhecimento a hierarquia superior do Estado do Mato Grosso sobre incongruências legais no procedimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos lá. Que de certa forma afeta uma decisão nossa, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos no âmbito de suas prerrogativas, na Resolução Nº159 ele

definiu o grupo de acompanhamento do Plano de Bacia do rio Paraguai, esse grupo de acompanhamento já é uma conquista, com muito esforço, que nós tivemos nas discussões do grupo do Plano de Bacia do Tocantins e do Plano de Bacia do Amazonas, que foram feitas, muito a toque de caixa, e a nossa representação questionou, eu não sei se foi um sensibilidade muito grande da ANA, mas só sei que foi bom que nos planos seguintes foi criada a Resolução Nº145 que estabeleceu que haveria grupo de acompanhamento para cada Plano de Bacia Federal e deu atribuições a esse grupo de acompanhamento. Então, na Resolução Nº145, nós resolvemos um problema que estava acontecendo nos Planos de Bacia que eu chamava de Plano de Bacia meia sola porque, nós não tínhamos participação, a Sociedade Civil não tinha participação, e foi ótima a iniciativa desse Conselho de aprovar a Resolução Nº145 e na 159, quando instituiu a Comitê de Bacia, autorizou, a ANA, a dar início aos processos para implementação do Plano de Bacia do rio Paraguai, pôs em pratica a Resolução Nº145 que dizia que tem que ter o grupo de acompanhamento, evidentemente que quando ele cria o GAP, o GAP não é uma instância do Governo do Estado, não é uma instância de governo A ou governo B, o GAP é uma instância criada pelo próprio Conselho Nacional e com base na legalidade, e com base em princípios e Normas, que regem a nossa atuação. E os princípios, sobretudo, os princípios da participação social, da participação da sociedade e tudo mais, quando nós, agindo de muito boa fé, acreditamos que, para viabilizar o que foi decidido na Resolução Nº159, para criar o GAP, o Grupo de Acompanhamento do Plano, do rio Paraguai, lá no Mato Grosso, usando os Estados e tudo mais, nós fiz o que devíamos ter feito como sempre, já que é um sistema, o Conselho Estadual, os Órgãos Gestores Estaduais, iriam indicar os membros da representação da Sociedade Civil para participar do GAP. Nós cometemos alguns equívocos, porque nós não demos uma ênfase a participação dos pescadores quando criamos a Resolução no GAP. E o pescador é o cidadão de extrema importância, de uma população imensa, que está diretamente afetada pelas iniciativas que estão surgindo lá, de muito impacto ambiental na Bacia do Paraguai, mas acreditando no trâmite da visão integrada do sistema, nós achamos que ia ter uma... As indicações da representação da Sociedade Civil, do Poder Público e do Governo, e dos usuários, fosse tal qual nós temos aqui. Pelo menos isso, mas não aconteceu isso, aconteceu foi que o Conselho lá e o Órgão Gestor lá se alvorou no direito de inovar e criar uma representação que, em tese, nós não somos contra, nós não somos contra ABES, a ABRH, ao contrário, todo mundo pode estar dentro do GAP, mas não pode ter conflito de interesse de papéis. Eu não posso nomear um funcionário da minha Secretaria que emite outorga e licença para ser representante de uma Entidade da Sociedade Civil dentro do GAP. Então, o Conselho lá e o Órgão Gestor ele inovou e criou uma situação constrangedora, porque esse GAP por mais que seja de acompanhamento e ele é um espaço deliberativo e que tem sido palco de alguns embates para que a questão do uso das águas do Paraguai, esse Plano seja encaminhado de acordo com a Resolução Nº145 e pelo jeito que está, não está acontecendo isso. A Moção, nossa, diante de tanto esforço nosso, junto ao Órgão Gestor, ao Estado lá e a

2113 Secretaria para que simplesmente pedisse para que a entidade ABES, ou seja lá
2114 quem for, indicasse, a própria Entidade, não o membro funcionário público, para
2115 ser membro de um Colegiado representando a Sociedade Civil. Então, isso para
2116 nós é uma clausula pétrea, porque se essa moda pega, existem vários Conselho
2117 Estaduais de Recursos Hídricos no Brasil, funcionários públicos representando
2118 ONG, mas não da própria Secretaria que dá outorga, que dá licenciamento. Então,
2119 isso não existe na nossa cabeça. E se nós deixarmos passar isso nós vamos ser,
2120 enquanto Conselho, legitimador de um processo que destrói um fundamento
2121 basilar da Política de Recursos Hídricos que é o espaço do contraditório, da
2122 negociação, das diferenças, quer dizer, a legitimidade da representação está no
2123 papel e no vínculo daquele representante com a entidade e com o segmento que
2124 ele está envolvido. Agora, se eu coloco um funcionário público, vamos dizer que
2125 nós vamos fazer um Plano de Bacia de um rio lá e nós estabelecemos uma
2126 Resolução aqui e aí o governo do Goiás, do rio Paranaíba, vamos supor, aí o
2127 governo de Goiás resolve indicar os funcionários da SEMA, para representar as
2128 entidades dos usuários, isso é um paradoxo, nós não vamos poder aceitar isso,
2129 porque isso fere o princípio basilar dos fundamentos da Lei 9433, da
2130 representação e segmento. Então, foram muitos os esforços junto a Secretaria lá
2131 que não estão dando resultado e pior ainda o GAP está sendo gestado de uma
2132 maneira muito aquém da sua possibilidade e da lisura que precisa ser gestado. E
2133 tem uma coisa que é fundamental, não existe uma cultura de Política de Recursos
2134 Hídricos, em alguns lugares do Brasil, que reconheça o papel das ONGs. Então,
2135 eu queria pedir ao Anderson para mostrar para vocês o exemplo que eu estou
2136 falando. A Lei estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Mato Grosso, os
2137 fundamentos da Lei lá. No Fundamento da Lei Estadual de Recursos Hídricos, de
2138 Mato Grosso, ao contrário da nossa, da Lei Federal, não fala em nenhum
2139 momento que o princípio da participação social e descentralização é um princípio
2140 fundamental, talvez seja por isso que essa cultura de embate, de enfrentamento,
2141 de não aceitar a Sociedade Civil organizada, não aquela que eu nomeio, ela seja
2142 tão assim forte e impede, nos obriga aqui, enquanto Conselho, a legitimar uma
2143 irregularidade, eu não vou aceitar que um funcionário público me represente, ou
2144 represente uma Entidade, a ABES ou a ABRH, de qualquer lugar, mesmo não
2145 sendo eu dessas Entidades. Porque eu quero um espaço de convivência onde o
2146 embate e a discussão seja baseada na legitimidade de quem está representando.
2147 Então, vai andando aí, porque eu quero mostrar para vocês o fundamento da Lei
2148 do Mato Grosso, vermelho lá embaixo. Você vê que a Lei Nacional, vocês
2149 conhecessem muito bem, ela fala claramente, no seu inciso IV, no artigo 1º,
2150 observe que a Lei Federal distingue claramente, nos seus artigos 34 e 47 os
2151 segmentos sociais e suas tipologias, característica que forma a composição do
2152 Conselho, já no Conselho Estadual do Mato Grosso isso não existe. O que existe
2153 são nove elementos convidados do setor privado e do setor público, e tem um §
2154 na Lei que fala assim: a representação são nove convidados, nove do governo e
2155 nove dos usuários, só que os usuários não fala quantos são de ONG e quantos
2156 são de usuários econômicos da água. Então, na época de eleição ninguém sabe
2157 as ONGs que estão em movimento não sabem, Então, elegem só usuário, se tiver

2158 uma ONG ou duas no Conselho é muito. E pior que isso foi regulamentado por
2159 Decreto depois. Então, essa cultura não pode contaminar, influenciar uma
2160 legislação federal nós não vamos aceitar que o que tem acontecido no GAP, o
2161 GAP é uma instância onde há representação, nós não criamos na nossa
2162 Resolução mecanismo de como seria essa indicação, já que a legislação do
2163 Estado não permite que eu possa indicar de maneira democrática com os
2164 segmento se auto indique, façam eleição entre eles, não existe isso. É amigo do
2165 rei e está lá. E esse negócio está influenciando de maneira muito péssima o GAP,
2166 a ponto de fazer-se manobras um pouco fora do padrão nosso, manobra sempre
2167 existe, mas ali chegou ao limite de se mentir, não falar a verdade para criar uma
2168 pauta falsa ou mudar a pauta. Nós propusemos, e até como teste, que
2169 fizéssemos... fizemos uma proposição para que fosse suspensa a outorga de
2170 PCHs até o Plano ficar pronto. Se o GAP tem competência ou não para fazer isso
2171 é questionável, tudo bem, mas isso mostrou claramente o arranjo que tem político
2172 regional impede que a sociedade dê, ou seja, protagonista dessa discussão. Nós
2173 aqui temos as nossas diferença, eu critico seriamente o Conselho, tem uma série
2174 de coisas que não estão dentro do nosso padrão de comportamento democrático,
2175 mas em uma caso desse eu não posso deixar que o Conselho, a competência
2176 federal legitime uma legislação que não tem nada a ver com a Legislação
2177 Nacional. Então, o que estou propondo, não somente a questão de mandar uma
2178 Moção para o Governador para que ele dê um start, dentro da sua equipe, para
2179 cumprir a Lei, seria agora desnecessário, o mínimo, até porque houve um erro de
2180 encaminhamento processual gravíssimo, um artigo que fala papel da CTIL, eu fiz
2181 uma Moção, uma proposta de Resolução totalmente fundamentada em artigos
2182 legais, mas a presidência da CTIL achou que aquilo não era função da CTIL. A
2183 CTIL não quis, talvez por corporativismo, discutir os termos da Lei, que estou
2184 citando uma Lei, uma por uma, dentro da nossa proposta que diz que, quer dizer,
2185 não usou da sua competência para dar um parecer sobre a legalidade da nossa
2186 proposta, ao contrário, pegou uma Resolução do Conselho Estadual dizendo que
2187 era aquilo ali e pronto. E não existe isso, nós estamos, eu sei que lá no Mato
2188 Grosso tem não sei quantas guarnições do exército e da aeronáutica, lá é Estado
2189 Federativo, da República Federativa do Brasil, se não tem um Governo pelo
2190 menos tem quartéis eu chego lá e vejo a base área, eu acho legal, é Brasil isso
2191 aqui. Agora chegar e fazer um negócio como se... Eu vou te contar isso é uma
2192 agressão a inteligência. Nós não vamos aceitar, porque toda vez que tem assunto
2193 ligado há uma questão de desqualificar o ator político, isso nós não aceitamos,
2194 nós já ganhamos situações parecidas como essa na Resolução Nº100, que todos
2195 aqui votaram a favor, e nós provamos que. Nós não estamos aqui para ser, nem
2196 aqui e nem no Mato Grosso, nós queremos dividir o poder, quando estou fora do
2197 Conselho ou do Comitê, como acontece, eu estou só como o cidadão que tem o
2198 direito de saber, mas quando eu estou dentro do Comitê, eu estou fazendo uma
2199 função pública e sou corresponsável por aquele funcionário público que está
2200 fazendo irregularidade e eu estou junto dele, eu vou ficar nessa dança queimando
2201 a minha reputação? Então, é divisão de poder mesmo, no Comitê e no Conselho
2202 nós estamos todos compartilhando o poder, pode ser a ONG da mais fuleira que

2203 existe. Então, no Mato Grosso parece que esse negócio não foi bem entendido e o
2204 Decreto que regulamenta a Lei do Mato Grosso é outra confusão, piora mais ainda
2205 a Lei. Então, se vocês forem ler essa história toda vão ver que a Moção, do
2206 governador tornou-se um assunto pequeno diante da problemática que virou o
2207 GAP lá, quando foi agora Anderson, nós fizemos uma carta para a ANA e
2208 queríamos oficializar essa carta também para o Conselho, pedindo para
2209 suspender o GAP, nós temos que suspender esse GAP, esse GAP que está
2210 irregular, está com pessoas irregulares e está agindo politicamente de uma
2211 maneira de prejudicar os princípios da Lei 9433 e principalmente criar um embate
2212 com a Sociedade Civil desnecessário. Uma sociedade democrática respeita os
2213 atores e não fazem manobra para eles não parecessem, não faz manobra para
2214 evitar a sua pauta. Isso tudo está muito bem documentado, que eu estou falando.
2215 Então, esse texto aí é um texto que é parte do encaminhamento ao Ministério
2216 Público, eu acho que o Conselho Nacional tem que rever o GAP, que ele mesmo
2217 criou. Se o Conselho Estadual vai mudar ou não, mas o GAP tem que ser revisto.
2218 Então, a minha proposta é que esse assunto volte para a CTIL, para a CTIL dar
2219 um parecer, porque eu preciso de um posicionamento do Conselho, vai legitimar
2220 essa irregularidade? Vai dizer que isso está bonito, está certo? Tudo bem se
2221 disser por escrito, eu quero por escrito, alguém vai ser responsável porque isso se
2222 gasta advogado, tempo, dinheiro, os funcionários públicos todos tem a suas
2223 diárias, nós ficamos saindo do trabalho. É um envolvimento muito caro e aí
2224 aparece esses corporativismo. O presidente da CTIL ele foi muito infeliz em não
2225 levar essa questão dentro do art. 2º, de qual é o papel da CTIL. A CTIL tem que
2226 dar parecer sobre a legalidade das Moções que estamos fazendo, do papel que
2227 nós encaminhamos, e aí não, pôs em votação quatro se abstiveram, cinco
2228 votaram a favor, um o corporativismo danado, eu votei contra, evidentemente, e
2229 mandou para cá, isso não é assunto para estar aqui. A CTIL deveria mandar isso
2230 para cá como parecer sobre a legalidade ou não dessa proposta de Moção e não,
2231 por motivos, que eu não sei qual é, eu não posso apelar para os quartéis do
2232 exército e da aeronáutica do Mato Grosso, eu ainda estou acreditando que nós
2233 estamos em uma Sociedade Civil democrática e que não vamos chegar a esse
2234 momento novamente, com essa cultura autoritária de achar que pode passar por
2235 cima da Lei e da Norma, e sobretudo, do princípio fundamental que está na Lei
2236 9433 que a Lei do Mato Grosso simplesmente desconsidera. Lei é uma Lei e leiam
2237 a regulamentação de Lei, eu não vou passar o tempo todo aqui, porque vai tomar
2238 tempo, mas não existe isso no Mato Grosso. O que existe lá é um arranjo de um
2239 Conselho arranjado, eu convido os meus amigos e tem outra coisa séria, a ABES
2240 ela é dos convidados, da sociedade lá, é do governo, mas foi indicada como
2241 Sociedade Civil no GAP e também o setor de turismo é funcionário também, o
2242 setor de turismo também é funcionário do governo. Não vamos aceitar isso, nós
2243 vamos usar de todos os recursos, porque se nós abrirmos mão disso nós vamos
2244 simplesmente avacalhar o pouco que ainda resta de participação social, porque
2245 vai começar um bocado de gente aí nos Estados inventando essa moda e o Mato
2246 Grosso não vai dar esse péssimo exemplo para nós. Muito obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –
Obrigado Conselheiro, eu peço ao presidente da CTIL que relate como o assunto foi tratado na CTIL.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Bom, eu vou começar pelo que ia deixar para o final. A decisão de CTIL foi tomada por nove votos favoráveis, duas abstenções e um contra. Então, isso está registrado em ata. Então, quer dizer, não foi uma atitude da CTIL independente da vontade, ou como foi a ilação do Conselheiro João Clímaco que houve um complô ou alguma coisa assim, porque isso aqui somos todos nós sérios e ninguém está aqui para fazer nenhum tipo de coisa. A análise da CTIL, que foi a grande discussão, foi o seguinte, cabe a CTIL discutir os aspectos legais da Moção, seja da Resolução, seja o que for. Então, nós ativemos a discussão dos aspectos legais. Bom, legalmente, agora eu vou entrar na história que tem que relatar, porque também não foi dessa forma. Recebemos a Moção aqui, encaminhada pelo Conselheiro João Clímaco, assim como nós fazemos com todas essas Moções, que solicitam alguma coisa, ou fazem alguma crítica, ou alguma coisa um ou outro ou terceiro, nós solicitamos ao Conselho Estadual do Mato Grosso que se manifestasse com relação a esse pedido de Moção também. Então, nós temos também uma manifestação do Conselho Estadual de Mato Grosso sobre isso, que que foi uma manifestação de repúdio a essa Moção. Vou entrar nesse ponto aí. Bom, o que ocorreu? Na análise o grupo de trabalho, pela Resolução Nº152 do Conselho, ela pede o que Conselho Estadual do Mato Grosso do Sul, indique dois representantes da Sociedade Civil, Conselho Estadual do Mato Grosso, não do Mato Grosso do Sul, indique dois representantes. Indicaram essas duas pessoas, essas duas pessoas são representantes dentro do Conselho Estadual do Mato Grosso, da Sociedade Civil, quer dizer, não tirou da Sociedade Civil e não foi a SEMA que indicou e abrindo o parênteses, não existe em nenhum lugar, nenhuma prova, que foi a SEMA que indicou o representante da Sociedade Civil, quer dizer, pode ser o representante como aqui nesse Conselho, em todos os Conselhos têm, que os representantes da Sociedade Civil nem todos têm e vivem da própria Sociedade Civil, nós temos representantes aqui no próprio Conselho, e sempre tivemos, no próprio Conselho que são representantes estaduais que representam a Sociedade Civil, que representam a Sociedade Civil, embora sejam funcionários públicos. Então, a CTIL não viu nenhuma ilegalidade com relação a isso. Com relação se deve participar, se não deve participar, essa questão não foi discutida, essa questão da Lei de Mato Grosso do Sul, não cabia, porque isso não fazia parte da Moção, a discussão da Lei de Mato Grosso... Eu coloquei Mato Grosso do Sul... Do Mato Grosso, isso não foi discutido porque também não fazia parte da Moção, quer dizer, é a primeira vez que eu estou ouvindo falar sobre essa questão da Lei de Mato Grosso é agora. Se existe alguma questão com relação a isso, que isso faça parte de outra Moção, de outro incremento e que, principalmente, a Sociedade Civil dentro lá do Estado do Mato Grosso atue de forma a modificar o que acha que deve ser modificado dentro da legislação estadual. Então, a CTIL viu, por

2294 essa votação de nove votos favoráveis a deliberação da CTIL e um voto contra a
2295 deliberação da CTIL e duas abstenções. Bom, na CTIL foi votado que nós a CTIL
2296 encaminharia ao Conselho, porque nós não podemos barrar um pedido de um
2297 Conselheiro, encaminharia ao Conselho, como foi encaminhado, com um parecer
2298 negativo sobre a Moção, ou seja, que nós sugerimos ao Conselho que essa
2299 Moção seja recusada. Então, é isso que ocorreu dentro da CTIL.

2300
2301
2302 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –**
2303 Obrigado Conselheiro. Na época nós pedimos informações ao Conselho Estadual
2304 do Mato Grosso, porque pela Resolução que criou o GAP ela diz, tenho a
2305 Resolução aqui, se alguém tiver a curiosidade depois é a Resolução Nº52/2013 no
2306 art. 2º, § 2ª a indicação de membro para compor o Grupo de Acompanhamento
2307 deverá ser feita pelos representantes de segmentos e setores no âmbito dos
2308 respectivos Conselhos de Recursos Hídricos, aí traz anexa uma tabela que trata
2309 dessa divisão de vagas a ser indicados pelos Conselhos Estaduais. Então, nós
2310 pedimos ao Conselho Estadual de Mato Grosso apenas que nos esclarecesse
2311 sobre o assunto, antes de ir para a CTIL, nós recebemos apenas os documentos
2312 que nós enviamos a vocês, que são as cópias das deliberações que indicavam as
2313 pessoas e depois uma deliberação que era uma Moção de repúdio, nós não
2314 fizemos diligências para ver se têm provas ou não, nós não fizemos, nós
2315 recebemos só os ofícios. Bom, nós já tivemos a exposição do proponente e do
2316 presidente da CTIL. Então, eu abro a palavra aos Conselheiros. Eu já tenho duas
2317 inscrições, uma do Nédio, do Mato Grosso e outra do João Clímaco. Então, Nédio,
2318 por favor, mais alguém?

2319
2320
2321 **O SR. NÉDIO CARLOS PINHEIRO (CERH/MT) –** Boa tarde a todos. Meu nome é
2322 Nédio Pinheiro, sou Conselheiros titular do Conselho Estadual de Recursos
2323 Hídricos, presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho
2324 Nacional e também secretário executivo do Conselho Estadual de Recursos
2325 Hídricos de Mato Grosso. Eu acho que o nosso companheiro João, eu acho que
2326 ele está muito mal assessorado e muito mal informado, dos representantes que se
2327 dizem representantes da Sociedade Civil no Mato Grosso. Nós não podemos dizer
2328 que só inverdades, porque é um termo muito pejorativo, mas eu gostaria muito
2329 que esse Conselho de Ética funcionasse, funcionasse na verdade, para darmos
2330 um basta nessas, inserções, muitas vezes, até caluniosas, sem ter fundamentos,
2331 baseada na informação de uma pessoa que não sentiu apropriado do GAP. O que
2332 é o GAP? O GAP é um Grupo de Acompanhamento do Plano, ela constituiu 50%
2333 representante de Mato Grosso e 50% representante do Mato Grosso do Sul, é
2334 uma Bacia integrada do Pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Qual
2335 é a implicância com o Mato Grosso? Porque não Mato Grosso do Sul? Está
2336 bonitinha na história, é porque nós fomos escolhidos e eleitos pelos demais
2337 Conselheiros do GAP como representantes, como coordenador do grupo e a
2338 Sociedade Civil se achava, como ela se achava como era dona dessa inserção do

GAP, que ela achava que ela que tinha que ser escolhida. Então, na realidade ela não aceitou essa escolha democrática dentro do grupo. Então, ela vem sempre buscando mecanismo para tumultuar e impedir o desenvolvimento do GAP. As escolhas realmente o Marcelo disse isso antes, foi feita, foi escolhida dentro dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, na realidade não foi pinçado como o Conselheiro disse. Então, existe realmente, talvez o não entendimento disso, e nós por surpresa, nós desde janeiro deste ano, o momento de dezembro, em março que foi escolhido o coordenador do GAP, nós começamos ter essa pressão dessa, que se diz intitulada representante da Sociedade Civil, para tumultuar esse grupo, para esvaziar, para tomar talvez essa, a força, não aceitando o processo democrático que ocorre dentro dos demais Conselhos. Foi eleito o coordenador através de voto, também uma votação parecida, acho que 17 a 2, uma coisa assim e nunca aceitou isso. Então, sempre está propondo coisas pessoais, que não é consenso do grupo, e quando isso não é aceito, começa essas inserções, para Governo do Estado, o Ministério Público, o secretário de estado do Meio Ambiente, aqui para a ANA, para o Conselho Estadual, também e Ministério do Meio ambiente, e nós só temos que lamentar. Gostaríamos agora Marcelo, que esse Conselho de Ética, eu acho que o primeiro trabalho dele é produzir isso a veracidade dessa questão, para darmos um basta nessa situação. Obrigado.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) – Eu acho que está se discutindo Política, não está se discutindo quem é feio, quem é bonito, quem é Sociedade Civil, quem é gordo, quem é magro, quem é de Umbanda, candomblé. Não está se discutindo isso. O que está se discutindo é que existe uma Lei, nós não estamos tratando de igreja e nem tampouco de empresa privada. Existe uma Lei, uma Política Pública fundada em Lei, que envolve interesses econômicos poderosíssimos e, sobretudo, no Estado, no Estado cujo o seus agentes públicos estão sobre, não sei quantas ações do Ministério Público, por estarem emitindo outorga que eles mesmos não conseguem comprovar que não impedem, que não impacta com os direitos da sociedade, existe toda uma Gama, um cenário de enfrentamento dos interesses privados, até com lava jato misturado, envolvendo o interesse, o setor público e esse pessoal não aceita o protagonismo da sociedade. Eu rechaço e peço respeito, essa é a questão de ética, a nossa representante do Fonasc, no Estado de Mato Grosso é uma pessoa séria, é também uma professora da Universidade, não vou aceitar esse argumento aqui, por questão ética aqui, a discussão ética é em cima do que está escrito na Lei, e eu fui muito objetivo, nem o próprio presidente da CTIL explicou aqui. Bem, a CTIL decidiu isso. Tudo bem, decidiu o que? Mandou a coisa assim. Então, explique porque, contra ponha o argumento, faça um documento dizendo porque, porque eu vou procurar os meus direitos, eu não posso deixar um funcionário, seja lá de onde for, qualquer agente público avacalhe a Norma da Lei. Se a Lei dá direito a Sociedade Civil participar, na Lei 9433 é muito claro se o Estado do Mato Grosso, que também não está em pauta aqui, eu só citei aquilo como exemplo, não existe cultura de participação social

2384 naquele Estado. Então, isso é outra história só disse para mostrar para vocês que
2385 nós concorreremos sim para a direção do GAP lá, mas isso não é um cargo que
2386 nos interessa não, o que nos interessa é o seguinte, era que o GAP estivesse na
2387 mão de pessoas que não tivessem vínculo ou submetido a ação judicial, a pressão
2388 do Ministério Público, agora mesmo o Comitê de Sepotuba entrou com ação e
2389 anulou os outorgas e licenciamento da SEMA lá. Então, eu vou entregar a galinha
2390 para a raposa tomar conta? É claro que nós tivemos que fazer o embate, nós não
2391 vamos aceitar isso. Tem outra coisa, quando a CTAP solicitou as indicações locais
2392 veio uma carta SEMA dizendo quem eram essas pessoas, não foi o Conselho,
2393 outra coisa pode ser que tenha e eu esteja errado, mas não existe no Diário Oficial
2394 nenhuma Resolução do Conselho Estadual de Recurso Hídricos no Mato Grosso
2395 dizendo quem são os indicados e para mim qualquer ato público tem que estar
2396 publicado no Diário Oficial. Pode ser que esteja, eu não achei, eu não estou
2397 dizendo que não está. Então, esse Conselho é um arranjo lá e que ele é
2398 instrumentalizado para defender os interesses que estão sendo submetido a
2399 pressão do poder judiciário a todo tempo e agora vem esse argumento aqui,
2400 primeiro do presidente da CTIL dizendo que é isso mesmo e pronto. E depois vem
2401 o outro dizendo que a outra é feia, nós somos feios sim, nós vamos continuar feio
2402 lá, nós vamos lutar lá no Mato Grosso, esse assunto vai entrar na justiça lá, nós
2403 não vamos aceitar que o Conselho que eu participo aqui, legalize essa
2404 avacalhação, desculpa o termo, mas é uma avacalhação, porque senão vai
2405 aparecer vários Estados, alguém nomeando os seus funcionários para serem
2406 membro de Conselho e Entes criados pelo próprio Conselho Nacional. Se o
2407 Estado tem problemas na legislação nós vamos resolver isso lá, nós estamos
2408 entrando com outros processos lá para o Estado. Engraçado, saiu na Veja dessa
2409 semana, uma entrevista do governador do Estado do Mato Grosso, nós vamos
2410 reger o nosso governo pela impessoalidade, moralidade e transparência. Espera
2411 aí, é por isso que estou mandando para o governar, porque ele falou isso na Veja,
2412 olha que não sou muito leitor da Veja não, vocês já notaram, mas a Veja de vez
2413 em quando ela fala umas coisa assim. Então, vou seguir a orientação do Governo
2414 do Estado do Mato Grosso, o governador não está sabendo, a Moção é para a
2415 governador, se o Conselho não quiser, tem duas opções no meu modo de ver, ou
2416 manda a Moção porque, ou então, explica Tim-Tim por Tim-Tim onde está a
2417 ilegalidade dos nossos atos. E eu estou aberto para a Comissão de Ética, se eu
2418 não fizer isso, quem vai fazer? Vai ser o representante, sei lá, o nomeado do
2419 Conselho lá que vai defender a Sociedade Civil? Meu amigo convidado, não existe
2420 isso, os segmentos se organizam, debatem quem vai participar do Conselho,
2421 como acontece aqui, e não eu chego e coloco os meus convidados, os meus
2422 amigos e crio uma maioria dos amigos. Isso não existe, o Conselho Estadual dos
2423 Recursos Hídricos, a Lei estadual está irregular, nós vamos cuidar disso, mas nós
2424 aqui temos a nossa parte, o GAP preciso ser suspenso, suspender as atividades
2425 do GAP, por favor, coloca a carta que nós mandamos para a ANA. E esse negócio
2426 da Comissão de Ética eu quero que você quando for para a Comissão de Ética
2427 traga resposta das questões que eu estou colocando. A Lei tal, artigo tal, como é
2428 que é isso. Sabe, é isso que eu estou precisando, aí você vai provar que estou

2429 falando a verdade ou mentira. Agora, se você é feio ou bonito não, eu estou
2430 falando como agente público, secretário, um superintendente, eu não estou
2431 falando nada pessoal com ninguém. Então, cada um que cumpra a sua função, e
2432 é função do agente público seguir a Lei, se ele quer reinventar a Lei ou mudar a
2433 Lei, naquela época que saiu a Lei 9433, cada Estado inventou a sua Lei estadual
2434 de Recurso Hídricos e cada um interpretou de um jeito para manter uma
2435 identidade com a Lei Nacional, acontece que Rondônia, Maranhão e Mato Grosso,
2436 pelo menos esses três que eu conheço, inventariaram coisas lindas dentro da Lei
2437 para tirar a participação social, tirar a descentralização, para manter a estrutura
2438 de... Nós conseguimos mudar no Maranhão e nós estamos vendo Rondônia e não
2439 vamos abrir mão de mudar, porque esse País tem, assim como tem as bases
2440 áreas e do exercício lá no Mato Grosso do Norte e do Sul, existe também a Lei, a
2441 Constituição e a Lei que rege o nosso trabalho aqui, nós não vamos aceitar, nós
2442 não vamos querer que esse Conselho seja avacalhado, deixando passar um
2443 negócio desse, monta um GAP e esse GAP é esculhambado desse jeito. Não,
2444 vamos suspender esse GAP, amos devolver isso para a CTIL para ela responder
2445 nos termos do item 2, do artigo 2, da Resolução que criou a CTIL e parar de fazer
2446 manobrinha no GAP e aqui, nosso representante lá é sério, não vou aceitar que se
2447 trate as pessoas de maneira pejorativa. Não está abrindo, veja só formos deixar,
2448 na verdade a função da Lei Nacional ele é Nacional porque ela tem um papel
2449 interessantíssimo de fazer com que os Estados avancem, se alguns Estados estão
2450 num estágio ainda muito atrasados, eles não podem querer que a Lei Nacional se
2451 adeque ao seu atraso, a sua falta de perspectiva democrática, de participação
2452 social, nós estamos em Mato Grosso, assim como estamos em Rondônia, no
2453 Maranhão, São Paulo e Minas dividindo o poder, não estamos para ser boneco de
2454 Conselho e fico sendo ludibriados, com manobrinhas de reuniões ou Leis, leiam a
2455 Lei Estadual do Mato Grosso, agride a inteligência de qualquer pessoa, que está
2456 militando nesse negócios.

2457
2458
2459 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –** Vou
2460 ter que pedir para você finalizar, porque tem mais inscrições.

2461
2462
2463 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) –** Ali,
2464 passa ali, o que nós estamos pedindo agora? Suspensão da atividade do GAP, dá
2465 uma arrumada, freio de arrumação, vamos arrumar esse GAP, colocar as
2466 representações eleitas de maneira democrática, séria, considerando os papéis
2467 sociais, as pessoas lá se organizem e não colocar os amigos do rei. E o GAP
2468 fazer uma revisão do seu trabalho e esse negócio de colocar gente que está sob
2469 judice para controlar coisa que estão sob judice para controlar coisas que estão
2470 em sob judice, é um negócio muito sério, nós não vamos ver isso. Senão, nós não
2471 vamos participar de um negócio para ser boneco, para legitimar as maldades, as
2472 agressões e o grande prejuízo aos pescadores e as populações ribeirinhas do
2473 Mato Grosso. Nós não vamos fazer esse papel. Então, ali está... Plenária. Então,

está bom. Então, eu já falei demais, depois quem quiser ver... A proposta final é uma carta que eu encaminhei a ANA solicitando que o GAP seja, sem prejuízo da fala do Governador, porque ele falou na Veja hoje, que o governo é de moralidade, transparência e impessoalidade, está na Veja hoje. Então, vou aproveitar esse gancho, ele falou isso, vamos aproveitar esse gancho para provar e mudar isso e vamos pedir ele para pedir para provar, para mudar esse negócio no Mato Grosso. Diário Oficial.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Conselheiro João, nós recebemos do Conselho Estadual do Mato Grosso uma cópia justamente da folha do Diário Oficial.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) – Ótimo, isso não muda a questão, o mérito da questão não muda.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Eu tenho mais duas indicações, três agora com.

(Intervenção fora de microfone. Inaudível).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) – Foi publicado ontem, não foi publicado na época.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Não está comigo, pode vir aqui olhar.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) – O certo é o seguinte, a proposta nossa é que o assunto volte para a CTIL e a CTIL assume o seu papel, sem manobrinha, ela está cheia de advogado, cheia de pessoas operadora de direito, e elas falar que esse aqui é o parecer, isso aqui não tem nada a ver, está errado e pronto. Aí eu vou estar com um documento para ir atrás dos nossos direitos.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Eu tenho mais duas inscrições, eu chamo a Conselheira Jussara e em seguida eu tenho o Conselheiro Paulo. Nos Comitês de Bacia. Questão de ordem.

O SR. NÉDIO CARLOS PINHEIRO (CERH/MT) – Nós legitimamos isso através de ata do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de uma ata em janeiro, da primeira Reunião, em fevereiro de 2015 e agora nós retificamos, de novo, por essa Resolução exclusiva, para ver se entenda, porque está desenhado e agora nós fizemos um desenho maior. Em relação ao Conselho de Recursos Hídricos, o Conselho não é escolhido, é eleito por representantes de vários segmentos, quem preside as eleições é o promotor de justiça do Estado do Mato Grosso, a Subprocuradoria, do Estado do Mato Grosso e o Órgão Gestor, que faz parte dessa comissão, também. Então, é uma eleição séria que tem legitimidade, e tem também confiança, e tem que ter respeito por isso.

A SR^a JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Boa tarde a todos. É a Jussara, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Me preocupa muito quando eu escuto falar que a Sociedade Civil etc. e etc., porque nós, Associações Técnicas e Científicas somos Sociedade Civil, nós não podemos simplesmente dizer que é todo o segmento, quando a ABES faz parte dessa indicação, que está aqui na Resolução Nº79 lá do Mato Grosso, está colocado aqui Sociedade Civil Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. Uma instituição séria, muito séria, mais antiga inclusive que a própria ABRH. ABRH tem 38 anos de atuação séria, de pessoas que se dedicam voluntariamente a atuação dessas instituições. Estamos a frente voluntariamente, todos os associados e esses associados são indicados pelos presidentes das associações. Então, a presidente da ABRH é quem designa os seus representantes nas várias instâncias onde a ABRH se encontra, é Sociedade Civil sim, assim como a ABES. É só para deixar bem claro, pela forma como foi colocado, que a Sociedade Civil não está representada, está sim, quando essa Resolução aqui fala a Sociedade Civil, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Universidade Federal do Estado do Mato Grosso, a Sociedade Civil está representada. Eu tenho muita preocupação. A segunda preocupação que eu tenho é bem um pouco mais genérica, mas como foi colocado aqui, eu vejo com muita preocupação quando as coisas que deveriam ser decididas aqui com uma Lei tão inteligente e moderna que visa a negociação, a pactuação, a solução dos conflitos sem judicialização estejam seguidamente sendo citadas a possibilidade de judicialização. Eu acho que nós temos que refletir um pouco sobre isso e buscar um consenso para evitar esse tipo de coisa. Então, de novo, a Sociedade Civil nessa Resolução aqui, foi por isso que na CTIL a ABRH tomou a decisão de ir contra a Moção, foi por esse sentido, legalmente está tudo correto. Ok?

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – O Conselheiro Paulo e em seguida o Conselheiro João Clímaco e Wilson Azevedo.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitê Gravatahy) – Boa tarde, Paulo Samuel, representante dos Comitês Consórcios e Agência Intermunicipais de Bacias Hidrográficas. Bom, eu faço parte do Comitê Gravatahy, no qual fui presidente e agora sou secretário executivo. E no comitê do rio Gravatahy, do Rio Grande do Sul, eu represento a ABES, a Associação Brasileira Engenharia Sanitária e Ambiental. Uma Associação séria, 55 anos, que têm o seu Congresso, e todos os seus cursos, e participa de Comitês de Bacias em todo o País. Então, eu gostaria que fosse revisto isso, porque a Susan, e nós temos as representações nos Conselhos ou todas as representações aonde nós fizemos parte, Comitês de Bacia, Conselho Nacional das Cidades, Conselho dos Recursos Hídricos e outros Conselhos, Conselhos do Meio Ambiente, elas são indicadas por diretoria. A minha função, eu represento o Comitê de Bacia, indicado pela diretoria da ABES, Rio Grande do Sul, e quando nós temos um assunto polêmico, nós representamos aquele Fórum, ou aquele Grupo, o qual nós representamos. Eu já fui em uma discussão dentro do Fórum Gaúcho de Comitê de Bacia contra a posição do ABES, porque eu representava os Comitês de Bacia. Isso não, eu não admito, principalmente com a colega, com Susan, que foi presidente da ABES do Mato Grosso. Então, tem plena capacidade técnica e moral para representar a Sociedade Civil dentro desse Grupo de Acompanhamento. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado. Conselheiro João.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONG-ACA) – Toda vez eu nós falamos uma coisa séria baseada na Lei aparece os argumentos desviando, como se nós estivéssemos falando outra coisa. Em todos os documentos que nós falamos, inclusive da própria SEMA, nós não estamos questionando a legitimidade da ABES e nem da ABRH, de ninguém, ao contrário nós achamos ótimo que essas Entidades estejam presentes no GAP e que ela tem que indicar, a Entidade tem que indicar o seu sócio, a pessoa que ela achar mais competente, isso é um falso problema, está escrito nos documentos, o que nós estamos questionando é que também, já pensou se todo Órgão de Estado agora for nomear o usuário, o industrial que é meu funcionário. Vamos dizer que eu tenho uma indústria e sou funcionário da SEMA, eu poderia ser até funcionário da Secretaria de Esportes, eu acho que até que não tinha problema, agora um funcionário da Secretaria que é emite outorga e está sob juízo o tempo todo. E ele é ao mesmo tempo de ABES, ele tem a dupla função, ele está exercendo a função de quê? De representante da ABES e ao mesmo tempo sendo Órgão Público? Ele não tem essa legitimidade, ele perde. Agora se ABES indicar outra pessoa, assim como as outras Entidades indicar outras pessoas que não são funcionários da SEMA, aí você tem uma lógica de representatividade, de embate, eu estou sabendo com quem estou conversando. Agora do jeito que está é ilegal até, sobre o ponto de vista do estatuto do funcionário público. Lamentavelmente,

eu queria não está envolvendo, que eu tenho certeza que essas pessoas são pessoas sérias, ninguém está aqui falando isso, estamos falando é que essa esperteza de nomear o meus subalternos só porque ele é sócio da ONG, da Associação Civil tal e coloca todo mundo da Secretaria no Conselho, representando a Sociedade Civil, está errado. É ilegal, agora isso não foi respondido. Eu quero que os sábios, os operadores de Direito, que estão nessa CTIL, alguém me dê um parecer dizendo que está correto isso. Agora a ABES participar do Plano, do negócio, não tem problema, a ABES pode participar, para com esse assunto, ninguém está questionando ABES. O problema é que eu não posso querer eu ponho os colegas da Secretaria todos para ser representantes, só porque é sócio da ABES? Isso não vai acontecer. Isso é dupla função, função conflitante, a função do agente público é uma, está na Lei 9433 está muito clara, a Lei nos seus artigos eu citei ali, ela separa muito bem isso. Isso está muito claro. Então, eu acho que existir nesse caminho é avacalhar o trabalho que tem sido feito para criar uma representação séria. A ABES pode nomear quem ela quiser, só não pode ser uma nomeação de funcionário do setor que emite as licenças, que está. Está entendendo? Isso vira uma bagunça, isso não vai acontecer, porque o Brasil todo não pode deixar acontecer.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –
Obrigado. Conselheiro Wilson.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Minha pretensão, como teve ida e volta, o Wilson é o último agora, porque o João já apresentou os seus argumentos.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) – Bom, Wilson de Azevedo, representante do turismo. Eu estava olhando a Resolução Nº152 desse Conselho, que decidiu pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica do Paraguai, essa mesma Resolução que decidiu pela elaboração desse Plano, incumbiu a Agência Nacional de Águas da sua elaboração, ao mesmo tempo que incumbiu a ANA da elaboração do Plano, estabeleceu esse Grupo de Acompanhamento e eu verifiquei aqui que na Sociedade Civil, a Sociedade Civil está contemplada, se não me engano, com seis vagas, três são para Organizações Não Governamentais e aí, eu não sei, e essas indicações seriam feitas pelos Conselheiros integrantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, quem indicaria o representante da ONG tanto do Mato Grosso do Sul, como do Mato Grosso seria o Conselheiro, do Conselho Estadual representante das ONGs? Isso foi feito? É o que eu pergunto para o João. Foi

feito. Está bom. Então, eu acho que a única indignação que está sendo apresentada aqui é o fato de uma funcionária da Secretaria, duas funcionárias da Secretaria que emite a outorga estarem representando a Sociedade Civil como Instituição Técnica de Ensino e Pesquisa, ou alguma, está certo, o que teria, vamos dizer assim, que pode até ser, mas talvez eticamente não esteja de acordo é esse o entendimento. Eu só queria entender, porque eu imaginei que a proposta de Moção era contra a participação, pela ausência de participação das Instituições Não Governamentais e só pela presença das Instituições Técnicas de Ensino e Pesquisa. Então, eu me equivoquei, mas tudo bem, está entendido e eu agradeço o esclarecimento.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado Conselheiro. Encerramos as inscrições e eu vou colocar agora a matéria em votação, porque eu entendo, eu os senhores já formaram o juízo a partir das observações feitas tanto pelo proponente... Os senhores já formaram o seu juízo. Eu vou propor o seguinte encaminhamento, nós temos uma proposta de Moção, que foi validamente encaminhada por um Conselheiro, nos termos do Regimento. Então, eu vou fazer o mesmo procedimento de votação que seguimos nas matérias anteriores eu vou consultar agora o Conselho sobre o mérito da proposta, se nós aprovamos ou não a proposta de Moção. Então, vamos começar a votação aos Conselheiros que concordam com mérito dessa proposta de Moção eu peço que levante o seu cartão de votação para que possamos conta-los. Se vamos entrar com a Moção e em seguida se tem redação. Como está dando zero. Tudo bem. Eu posso fazer uma reformulação. O mérito é se nós queremos encaminhar ou não essa proposta é sobre isso, é como se fosse a questão da admissibilidade. Então, eu vou pedir para quem concorda se encaminharemos essa proposta de Moção, por favor, levante o cartão de votação. Daqui eu vejo dois votos a favor. Então, como temos apenas dois votos não teremos mérito, não seguiremos com a proposta, apenas por uma questão de votação vou pedir para os Conselheiros que não concordam com essa proposta, por favor, levante o cartão de votação. 27 votos. Então, em vista da votação declaro agora que a matéria foi rejeitada, passamos ao próximo item de pauta. Abstenções. Então, me desculpe eu peço, caso algum Conselheiro decida pela abstenção, por favor, levante o seu cartão de votação. Temos bastante. Patrícia. 8 abstenções. Então, são 24 e depois 8 abstenções, declaro rejeitada a matéria passamos agora ao próximo item de pauta. Pela nossa pauta nós temos duas apresentações agora. Nós temos a primeira pela Agência Nacional de Águas, o Joaquim não chegou. Está ali? Está lá no fundo. Então, o nosso item 6.1 é o acompanhamento da situação hídrica do País pelo representante da Agência Nacional de Águas. Essa apresentação, nós estamos fazendo em todas as Reuniões do Conselho desde o ano passado, a fim de dar ciência aos Conselheiros sobre a situação que está o País. E ela só é feita superintendente de Operações de Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas, Joaquim que peço venho aqui para frente.

2699

2700 **O SR. JOAQUIM GONDIM (ANA)** – Boa tarde a todos. Eu vou fazer uma
2701 apresentação intitulada A Crise Hídrica no Brasil, que é uma continuidade de
2702 apresentações que nós, rotineiramente, temos feito aqui no Conselho sobre a
2703 evolução da crise, principalmente, na questão da seca que nós estamos
2704 vivenciando. Bom, vamos falar um pouco, inicialmente, sobre a questão da crise
2705 hídrica na região Sudeste do País. E vamos olhar um pouco a situação das
2706 principais regiões metropolitanas São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.
2707 Bom, esse quadro reflete a situação do abastecimento d'água da região
2708 metropolitana de São Paulo com seus diversos mananciais, essas informações
2709 são fornecidas pela Sabesp, diariamente e são compiladas aqui, São Paulo com
2710 seus, região metropolitana, com cerca de 20 milhões de pessoas ele detém 7
2711 grandes sistemas de abastecimento dessa região, esses sistemas eles têm
2712 alguma margem de flexibilidade no atendimento em determinadas áreas, em
2713 função do volume armazenado em cada sistema se pode aumentar um pouco ou
2714 diminuir um pouco a sua área de atuação. Exemplo, o sistema Cantareira que
2715 ontem, no dia 21, estava abastecendo cerca de 5,3 milhões de pessoas quando
2716 em épocas normais ele chega a abastecer 9 milhões de pessoas. Então, há certa
2717 redistribuição interna feita pelo Governo do Estado através da Sapes, esse Estado
2718 se refere a última avaliação de população atendida deles. Então, nós temos
2719 sistemas hoje com menos 12,9% segundo a conta que a Agência Nacional de
2720 Águas faz, que é a conta de quanto você está abaixo do volume útil normal. Então,
2721 nós temos o zero e nós estamos 12,9% abaixo em termos de acumulação, em
2722 termos de volume disponível nós estamos com 16,3%, que é água que resta
2723 disponível no reservatórios. Todos os dois números são corretos a diferença é o
2724 enfoque, um diz da gravidade da crise, porque você coloca o percentual em
2725 relação a normalidade e o outro diz quanto tem de água ainda disponível. Os
2726 outros sistemas nós temos o auto Tiete que é o segundo sistema que eles têm de
2727 importância também, que está com 15,6% e abastece algo como cinco milhões de
2728 pessoas. Têm os diversos sistemas Guarapiranga que abastece outros 5,6
2729 milhões de pessoas e hoje está com 77,9% de capacidade, o do Grande 86%.
2730 Então, você vê que mesmo em uma região metropolitana é difícil ter uma
2731 homogeneidade em termos de níveis. Então, tem sistemas mais críticos têm
2732 sistemas menos críticos. O que as Companhias de Saneamento normalmente
2733 fazem é tentar equalizar o atendimento de tal maneira que a distribuição de água
2734 para a cidade sofra o menor grau de redução em função de crises como é essa.
2735 Bom, o sistema Cantareira, que é esse gráfico aqui, vocês não vão conseguir ler,
2736 mas essa linha aqui é o que aconteceu no ano de 2014, essa segunda linha era o
2737 pior ano antes de 2014, que era o ano de 1953. Então, se vocês olharem essa
2738 linha vermelha, todos os meses do ano foi inferior ao que aconteceu no pior mês
2739 anteriormente verificado do histórico de crise que foi 1953. O ano de 2015 é essa
2740 linha azul e vocês vão ver o seguinte, que no primeiro mês do ano, janeiro, de
2741 novo se bateu o Record. Então, o pior janeiro de toda a história a partir de agora
2742 vai ser o janeiro de 2015, e isso bateu de novo em agosto, em agosto foi também
2743 o pior mês de todo o histórico, porque esse mês aqui não é só o ano mais seco,

2744 mas todas essas vazões, mensalmente, são as menores vazões de cada mês. É
2745 um mês que é o ano mais seco, mas todos os meses são os menores do histórico
2746 até então. No próximo ano o pior do histórico vai ser janeiro de 2015 e agosto de
2747 2015 vão completar o ano mais seco do histórico. Então, para vocês terem ideia
2748 de números, em janeiro, a média do mês é 62, em 2014 chegou a 14 e esse ano
2749 chegou a 8, para entender a ordem de grandeza, da crise que está se vivendo. O
2750 Governo do Estado de São Paulo calculou a recorrência dessa crise e as vazões
2751 que chegaram do ano passado, são na ordem de uma vez em cada 250 anos.
2752 Essa recorrência calculada pelo Governo do Estado de São Paulo. Isso é o que
2753 aconteceu e está acontecendo. Nós estamos, esse é o histórico da crise, aqui é o
2754 zero do volume morto, nós entramos no volume morto e estamos dentro do
2755 volume morto, que é chamado lá reserva técnica, em função de que ele é
2756 volume morto somente para a Companhia de abastecimento, porque ela capta no
2757 lago do reservatório uma cota elevada e para retirar abaixo precisa de
2758 bombeamento, mas o reservatório em si libera água para o rio, em condições
2759 ainda sem precisar de bombeamento pelos seus dispositivos de regularização de
2760 vazão. Então, ele é um volume morto, da Sabesp, por isso que em muitos
2761 documentos se fala na Reserva Técnica. E essa é a situação hoje, a cidade de
2762 São Paulo, em termos de acumulação no sistema Cantareira dispõe de 155
2763 milhões de metros cúbicos para abastecer a cidade de São Paulo, claro que essa
2764 é uma conta dinâmica, todo mês sai e todo mês entra, mas a disponibilidade
2765 autorizada pela DMAE, DAE e pela Agência Nacional de Água é hoje de 155
2766 milhões de metros cúbicos. E esse gráfico, ele mostra como se deu a queda da
2767 demanda de fornecimento de água para o sistema Cantareira, ele partiu de
2768 vazões, em 2014, da ordem de 30m³/s para vazões hoje fornecida da ordem de
2769 14m³/s esse milagre se deve há algumas questões, primeiro o que eu falei, uma
2770 parte dos usuários do Sistema Cantareira foram transferidos para outros Sistemas,
2771 a segunda parte, o bônus para cada 20% que você reduz, você recebe 30% de
2772 bonificação na sua conta e uma terceira parte, não menos importante, por redução
2773 de pressão, se você coloca menos pressão na rede diminui perdas, diminui de
2774 uma maneira geral o fornecimento e com isso houve uma queda de 30m³/s para
2775 14 m³/ s. Que é o que está sendo praticado nesses últimos meses. Tem uma obra
2776 que vocês acompanham pela imprensa que vai ligar o sistema do Grande ao Auto
2777 Tiete, reforçando o Sistema do auto Tiete. É uma obra que está sendo feita agora,
2778 com uma vazão no entorno de 4m³/s que vai possibilitar o auto Tiete receber uma
2779 aporte de água que garanta um bom desempenho ainda para os próximo meses.
2780 Bom, e na Bacia? Existe um acordo e isso foi transformado em uma Resolução da
2781 ANA e do DMAE que têm vários pontos de controle. Cada vez que chega há um
2782 determinado nível é feito uma avaliação, toda segunda-feira é feita essa avaliação,
2783 entre se tem restrição, em alerta e com restrição. Então, hoje todos os rios da
2784 região estão sem restrição, quando entra em restrição tem que reduzir 20% o
2785 consumo para abastecimento e 30% para as outorgas industrial e irrigação, 20
2786 para abastecimento humano e 30 para irrigação e indústria e outros usos. Então,
2787 existe uma regra. Então, toda semana se avalia e se diz para todos os usuários
2788 qual é a necessidade da redução na vazão de restrição, das vazões outorgadas a

2789 eles. E esse é o sistema. Esse verde significa os volumes acumulados no sistema,
2790 que saiu de um positivo e ficou no negativo em dezembro, começamos negativo
2791 esse ano, não deixamos de estar negativo, mas se vocês olharem com a redução
2792 feita nas demandas essa linha tende a cruzar mesmo sem grandes vazões tende
2793 a cruzar e se encontrar com o mesmo nível do ano passado. Mesmo tendo
2794 começado e numa diferença muito grande, Qual é a mágica da estabilização, a
2795 queda acentuada da demanda está conseguindo estabilizar o sistema. Bom, a
2796 segunda bacia que também...

2797
2798
2799 **O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu
2800 peço desculpas, eu gostaria de interromper a apresentação do Joaquim por dez
2801 minutos, porque infelizmente as nossas discussões se alongaram demais na parte
2802 da manhã e de tarde, e o representante da OCDE, que estava aqui nos
2803 esperando, ele tem que ir embora agora, porque ele tem uma reunião. Então, ele
2804 poderia falar por dez minutos apenas para poder. Eu queria dar a palavra para ele
2805 por dez minutos apenas pra fazer uma saudação ao Conselho, já que o estudo
2806 envolveu muito fortemente o Conselho, vou passar a palavra, por dez minutos ao
2807 Luiz, que é o diretor de Governança pública da OCDE.

2808
2809
2810 **O SR. LUIZ DE MELLO (OCDE)** – Obrigado. Peço desculpas a todos pela
2811 interrupção e agradeço muito a indulgência de vocês, infelizmente eu tenho que ir
2812 embora, mas eu queria só aproveitar a oportunidade, eu agradeço muito ao
2813 Marcelo, a oportunidade de vir aqui, agradeço muito ao Dr. Ney Maranhão quando
2814 foi secretário de Recursos Hídricos do Ministério de Meio Ambiente, quando
2815 trabalhamos, quando começamos a fazer esse trabalho e basicamente vocês já
2816 devem ter uma cópia do nosso estudo de governança dos Recursos Hídricos no
2817 Brasil, nós estamos passando uma lista, vamos ter o prazer em enviar para quem
2818 tiver interesse a cópia desse estudo, a versão em papel do estudo. Não vou me
2819 alongar, eu tinha uma apresentação, mas vou deixar cópias com vocês também,
2820 mas eu só queria mais uma vez reiterar o papel o quão importante foi para nós ter
2821 o acesso a todos vocês, a esse Conselho, quando elaboramos esse estudo a
2822 possibilidade de discutir com todos os atores nessa grande arquitetura da
2823 governança de Recursos Hídricos no Brasil, Sociedade Civil, a todos os
2824 representantes de Bacias Hidrográficas, fizemos casos de estudos com Estado do
2825 Rio de Janeiro, com a Paraíba, com Rondônia, estudamos o caso da bacia do São
2826 Francisco, Bacia do São Mateus enfim, tivemos uma oportunidade de realmente
2827 interagir com todos vocês e perceber quais são as especificidades do caso
2828 brasileiro, uma grande tradição de deliberação participativa na área de
2829 administração de Recursos Hídricos a tradição Federal do Brasil, que o destaca
2830 em um contexto internacional, tivemos oportunidades de trazer alguns dos nossos
2831 estudiosos e *policy makers* de países como Portugal, como Austrália, como África
2832 do sul para trocar experiência com vocês. Eu acho que uma grande mensagem e
2833 por isso eu agradeço a oportunidade de estar aqui é a importância que há no

sistema brasileiro de elevar a discussão sobre a importância da água, sobre como a sociedade pode se preparar melhor e passar de uma cultura talvez de reação ao risco ou algo que tem a ver mais diretamente com a prevenção e com a administração de riscos, como é o caso de apresentação de agora e o grande papel que esse Conselho tem nessa dinâmica, nesses grandes esforços que o Brasil tem feito nesse sentido. Então, agradeço mais uma vez, peço desculpas pela interrupção e gostaria de reiterar também que a OCDE continua a disposição de vocês, do Conselho e das autoridades brasileiras no sentido de levar esse diálogo a frente, no sentido de ajudá-los a enfrentar os desafios que vocês enfrentam, a intercambiar experiências internacionais, a trazer as nossas análises, a trazer as nossas recomendações, não tenho tempo de entrar em detalhes sobre essas recomendações, mas convido a todos que leiam o relatório e que possam em uma oportunidade futura continuar esse diálogo e aprofunda-lo ainda mais, mais uma vez muito obrigado pela paciência e desculpe pela interrupção. Obrigado

(Palmas!).

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Muito obrigado, em especial ao Joaquim, eu tenho que pedir várias vezes obrigado ao Joaquim, porque ele me aturou por cinco anos como subordinado dele.

O SR. JOAQUIM GONDIM (ANA) – Eu pelo menos sou uma árvore que dou fruto, porque lá na minha terra têm umas árvores que ficam lá e não tem nada que aparece embaixo, só folha, ainda bem, obrigado Marcelo. Então, nessa lógica aí o Paraíba do Sul é a segunda Bacia importante, essa Bacia ela tem uma importância estratégica para três Estados, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, nessa lógica as ações dela têm muito repercussão a nível nacional. Ela é, além de responsável por cerca de 5 milhões de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro, ela também é responsável pelo abastecimento de cerca de 14 milhões de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro, através da transposição de água para o Sistema Guandu. Bom, hoje o Sistema está algo como 7,8% de acumulação, ele chegou a estar a 0,5%. Então, chegou praticamente seco no começo do ano, o Sistema teve uma lenta recuperação e nós vamos mostrar porquê. Ele chegou, você nem vê a diferença do zero, mas ele chegou muito próximo do zero, os reservatórios da Bacia, três deles, entraram no seus volumes mortos, isso significa que estavam já parando a geração e liberando água somente para atendimento dos usuários de abastecimento, principalmente. O ano passado nessa mesma época nós estávamos com 14,6%, esse ano nós estamos com algo como 7,8%. E como se deu a queda? Isso é importante. Essa queda do ano passado, em janeiro, fevereiro, chegou aos 0,33%, houve essa lenta recuperação, mas essa recuperação, ela não tem muita margem de reduzir mais por conta de algumas

2879 questões em relação a vazão que se libera normalmente. A vazão liberada normal
2880 é 190m³/s, que essa vazão é dividida uma parte segue para o Rio de Janeiro na
2881 parte de a jusante e paté, a foz do rio Paraíba do Sul uma parte vem para o
2882 Gandu. Então, a grande diferença é que 190 é dividido normalmente, 71 segue
2883 para a foz e 119 vem para o Guandu. Hoje esse número conseguiu reduzir para
2884 110. Então, o normal mínimo é 190, hoje estamos praticando 110m³/s. o mínimo é
2885 190, mas o que normalmente se pratica é em torno de 230, 240. Então, nós
2886 saímos de 230, 240 para 110m³/s esse é o número importante para mostrar o
2887 trabalho que está sendo feito em conjunto pelos Estados e o Comitê de Bacia, e
2888 todos os usuários envolvidos nessa redução de tal maneira que o sistema não
2889 entrou em situação de crise maior. Uma grande obra foi feita, para quem não
2890 conhece essa é a foz do rio Guandu lá o canal é do São Francisco então, foi
2891 construída uma barreira metálica de tal maneira que, antigamente, uma
2892 quantidade de água era necessária para que a Cunha salina fosse empurrada e
2893 água doce ficasse nessa região e as indústrias, o principal polo industrial do Rio
2894 de Janeiro pudessem captar. Então, foi feito uma barreira, a água só passa por
2895 esse meio, de tal maneira que foi contida uma grande parte dessa Cunha salina,
2896 de tal maneira, que pode-se reduzir a vazão e com isso se consegue atender a
2897 todos os usuários diminuindo a questão da inclusão salina. Essa é uma questão
2898 importante. Problemas existem nessa barragem, porque em determinados
2899 momentos a maré está passando por cima dessa obra e com isso aquela intrusão
2900 salina avança também. Então, não se conseguiu uma eficiência muito grande
2901 ainda. Então, está se discutindo inclusive o alteamento e o fechamento mais
2902 desse meio, dessa barragem, mas foi uma obra importante e isso fez com que
2903 essa redução fosse possível. Então, está se discute a melhoraria nessa condição,
2904 foi um grande esforço feito pelo Estado do Rio nessa atual crise, mas mesmo
2905 assim os níveis que se espera desses reservatórios, dependendo das afluições,
2906 se continuaram em torno da média do ano passado, se espera que os
2907 reservatórios no mais fiquem 4%. Então, esses são os números e se vocês se
2908 lembraram o Rio de Janeiro é sede, o ano que vem, das Olimpíadas. Então, tem
2909 que ter segurança hídrica adicional. Então, um grande esforço está sendo feito no
2910 sentido de dotar esse sistema de resiliência para enfrentar o ano que vem. Belo
2911 Horizonte tem uma característica importante que ele capta uma grande parte da
2912 sua água, todos, em rio de domínio do Estado, mas rios sem reservação. Então,
2913 ele pega água nos rios da Velhas, sem reservação, ou seja, ele é muito
2914 independente da água de chuva, da condição natural do rio, não tem reservatórios
2915 que possam regularizar. Então, esse é o fluxo natural da vazão do rio das Velhas
2916 no local da captação, é muito variável. E o segundo sistema é o Sistema
2917 Paraopeba, ele está hoje na faixa de 27% de acumulação, só que o ano passado
2918 ele estava nessa mesma época do ano com 40% e ano retrçado 74%. Então,
2919 com 74%, 40% e 27% é um Sistema que fica sempre em atenção, no sentido de
2920 enfrentar essas quedas até o final do ano. Hoje a principal hidrovía brasileira está
2921 parada é a hidrovía do Tiete, o setor elétrico argumentou que se não rebaixasse o
2922 reservatório de Ilha Solteira poderia ocasionar questões de contingência de carga,
2923 rebaixou o reservatório de Ilha Solteira paralisando a principal hidrovía brasileira.

Essa é uma questão em aberto, muito importante, a Agência está atuando no seguinte aspecto, como antes todas as outorgas dessas usinas, que ficam no rio Paraná eram anteriores a ANA. Então, as outorgas eram embutidas no contrato de concessão, com a renovação das outorgas, a ANA tem colocado que vai ter uma cláusulas que vai garantir a navegação. Então, o edital que está colocado em audiência pública já consta um nível mínimo que garante a navegação. Então, essa tendência de que no futuro condições como essas se repetirem vai ser em condições muito diferentes. O São Francisco é outra bacia importante ela é importante estrategicamente para toda uma região nordeste e ele também está enfrentando uma das maiores crises da sua história ele hoje o São Francisco é outra Bacia importante, ela é importante estrategicamente para toda a região nordeste e ele também está enfrentado uma das maiores crises da sua história, ele hoje está com cerca de 14% em média, mas o Sobradinho, que é o seu principal reservatório, está com 9% de acumulação e mais do que isso, há uma perspectiva de que ele chegue, esse Sistema chegue em níveis nunca antes atingidos. Então, vamos enfrentar Sobradinho com níveis muito próximo do zero do seu volume útil. Esse foi de Três Marias é um reservatório que praticamente secou o ano passado, houve um consenso e um acordo entre todos de diminuir a vazão mínima que era autorizada, que ele tinha que liberar sempre, que era de 250m³/s para 120, com isso mesmo na seca ele recuperou o seu nível, só que agora está no momento de que ele está mais alto do que o de Sobradinho. E o que significa? Há uma disputa é a principal disputa existente hoje no território de uma parte da população, principalmente, a parte mineira da Bacia que não quer a liberação adicional de água de Três Marias para atender Sobradinho. Então, há uma disputa e uma discussão sempre entre montante e jusante. Os usuários de Três Marias querem guardar água no reservatório e os usuários da foz e de Sobradinho querem receber água de Três Marias. Então, há uma discussão hoje e que nós estamos tentando mediar, no sentido de ver qual nível de que solta de três Maria sem prejudicar os próprios usuários de Três Marias e que cause benefício para jusante, por favor. Se não fossem tomadas as medidas de correção de vazão, que vocês verem muito falar que foram autorizadas pela ANA e pelo o IBAMA da redução da vazão de 1300 para algo como 900m³/s o reservatório de três Maria hoje já estaria negativo, em menos 16%, sendo que ele não tem comportas que possibilite a utilização da água além do zero, ou seja, quando chegasse no zero, ele parava a geração e ficava só, a água que entrava era a água que saía. Sobradinho estaria com menos 22% e o sistema, na melhor das hipóteses, acontecendo essas trocas de vazões vai chegar em 5%. Então, o cenário mais otimista é chegar em 5% e o cenário mais pessimista é chegar em 0,8%. Então, os níveis vão ser assim todo dia jornal nacional. E existe um grande projeto de irrigação, chamado Nilo Coelho, que fica na borda do lago do reservatório de Sobradinho e ele tem uma captação fixa e essa captação quando se aproxima do zero do reservatório ela fica fora da água, e o que isso vai significar? Todo esse projeto que é o maior projeto que eles têm na região, ele vai ficar desabastecido. E a captação, está sendo feito uma obra de emergência, igual àquela que é feita em São Paulo para poder possibilitar o abastecimento

desse projeto. E essa é a perspectiva, em termos ano passado o verde e o azul esse ano. Então, a perspectiva realmente é de termos até o final de novembro níveis muito baixos nesse sistema o nordeste enfrenta o quadro ano consecutivo de seca, esse é o nível ano a ano dos reservatórios essa é a Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e o Nordeste como um todo. O único Estado em que houve, no ano 2012, 2013, 2014 e 2015 crescimento foi a Bahia, todos os outros Estados, Ceará 59%, 40%, 28% e 16%. Então, o Ceará hoje, por exemplo, está com 16% de sua capacidade de acumulação preenchida com água, isso significa que grandes regiões do Estado já tem crise e há uma perspectiva que se nada acontecer de diferente e que não existe, até agora, nada que indique que vai ter um bom período chuvoso, pelo contrário, com a existência do *el niño* a única certeza que se tem é que há uma correlação muito forte *el niño*, seca no nordeste. Então, os Estados estão trabalhando fortemente e o Governo Federal com a perspectiva de no próximo ano também ser um ano de seca. Essa é a acumulação do Sistema do nordeste e grandes cidades Caruaru, Campina Grande e outras regiões do nordeste enfrentam racionamento na sua rotina diária e a perspectiva nos próximos meses é do agravamento da crise, por favor, os principais reservatórios estão batendo os seus recordes de níveis, por exemplo, o principal reservatório do Rio Grande do Norte, o Armando Ribeiro Gonçalves, está no nível mais baixo de toda a sua história. Então, todo dia ele bate, depois que ele encheu, ele nunca tinha chegado a níveis tão baixos. Uru Emas que é o principal reservatório da Paraíba também. O Ceará, embora esteja com 16% da água acumulada, ela está concentrada em uns poucos pontos verdes, a grande maioria está com menos de 10% da acumulação, mas como ela tem um reservatório muito grande que é o Castanhão, a média fica alta, mas só que a água está mal concentrada. Ela tem água em um canto e o resto do Estado com menos de 10% da sua capacidade de acumulação e se vocês se lembraram a chuva no Ceará tem uma pré-estação entre dezembro, e janeiro, e a chuva só começa em fevereiro. Existe uma longa travessia ainda desse ano e uma perspectiva muito ruim para o próximo ano. E essa situação cada dia mais presente no Nordeste que é o fornecimento de água em uma cota de 20 litros por pessoas, dia para garantir as condições mínimas de manutenção dessa população. Essa é a nossa apresentação é mais uma prestação rotineira do que está se passando. Então, a perspectiva é nordeste a situação se agravar, uma perspectiva para o Sul, com a questão do *el niño*, é uma perspectiva até de melhora, de ter enchentes até. E para o sudeste de muita atenção, porque nós estamos nos piores níveis do histórico nas regiões metropolitanas do Rio, São Paulo, e Belo Horizonte.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –
Obrigado Joaquim. Como o Joaquim falou isso tem sido rotineiro no Conselho, desde o início do ano passado ele tem vindo aqui para nos informar e é bem extensa. Bom, eu gostaria de consultar se os senhores têm algum questionamento. Patrícia Bonzon. Conselheira Patrícia, porque nós temos mais

uma apresentação sobre gestão Integrada de Recursos Hídricos e assim que nós terminamos passamos imediatamente a próxima.

A SR^a PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Primeiro dar os parabéns para o Joaquim, a apresentação, é sempre bom trabalhar nessa parte da gestão de Recursos Hídricos, uma parte, sempre uma agenda positiva, por mais que os anúncios sejam temerosos. Joaquim, eu queria saber como nós trabalhamos a questão do cenário econômico... Saber como nós fazemos para trabalhar, em termos de gestão de Recursos Hídricos? Porque nós estamos realmente com o cenário muito atípico, mas nós temos que trabalhar e não ficar naquela de que daqui há 13 ou 14 anos, repetir e falar, bom, nós temos que trabalhar para corrigir a situação. Mas estamos em um cenário atípico econômico também, essa queda de demanda tem muita relação com uma queda econômica, nós estamos em recessão, uma indústria que era 27% do PIB é 9% do PIB agora. Quer dizer, isso tudo influi na demanda, quer dizer, se eu, vamos supor, por um milagre, apareça outro Juscelino que faça 50 anos em 5, e aí a indústria retome seu fôlego eu vou precisar de muito mais água e energia, que tem a ver com água, para poder rodar um modelo de volta econômica e o parâmetro, nós não entramos com esse parâmetro. Eu queria saber o que você recomendada? Que trabalho nós temos que fazer? Como nós, indústria, temos que trabalhar? É Plano de Contingenciamento, é uma intervenção pública um pouco mais de cobrar e trabalhar mais com a gestão da oferta, do que com a gestão da demanda? Enfim, eu queria a sua opinião sobre isso. Obrigada.

O SR. JOAQUIM GONDIM (ANA) – Importante a pergunta que dá margem para explicar outras coisas que eu não falei. Uma coisa é importante é que a primeira coisa que eu mostrei, mostra a minha palestra aí, o título dela, eu falo crise hídrica e porque eu não coloquei seca? Porque a crise ela tem algumas coisas que podem ampliar ou podem mitigar. A ação humana em uma seca ela pode mitigar a seca ou pode ampliar a seca. Então, a palavra que está sendo usada, principalmente, pela questão do sudeste, tem sido a palavra crise, no sentido de que há uma discussão hoje muito clara de que os sistemas das grandes metrópoles e principalmente os grandes sistemas de abastecimento precisam ter resiliência, não podem depender de sistemas únicos, que eventualmente, vocês viram a cidade de São Paulo, mesmo uma cidade metropolitana como São Paulo precisa ter sete sistemas e os sistemas estão em condições diferentes um do outro. Podia até um suprir mais a região, mas ele não tem o que chamam de aqua-anel vamos dizer assim, que permitisse essa integração. Então, essa é uma das coisas que se coloca, quer dizer, é preciso dotar os sistemas com mais resiliência e em Recursos Hídricos as intervenções em obras estruturantes elas têm uma maturação longa 2, 3, 4 anos, em termos de execução da obras, o que significa isso? Que nós temos que estar com a curva de oferta sempre por cima da curva de demanda, nós nunca podemos estar muito colado oferta com demanda.

Então, pensando nisso a Agência Nacional junto com Ministro da Integração, Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das cidades, está elaborando uma coisa que o Brasil devia já ter feito há muito tempo, são os seus Planos de segurança hídrica, está certo? Então, a Agência está desenvolvendo um plano de segurança hídrica isso é feito a dez mãos, porque é feito pelo Governo Federal mais, Estados, mais ouvindo todas as pessoas que tenham opinião sobre esse grande sistema brasileiro. E o produto vai ser um documento que a exemplo, por exemplo, que o setor elétrico faz, a elaboração todo ano do seu Plano decenal, todo ano você tem um Plano Decenal 2015/2024, todo ano tem uma atualização do Plano, mas tem um Plano, não é um Plano para esgotar todas as ações, mas é um Plano que dê um Norte em termos de obras, anteriormente nós tínhamos elaborado o que nós chamamos de atlas de abastecimento urbano, mas era, principalmente, para as cidades. Agora, esse Plano de Segurança Hídrica ele vai englobar, Patrícia, não só a questão da água para as cidades, mas também a água para as indústrias, a água para agricultura. Uma oportunidade interessante, que ele já está em desenvolvimento, é que se o Conselho, em algum desses momentos, pudessem receber uma apresentação desse Plano, em que estágio está e quem são os contatos, porque cada um de vocês tem uma opinião no seu Estado principalmente. Então, essa é uma coisa importante que poderia o Conselho se envolver mais na questão do Plano Nacional de Segurança Hídrica. Então, esse é o conselho que eu dou, de um envolvimento maior na elaboração e na preparação desse Plano Nacional de Segurança Hídrica que não é só para abastecimento, mas também para indústria, agricultura e todos os usos. O Plano Nacional de Segurança ele tem estágios diferenciados, como ele é feito por bloco. Então, por exemplo, já foram visitados vários Estados. Então, não existe um estágio único, não é assim: todos os Estados estão no diagnóstico. Então, alguns já estão até em proposição de obras, em análise de obras. Então, dependendo do Estado e da região ele pode estar no estágio mais avançado ou menos avançado. A prioridade nesse momento, dado a crise, tem sido a região Nordeste e as Bacias críticas do Brasil, não quer dizer que não vai se cobrir o território todo, mas têm prioridades. Então, o meu conselho, não sei, em uma Reunião, uma apresentação desse Plano Nacional de Segurança Hídrica que poderia ser de interesse de todos.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Antes de passar para a próxima apresentação, nós vamos seguir o conselho do Joaquim, nós podemos pedir para ANA, que na próxima Reunião façamos, não só o estágio, mas pelo menos nos elucide o que é o Plano, o escopo dele, traga o estágio, além de claro nós voltarmos a ver o Joaquim, de novo, fazendo uma nova exposição da situação. Obrigado. Eu vou passar então, a palavra ao Nédio, que é o presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas para que ele faça a introdução sobre essa próxima apresentação com o título de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Superficiais e Subterrâneos.

3103
3104 **O SR. NÉDIO CARLOS PINHEIRO (CERH/MT)** – Boa tarde. Nédio Pinheiro, presidente
3105 da Câmara Técnica de Águas Subterrânea do Conselho. Visando a gestão
3106 integrada dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos surgiu no começo de
3107 2014 uma demanda do Conselho Nacional, essa demanda foi levada à Câmara
3108 Técnica de Água Subterrânea, que por sua vez formou um Grupo de Trabalho e
3109 como o tema envolvia muito mais do que água subterrânea, esse Grupo de
3110 Trabalho propôs que fosse conjunta com a CTPOAR para contribuições e
3111 desenvolvimento da proposta de Resolução. A Agência Nacional de Águas
3112 inicialmente elaborou uma Nota Técnica sobre a gestão integrada de Recursos
3113 Hídricos Superficiais e Subterrâneos que serviu de base para formulação da
3114 minuta mostrando como deve funcionar a gestão integrada desses recursos,
3115 sendo ainda necessário maiores informações técnicas para o prosseguimento da
3116 proposta como, por exemplo, o maior entendimento das relações físicas entre os
3117 aquíferos e os recursos hídricos superficiais. Em outubro, de 2014, foi realizado o
3118 workshop sobre a gestão integrada, esse workshop foi realizado pela ANA,
3119 buscando ampliar ainda mais os conhecimentos acerca do assunto, vieram várias
3120 pessoas que falaram sobre o tema. E desde de então esse Grupo de Trabalho
3121 integrado CTAS e CTPOAR vem trabalhando a construção dessa minuta, para
3122 isso solicitamos a presença do Dr. Zoltan Romero, que fará a explanação sobre os
3123 trabalhos até aqui realizado. Zoltan, você tem a palavra.

3124
3125
3126 **O SR. ZOLTAN ROMERO (Sema/BA)** – Pessoal, foi ótimo falar depois do
3127 Joaquim e da Patrícia, porque é interessante que o que eu vou falar sobre gestão
3128 integrada casa como uma luva em tudo o que eles disseram, em todos os
3129 questionamentos levantados. O exemplo que eu vou mostrar, porque quando nós
3130 falamos de gestão integrada de águas superficiais e subterrânea estamos falando
3131 de um universo de possibilidades tremendas e que são possibilidades que a
3132 gestão não está aproveitando. Então, eu vou mostrar para vocês, porque fazer a
3133 gestão integrada de recursos hídricos. Bom, primeiro, um exemplo simples, essa é
3134 a bacia do rio de ondas na Bahia, faz parte da Bacia do São Francisco, reparem
3135 que em 1984 quase toda ela era vegetação natural e havia poucas áreas
3136 agrícolas, em 2009 a situação se inverte e você já tem quase toda área ocupada
3137 por atividades agrícolas. Então, você vê uma mudança muito grande em apenas
3138 25 anos, você passou de uma situação para outra. E isso daqui tem reflexos
3139 diretos na água subterrânea, como assim? Porque você com essas ocupações
3140 você maximiza escoamento superficial, maximizando escoamento superficial você
3141 minimiza infiltração, com isso você tem maiores vazões de enchentes e enchentes
3142 mais destrutivas, mas por outro lado como infiltrou menos, na seca você vai ter
3143 menos água, porque o que mantém a vazão de base dos rios é a água
3144 subterrânea, nessas condições observem como o valor que nós utilizamos para
3145 dar outorga nesses rios está caindo. Isso aqui já estão descontados os usuários
3146 que estão retirando água. Então, todos podem ver que Q90, mesmo se não
3147 tivesse nenhum usuário, ninguém retirando água, o valor do Q90 da Bacia está em

3148 decréscimo. Isso é claro, impactaria no Q7,10 e outras coisas mais. Bom, também
3149 os estudos que foram realizados lá, inclusive com o apoio da ANA, essa parte de
3150 mudança climática foi toda da ANA, mostra claramente que as perspectivas não
3151 são boas, mais empreendimentos, mais impermeabilização, menos recarga, mais
3152 escoamento superficial e menos infiltração. Então, inclusive com possibilidade de
3153 redução das chuvas médias. Então, tudo isso conspira para mesmo que ninguém
3154 estivesse retirando água os valores de Q7,10 e Q90, da bacia estariam em queda.
3155 Então, o problema primeiro é o seguinte: é que a conexão entre as águas dos
3156 mananciais superficiais e subterrâneos são conhecidas e comprovadas, desde o
3157 trabalho original de Boussinesq, em 1877. Boussinesq comprovou que as águas
3158 subterrâneas mantinham as águas de seca dos rios, isso já faz quase 140 anos.
3159 Apesar disso até hoje, estamos na segunda década do século XX, XXI, do século
3160 XXI, os atores que estão envolvidos na gestão não conduzem esse conhecimento
3161 para uma realidade prática, não se aplica uma gestão integrada prática de água
3162 superficial e subterrânea, com raríssimas exceções que são casos muito
3163 excepcionais. Problema dois, quando além da região, quando as águas
3164 superficiais tendem a se esgotar as pessoas passam a usar água subterrânea,
3165 que como eu já falei aqui é conectada e garante a vazão de seca do rio. Então, na
3166 verdade, no lugar de aliviar o problema você está agravando e tornando-o pior
3167 para o futuro, inclusive pode-se estar outorgando a mesma água em várias Bacias
3168 duas vezes. Uma vez como água superficial e outra vez como água subterrânea.
3169 É o que internacionalmente é reconhecido como dupla contabilidade de água. E a
3170 avaliação dessas interações e sua quantificação é fundamental para a gestão dos
3171 recursos hídricos. Bom, e o que causa o rebaixamento dos rios? Três coisas e eu
3172 vou elenca-las pelos impactos que elas causam. Uma, que é a pior e que quase
3173 não é falada, é a redução das infiltrações por aumento do escoamento superficial
3174 nas Bacias. Então, esse é um volume absurdo de água, que passa se perder,
3175 porque você aumenta o escoamento superficial das Bacias. Em segundo vem a
3176 retirada de água superficial e isso, com esses dois, isso já provocaria um declínio
3177 grande dos níveis. E, agora, você também, como declinou os rios, você passa a
3178 retirar de poços e vai comprometer mais ainda a sua situação. Isso acontece,
3179 porque muita gente ainda tem uma visão ciclo hidrológico muito primitiva, ou seja,
3180 ele é sempre apresentado dessa forma, como se água superficial e subterrânea
3181 fossem todas para o mar, o que é um absurdo, se você perguntar para qualquer
3182 pessoa que entenda mínimo de água subterrânea sabe que é impossível a água
3183 que chove aqui em Brasília infiltrar no subsolo de Brasília e por meios
3184 subterrâneos sair no Oceano Atlântico ou no Oceano Pacífico, isso é uma
3185 impossibilidade geológica, isso não acontece. O que acontece é isto, as águas
3186 subterrâneas vão exsudar nos rios, retirando aquíferos costeiros, ou aquíferos de
3187 ilhas a água subterrânea é os rios, na verdade, quando alguém está outorgando
3188 baseado em Q7,10 tem uma novidade, vocês estão outorgando água subterrânea
3189 que passou a estar superficial naquele momento. Então, vamos lá, além disso
3190 existe outro problema, a exploração descontrolada da água subterrânea pode
3191 causar calamidades muito maiores e irreversíveis do que no caso da água
3192 superficial. Esse é o exemplo do Vale de São Joaquim, isso aqui, para quem não

sabe, é um poço, e esse é o rebaixamento do terreno no Vale, ao longo de décadas de exploração de água subterrânea, antes que alguém me pergunte, aquífero semi-confinado profundo compostos com mais de 700 metros de profundidade fizeram isso na superfície. Então, o que aconteceu? A Bacia encolheu. Você conseguiu a façanha de reduzir fisicamente a área de uma Bacia, isso quer dizer que hoje, que mesmo que chova lá uma chuva de proporções dilúvicas não vai contribuir em nada não para o outro lado, porque a água superficial não tem mais como escoar para aqueles trechos da Bacia. Então, pronto, a gestão integrada traz uma nova visão, é um processo que promova a utilização e gerenciamento dos recursos hídricos, maximizando e resultando do bem-estar econômico, social e ambiental. Então, onde é que a gestão integrada ataca, principalmente? A separação institucional da água superficial e subterrânea, isso é terrível, é visto em muitos Órgãos Gestores, em todos os locais, as vezes, até em prédios diferentes, em um prédio que se dá a outorga de água superficial, em outro prédio se dá a outorga de água subterrânea, como se fosse coisas completamente distintas. Eu as vezes brinco que eu tenho contracorrente com minha esposa. Então, eu estou com 4 mil na conta, alguém pergunta quanto você tem na conta? 4 mil. Chegam para minha esposa e perguntam, Lene Cleide, quanto você tem na conta? 4 mil. Beleza, então, vocês têm 8 mil na conta! Aí fica fácil, só que isso não acontece. E além disso, de romper essa barreira de comunicação é preciso reconhecer, para haver sustentabilidade deve-se permitir incrementos na demanda de água para atividades econômicas e desenvolvimento humano. Sim, porque como a Patrícia bem disse, se estamos trabalhando já no limite, se nós dissermos a Bacia tal não tem mais uma gota de água para ser outorgada, só isso já é o suficiente para causar o colapso econômico rápido daquela Bacia, porque ela não tem mais espaço para investimentos e para nada, fica impossível. Então, onde a visão integrada apoia a gestão de água subterrânea? Primeiro reduz o risco nas decisões de gestões, porque você passa a evitar dupla contabilidade e passa a evitar que esteja outorgando a mesma água duas vezes ou, como muitos planos fazem, alguns planos, por exemplo, planos que eu já li, de Bacia, dizia que era possível outorgar e 40% da Q7,10 e 80% da reserva reguladora do aquífero associado. Bom, Q 7,10 e escoamento de base é quase a mesma coisa. Resultado, o plano estava dizendo para se retirar 120% da água da Bacia, era isso que o plano estava dizendo com todas as letras ali. Então, nós também temos que discutir isso e os problemas institucionais, como Fundos limitados, pouco pessoal, falta de capacitação ou simplesmente barreiras políticas para essa gestão. Eu fico pasmo que a maioria das pessoas, que são os maiores interessados na gestão integrada, nada conhecessem ou pior ainda, nunca nem ouviram fala em gestão integrada de águas subterrâneas. Bem, nesse caso aqui vamos tratar porque a gestão é importante? Vamos dar um exemplo. Eu vou trabalhar aqui todos com exemplo das Bacias, na Bahia, do Rio São Francisco. São todas Bacias na Bahia, que é o Estado onde eu trabalho, no Rio São Francisco. Nós outorgamos lá até 80% da Q90 é o nosso volume de outorga, alguns dizem isso não é muito alto não? É porque se fossemos outorgar por Q 7,10 a maioria das Bacias não ia ter

3238 nada para retirar, nada mesmo. Então, nós temos que usar a Q90. Bom, é pouca
3239 água a Q90 e outros Estados são ainda menos que é a Q7,10. Então, veja só, nós
3240 estamos tirando esse pouquinho de água que está ali embaixo na vazão, no
3241 volume total de água do rio e ainda assim estamos com todos esses problemas
3242 que foram citados aqui. Então, nós estamos agora com uma bomba anunciada, o
3243 que é? Vamos ter uma retirada da referência da outorga subterrânea, uma da
3244 outorga superficial e outra da demanda ambiental. Na maioria dos planos do País,
3245 eu pude observar vários, essa soma já ultrapassou os 100%. Bom, ou aí podemos
3246 simplesmente dizer está tudo perdido ou podemos aplicar a gestão integrada, a
3247 gestão integrada. A gestão integrada é o seguinte: é nós passarmos a olhar o
3248 aquífero como o que ele é, um reservatório natural de regularização dos rios.
3249 Então, o que tem que ser trabalhado nele é o escoamento superficial, infiltração e
3250 a descarga para o meio ambiente, nessas condições, nós estamos hoje assim,
3251 com os nossos sistemas de outorga desse jeito, a demandas sócio econômica
3252 crescente a demanda ambiental está ali já chegando perto para ser devorada e a
3253 vazão total dos rios. Estamos aí muitos casos chegando perto disso, ou seja, a
3254 bomba está se aproximando para muitos de nós, se nada for feito o que acontece
3255 inevitavelmente é que nós vamos entrar nas demandas ambientais, porque nós
3256 não vamos deixar cidades e empreendimento sem serem atendidos, isso é uma
3257 ilusão dizer que isso vai acontecer, não vai. Nós vamos alterar as demandas
3258 ambientais e vamos criar outros problemas, futuros. Bom, só que a gestão
3259 integrada permite que você faça o seguinte, que você incremente a vazão dos rios
3260 nos períodos de seca. Então, você pode através da gestão integrada ter mais
3261 água disponível para todos nos períodos de seca. Aí você aumenta a vazão total
3262 de seca, aumenta, leva mais para cima a necessidade ambiental e dá mais
3263 espaço para trabalhar nas Bacias. Então, o que é que eu estou dizendo com isso?
3264 Bom, um dos nossos grandes usuários é a irrigação, aqui tem alguns
3265 representantes da agricultura, que eu conheço, eu sempre disse para os irrigantes
3266 que o problema deles era o seguinte, é que eles não querem retirar água na cheia
3267 do rio para irrigar as plantações deles, por que está chovendo? E ele não quer
3268 irrigar na seca e quanto mais a seca se aprofunda, mais ele quer irrigar, ou seja, é
3269 um processo inverso a disponibilidade, porque o rio vai ficando mais seco e a
3270 irrigação vai querendo mais água. Nessa situação é simples, se nós usamos
3271 gestão integrada, nós simplesmente vamos fazer o seguinte, nós, no exemplo aqui
3272 citado, porque esse é apenas um exemplo aqui citado e isso é uma Bacia da
3273 Bahia, simplesmente substituir as captações da irrigação, superficiais, por
3274 captações subterrâneas, você me pergunta, o cara enlouqueceu? O que ele está
3275 falando? É o seguinte, quando alguém me diz que colocou uma bomba que tira
3276 $10\text{m}^3/\text{s}$ de um rio eu lhe digo na hora qual é o rebaixamento do rio, $10\text{m}^3/\text{s}$. Agora,
3277 se alguém me diz que está sendo retirado $10\text{m}^3/\text{s}$ de água subterrânea a, por
3278 exemplo, 2000 metros de um rio, eu sei que essa retirada no rio é de no máximo
3279 10mil metros cúbicos por segundo, no máximo vai ser igual a retirada superficial,
3280 beleza. Então, se nós dimensionássemos o nosso sistema? Para que aquelas
3281 áreas hoje já antropizadas, não dá para nos iludirmos, que nós vamos replantar
3282 florestas em todas as nossas Bacias, retirar as lavouras e a pecuária, e voltar tudo

3283 a ser floresta para aumentarmos a infiltração, não vai dar. Então, nós vamos
3284 trabalhar para aumentar a infiltração nas áreas antropizadas e mais transferir as
3285 captações para longe dos rios, o que isso faz? Bom, se nós substituirmos as
3286 outorgas, por exemplo, da irrigação, eu estou usando aqui a irrigação apenas
3287 como exemplo, porque é um uso bem sazonal, nós podemos aproveitar o tempo
3288 de retardo, que é o tempo entre a interferência do poço no rio, para que todo o
3289 impacto desses poços seja sentido pelos rios apenas e tão somente nos período
3290 de cheia. Isso abre uma margem de trabalho tremenda, porque agora nós vamos
3291 calcular o nosso impacto de retirada de águas subterrâneas de tal forma que ele
3292 impacte naquela vazão ali e não nesta aqui, com isso, por exemplo, a irrigação
3293 não iria retirar mais uma gota de água dos rios no período da seca. Coisa
3294 maravilhosa! Isso significaria que os irrigantes estariam tirando a água da cheia
3295 para irrigar na seca e é literalmente isso. Então, nós passamos a aproveitar o
3296 tempo de retardo da interferência superficial e subterrânea em nosso benefício,
3297 porque ele é um reservatório, é para isso que ele serve e funciona, só que é um
3298 reservatório natural que nós não gerenciamos como deveríamos, como
3299 reservatório. Então, dimensionando essas instâncias, por exemplo, eu posso citar
3300 para que um exemplo aqui de cálculos que eu fiz lá para a gestão de Recursos
3301 Hídricos da Bahia, que acabou virando o meu mestrado, mas, por exemplo, vamos
3302 imaginar um ano de seca terrível, 365 dias que não choveu nada, nada,
3303 absolutamente nada, a irrigação estaria com 100% das suas demandas sendo
3304 atendidas pelo rio, ou seja, uma calamidade, pois bem, se essa demanda
3305 estivesse toda sendo feita com água subterrânea o impacto seria apenas 24% dos
3306 100% da retirada naquele período de ano, de 365 dias de seca, ou seja, isso
3307 aumenta a resiliência do nosso sistema enormemente, porque no lugar de nós
3308 estarmos tendo aquele impacto brutal de 100% durante o período de seca, não.
3309 Nós agora podemos passar um grande período de seca sem ter um impacto tão
3310 grande nas águas superficiais e isso pode ser dimensionado para os diversos
3311 sistemas aquíferos, com isso, por exemplo, no caso específico do rio de ondas lá
3312 na Bahia, poderia se triplicar a área irrigada e ainda assim, na Bacias do rio das
3313 Fêmeas que já está com 100% do volume outorgado, se nós fizéssemos esse
3314 processo, nós poderíamos triplicar a irrigação na área e ainda assim só
3315 estaríamos usando 60% do que 90%, ou seja, nós caímos de uma Bacia que
3316 chegou ao limite, 80%, temos espaço para triplicar a produção irrigada e ainda não
3317 chegar, de novo, no limite dos 80% Então, esse daqui são os cálculos simples que
3318 eu transformei alguns modelos analíticos em Excel, para poder ser utilizado de
3319 maneira simples pelos gestores, nos quais eles podem colocar as distâncias do
3320 poço e rio para calcular qual vai ser o impacto da retirada. Em azul você veja é o
3321 impacto se a captação fosse direta no rio, em vermelho se a captação fosse no
3322 poço. Isso ao longo de um período de 365 dias, com isso, como a irrigação é
3323 sazonal, na época da chuva é que seria sentido o maior impacto dessas retiradas,
3324 mas não se cria água, o sistema que é apenas um, vai ter menos água, é só que
3325 nós estamos agora, utilizando a água da cheia e com isso as nossas
3326 disponibilidades hídricas aumentam muito. E a custo da redução da vazão dos rios
3327 nos períodos de cheias, ou seja, vamos ter menos perdas por inundação de

cidade, como está acontecendo no Rio Grande do Sul agora, porque se reduzimos o escoamento superficial, nós estamos aumentando a infiltração e estamos diminuindo o risco de enchentes desastrosas, ao mesmo tempo em que vamos aumentar as vazões dos rios nos período de seca. Então, um exemplo do que pode ser feito. Esse foi um trabalho realizado pela EMBRAPA e pela UFBA lá também na região, ele mostra que lá no latossolo típico, porque lá é cerrado, você tem uma infiltração natural de 125mm por m² é quanto da infiltração efetiva entra lá, nas áreas onde estão com o cultivo tradicional, esses 125mm cai para 56mm e isso daí quando você multiplica pela área é o mesmo que você colocasse milhares de poços tirando água subterrânea sem ter poço nenhum, só porque você não recarrega mais o aquífero. Então, a Q90 e a Q7,10 só vai decair. Já você alterando o sistema de cultivo para um sistema que preserve o solo, simplesmente técnicas de combate a erosão, só isso, você pode chegar a aumentar essa infiltração para 135mm, mais do que na área natural, o que significa que a Bacia pode no final, chegar a ter mais água do que o que ela tinha antes do homem iniciar as suas ações antrópicas naquele local. Então, resultados esperados da gestão integrada: substituindo as outorgas superficiais por subterrâneas. Retirar o impacto dos rios na seca. Incrementando a recarga reduzindo o escoamento superficial, incrementar a vazão dos rios nas secas. Tudo isso ao custo das vazões dos rios nos períodos de cheia. Então, maiores volumes ficam disponíveis para outorga beneficiando, é claro, a economia e a sociedade, rios com maiores volumes no período de seca, beneficiando não só a economia e a sociedade, mas também beneficiam o meio ambiente, e o menor assoreamento e contaminação dos rios, porque se nós vamos deter o escoamento superficial vai haver menos assoreamento e menos contaminação dos rios. É um jogo de ganha-ganha todas as partes saem ganhando. Só que isso exige uma renovação do conceito de outorga, como nós outorgamos hoje em dia, exige mudar o nosso pensamento para outra forma de pensar, mas isso vai nos permitir um processo mais eficiente, do ponto de vista econômico, social e ambiental, isso, inclusive mexe com outros instrumentos como a cobrança, porque, por exemplo, determinados usuários que não usam água podem comprometer a garantir a infiltração de água em seus territórios, essas pessoas não seriam nem usuários, seriam pessoas que iriam ajudar a incrementar mais águas para outros usuários e esse usuário recebedor, e eu chamei de recebedor apenas por uma falta de um nome, poderia até ser recompensado pelo incremento da água que com certeza os outros produtores apagariam com alegria, para ter mais disponibilidade e poder ter mais produção. Basicamente era isso aí. Muito obrigado pela atenção de vocês. Basicamente é isso. (*Palmas!*) Um detalhe importante isto não é a norma que estamos discutindo no Grupo de Trabalho, isto é um exemplo de como e porque a gestão integrada deve ser aplicada e porque é importantíssimo que isso seja normatizado, principalmente nas condições atuais. Certo? É isso aí. Muito. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) –
Obrigado Zoltan. Já tenho três pedidos de inscrição, os dois aqui primeiro

3373 levantaram ao mesmo tempo, Jussara e Ivo Mello e como Jussara é mulher e a
3374 questão de gênero pesa muito para esse governo, por favor, Jussara, primeiro, Ivo
3375 Mello e depois, por último o Lineu ali atrás, ainda tem mais um, temos quatro
3376 inscrições. Mas a Jussara ganha de todos.

3377
3378
3379 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Obrigada pela deferência. Muito
3380 interessante, inclusive o entusiasmo dele na apresentação. Eu já tive a
3381 oportunidade de trabalhar em projetos de pesquisa, em rede pesquisa com várias
3382 instituições no País, uma grande rede de um dos editais do CT-Hidro, realizado
3383 pela FINEP, que tinha esse objetivo, gestão integrada. Então, na realidade, era
3384 para ser gestão integrada outorga, enquadramento e cobrança. E, na realidade, o
3385 estudo se aprofundou entre águas subterrâneas e superficiais, porque eu estou
3386 falando isso? Porque essa preocupação não é de agora, é extremamente, fico
3387 muito feliz que esteja, que tenha entrado nessa pauta, estive na Reunião da
3388 CTPOAR e soube desse Grupo de Trabalho, mas Marcelo, a minha fala é
3389 justamente para puxar uma coisa importante, que nos incomoda muito, quem
3390 trabalha com esses recurso de CT-Hidro, que é a nossa área, a nossa parte, que é
3391 a pesquisa a Academia enfim. O CT-Hidro antes, uns anos atrás, nós tínhamos
3392 pesquisa de gestão. Então, nós tivemos redes de pesquisa com 21 Universidades,
3393 desenvolvendo metodologias para outorga, metodologias para cobrança, para
3394 enquadramento, algumas aí já difundidas, outras ainda meio esquecidas e de uns
3395 anos para cá nós não temos isso. Essa experiência que nós tivemos nessa da
3396 integração é uma experiência que lá na CTPOAR eu pedi que fosse chamados os
3397 coordenadores do projeto, porque trabalhamos em dois aquíferos muito distintos,
3398 um fraturado e outro é de outra condição, o Guarani, lá no Sul, na Bacia do rio
3399 Santa Maria. E nós conseguimos como resultado desse trabalho de três anos com
3400 pesquisa de campo, com coleta de dados e um trabalho muito intenso,
3401 conseguimos ter Diretrizes para outorga de água subterrânea integrada com
3402 superficial, tanto no sistema quanto no outro, com outras abordagens e enfim.
3403 Então, isso é muito positivo e nós obtivemos Diretrizes para cinco condições,
3404 superficial, subterrânea integrada, cobrança, enquadramento outorga. Então, é
3405 extremamente importante resgatar isso e eu acho assim que todo o trabalho e
3406 esforço feito pelos editais do CT-Hidro, nós colocamos isso na Câmara Técnica do
3407 Plano, nos nossos relatórios, e volto a reforçar esses relatórios precisam sair das
3408 gavetas do FINEP, precisam trazer para cá para ser discutido, para os gestores
3409 conhecerem, tem muita coisa boa, tem muita coisa para melhorar, mas tem muita
3410 coisa que já dá para aproveitar. Eu faço esse registro aqui, parabenizo pelo
3411 trabalho realizado na Bahia. É esse o caminho, nós precisamos investir e
3412 investigar, descobrir os métodos, porque nós precisamos aprender, tem muita
3413 coisa que não sabemos. Então, nós precisamos da pesquisa para poder auxiliar a
3414 gestão. Obrigada.

O SR. IVO MELLO (IRRIGANTES) – Obrigado Marcelo. Ivo Mello, Irrigantes. Primeiro, além de parabenizar Zoltan pela apresentação, parabenizar a nossa secretaria executiva por trazer esse tema importante para a Plenária e também nós gostaríamos de uma reflexão, nós já falamos esse assunto em outras oportunidades, porque, por exemplo, eu e Wilson aqui, o Wilson Bonança, representamos irrigantes e irrigantes não é mais do que 5 milhões de hectares, dos 60 ou 70 milhões de hectares que tem de agricultura, de área antropizada, modificada que também são usuários de água e você colocou ali, você não sabe se é usuário que faz bem feito a sua ocupação de solo, se ele é usuário ou não, eu tenho certeza que é ele é.

O SR. ZOLTAN ROMERO (Sema/BA) – Ele é. E está diminuindo, é o maior usuário.

O SR. IVO MELLO (IRRIGANTES) – E normalmente as vagas que nós representamos aqui é daquele percentual pequeno de agricultores que usam a água, seja de fontes de captação direta, ou de subterrânea, ou de reservação, que estão, porque claro, na concepção do Conselho, quem é que usa a água? O irrigantes e não aquele detentor do espaço rural que é o maior usuário ou que mais interfere desde que ele faça boas práticas de manejo de solo. E você colocou ali, plantio direto com qualidade, inclusive, eu não sei se o Lineu vai falar isso, mas eu até comentei que é trabalho da EMBRAPA, mostra que é melhor ainda do que a Mata, ou que o Cerrado, vamos dizer assim, que o Cerrado tem as suas limitações, que nós conhecemos, mas o que eu gostaria de deixar assim, é que também a região de onde eu venho, lá no interior do Estado do Rio Grande do Sul, nós também praticamos esse conceito, não tanto com a irrigação, ou com a integração do recurso subterrâneo, porque ele é um pouco cara o de retirar para fazer a irrigação, na nossa região, as nós fazemos o que você disse, vamos captar essa água o mais distante da calha do rio. Então, reserva ela lá em cima nas nascentes e utiliza na época em que faltar água, ou que tem menos chuva, ou que tem menos pluviosidade e aí você contribuiu, você colabora para diminuir a velocidade. Então, mais ou menos dentro dos conceitos que você colocou, nós também trabalhamos nessa lógica e queria exatamente colocar um desafio até para que esse case, lá inclusive a turma está preparando uma apresentação disso, já que ele falou. Eu ia deixar para falar depois, mas depois nós vamos enviar ofício e etc. porque nós gostaríamos de apresentar também, como fazer gestão usando o que você disse, nós vamos irrigar com a água da cheia, não com a água da seca, não com a água da falta, nós vamos irrigar e vamos usar a água daquela que a natureza está nos proporcionando, na época que ninguém precisa irrigar, porque é quando mais chove mesmo, que não tem evapotranspiração. Pelo menos para nós. Nós usamos, guarda, reserva e faz a reservação para usar na época que tem mais evapotranspiração e colaboramos para que, vamos dizer

assim, o regime hídrico tenha mudado muito nesses últimos. Então, era isso, meus parabéns. Marcelo, nós vamos com certeza trazer isso para.

O SR. ZOLTAN ROMERO (Sema/BA) – Tem uma coisa que eu tenho que mostrar, porque o que ele falou é bem importante e talvez nem todos tenham percebido isso com clareza. Bom, vamos voltar aqui um pouquinho, esse quadro aqui que eu coloquei logo no começo é uma indicação gravíssima do que está acontecendo, veja só, isso aqui já foi retirada as outorgas que nós demos lá e os rebaixamentos das outorgas. Então, sobrou isso daqui, teve este resultado, teve essa alteração do uso do solo, teve esse resultado nas vazões de seca. Então, o resultado da ocupação do solo nas vazões de seca e inevitável, não precisa ser um grandes hidrólogo para saber que é exatamente isso que acontece. Então, este impacto aqui é o maior de todos, superando a irrigação e superando a captação de água de poços, que fica em último lugar, disparado nessa disputa toda. Então, é, como eu disse, e aqui é uma proposta, como eu disse, diferente, que precisa mudar o conceito de outorga, de visão do que é o sistema hídrico, esquecer que o sistema hídrico não é só rio, é rio e aquífero e é isso que é a mudança que é essencial, que precisa ser feita nos nossos conceitos.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES (MAPA) – Boa tarde. Lineu, Ministério da Agricultura, EMBRAPA. Zoltan, parabenizar pelo trabalho, está tarde já, não vou tomar muito tempo. Tem uma questão que depois eu queria conversar melhor com você, primeiro eu acho que esse gráfico seria interessante se ele viesse acompanhado do aumento das demandas, porque não dá para saber, esse decréscimo aí o que é realmente função...

O SR. ZOLTAN ROMERO (Sema/BA) – Esse daí já abati as demandas aí.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES (MAPA) – Ah, já! Achei interessante porque isso agrega, o Ivo já comentou bastante, eu ia falar da questão do plantio, essa questão da conservação da água do solo, eu acho que ela é fundamental principalmente, para esse momento de recarga. E a recarga, na verdade, só para retirar, não sei se foi um entendimento errado, que eu tive, ela não é função só da infiltração, na verdade ela é uma combinação da infiltração e da evapotranspiração, você pode ter uma determinada combinação que você tem infiltração e uma maior evapotranspiração e essa combinação dá de tal forma que uma área que você tem maior infiltração, vai ter menor recarga. Então, é uma combinação dos dois fatores, o case que o Zoltan mostrou, eu acho que é fundamental, eu costumo dizer que nós temos só uma água, nós ingênuos dividimos a água subterrânea. Agora, tem tal de água verde, água azul, água cinza, mas é só uma água que nós temos. A questão que eu fiquei, interessante,

eu acabei de publicar um trabalho sobre isso, avaliando a possibilidade de utilizar a água subterrânea para o aumento de área irrigada, aí ficou algumas questões que eu coloco para pensar, até como estou falando no Conselho aqui, eu acho que isso é bom ficar registrado. Primeiro o tipo de aquífero, que tipo de aquífero que nós estamos trabalhando, porque nós temos no Brasil todo, um trabalha no outro, é um aquífero fraturado, se não é, a Jussara colocou como ele se conectam, não é? De repente você está tirando água de um ponto, onde isso vai interferir? Onde que é recarga? Isso é muito difícil avaliarmos. Agora, é um trabalho excelente ele tem um valor, mas nós temos que realmente fazer essa análise de uma forma, nós aqui no Conselho e, eu agora com a minha carapuça de pesquisador, sempre visando chamar consciência, ter consciência para esse lado e para esse outro lado. E para finalizar, nós mostramos trabalhos recentes da Embrapa, mostrando quando substituiu o cerrado, por exemplo, com uma vegetação de pastagem, pastagem boa, com braquiária, bem adapta as nossas condições, devido ao sistema articular mais robusto a infiltração aumentou. Então, isso é um balanço, quando se analisa essa questão água, na verdade cada caso é um caso, fazer a análise mais. Parabéns pelo trabalho, eram só algumas questões.

O SR. ZOLTAN ROMERO (Sema/BA) – E o que você está dizendo, é por isso que eu não estou apresentando aqui a discussão do GT sobre gestão integrada nacional, porquê? Porque nós estamos tendo uma dificuldade, eu estou procurando facilitar isso, mas é um pouco difícil de estabelecer normas gerais com coisas que variam localmente de forma tão dramática quanto é os aquíferos, entretanto, como eu disse até ao meu colega Wilson Bonança, não é porque isso é difícil não, mas tem que ser feito, porque se não for feito nós vamos simplesmente esperar para que aconteça coisas como essa aqui, ou como esta daqui. Então, é a hora e a vez de começarmos a discutir esse assunto e de como ele pode se tornar uma pauta realmente da gestão de recursos hídricos, porque infelizmente ainda não é. Com raras exceções, não é.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado Zoltan. Eu vou passar agora a sessão de informes, após as apresentações. E, me desculpe, pulei uma inscrição. A do Ministério dos Transportes? Da agricultura. Estão se resolvendo, ou quer fazer? Eu já tinha registrado a inscrição e pulei. Me desculpe.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA (MAPA) – Na verdade. Boa tarde a todos. Eu sou o Silvério do Ministério da Agricultura, mas na realidade o que ia perguntar praticamente já foi respondido, eu quero apenas parabenizar pelo trabalho, é uma iniciativa, é um trabalho inovador. Nós lá no Ministério da Agricultura nós criamos a nossa Coordenação de Irrigação e controle e combate aos efeitos de seca.

Então, nós estamos desenvolvendo várias linhas de trabalho, mas mais especificamente eu quero dizer que eu faço parte de um Grupo de Trabalho que está responsável pela formulação da Política Nacional de conservação de solo e água e na realidade eu queria que os Zoltan, me subsidiasse com esse trabalho para eu pegar alguns conceitos para jogar nessa proposição, o resto já foi atendido as minhas observações. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Eu vou passar para os informes, nós temos duas inscrições para informes, a primeira é do Conselheiro Paulo, que me pediu para falar em nome dele, no dia 4 a 9, de outubro, ocorre em Caldas Novas, no Estado de Goiás, o 17º ENCOB, o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas e as inscrições ainda estão abertas. A segunda inscrição que eu tenho é da Jussara, da ABRH. Tem mais um? E Ivo Mello. Então, eu tenho três.

A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH) – Eu de novo. Agora, o informe que eu queria falar é um convite que eu faço a todos. Em novembro agora, no dia 22 a 27, de novembro, é o grande evento da ABRH que ocorre a cada dois anos. Este ano não poderia ser diferente, em função de toda a situação que nós discutimos hoje aqui, questão de crise hídrica e etc., as dificuldades que nós estamos passando nos últimos dois anos, nos últimos três anos se considerarmos aí o problema nordestino, não só de falta d'água, mas os excessos também que nós passamos recentemente. Isso nos leva a temática do ano, nós temos, o nosso Simpósio geralmente tem uma estrutura, pela manhã trabalhos técnicos e aí nós temos 1160 trabalhos técnicos inscritos, pela tarde nós temos 12 espaços de debates. Nesses 12 espaços de debates nós estaremos discutindo o SINGREH. Desde o projeto, estudo feito pela a Câmara dos Deputados a todas essas questões que foram colocadas aqui hoje, estarão sendo discutidas, não só pelo pessoal brasileiro, mas também os países de Língua Portuguesa estarão conosco. Nós vamos discutir segurança hídrica, segurança de barragem, usos múltiplos e gestão integrada. Nós vamos rever o nosso Sistema, porque o nosso Parlamento, os nossos Conselhos, os nossos Comitês, enfim. Nós vamos repensar tudo. Então, são 12 espaços de debates, inclusive ciência e tecnologia. Na terça-feira nós estamos construindo junto com o pessoal da ANA e da Austrália um dia inteiro de água e economia refletindo sobre esses aspectos do que essas crises refletem na economia e como a economia reflete as dificuldades que nós vamos ter que enfrentar com relação aos Recursos Hídricos, além disso, nós estaremos lançando no Simpósio o movimento pela redução da perda de água na distribuição que é um movimento pacto global da ANA, vai ser lançado no nosso evento. No nosso evento também estaremos com um trabalho junto com a SRHU de divulgar e buscar o máximo possível de contribuições para a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Deixa ver se eu não estou esquecendo nada importante aqui para vocês. Estaremos também com o observatório das águas, que é um

movimento que está sendo criado e eles devem estar presentes durante o evento para apresentar isso e estamos preocupados como uma instituição que também é preocupada com capacitação, com a renovação e etc. pensando na juventude e com isso nós estamos lançando, foi um trabalho que nós vínhamos pensando em como fazer e de repente apareceu uma oportunidade, nós conhecemos uma menina que estava no Conselho Mundial da Água, Fórum, na Coréia representando o Brasil como representante da Secretaria Internacional da Água e conversando com ela, ela sugeriu vamos fazer algo parecido, vamos usar aquele modelo para fazer no Brasil. Então, nós estamos com o edital lançado até o dia 30, de setembro nós não pretendemos estender o prazo, porque ele já está curto, mas se precisar nós prorrogamos aí mais uns 4 dias o prazo de inscrição qual é a ideia? Que selecionemos jovens interessados, já atuantes, que estejam engajados nessas questões todas, das mais diferentes formações, eles querem que sejam de diferentes formações justamente por conta da transversalidade, dois jovens por Estado. E estão abertos e peço a todos vocês que nos ajudem a divulgar, estaremos fazendo um treinamento com eles, enfim nós temos todo um trabalho que está sendo planejado com eles. Tem toda uma parte muito interessante mais lúdica, já temos a confirmação da Orquestra Sinfônica para quinta-feira, a abertura será no domingo, eu acho que, várias visitas técnicas em várias instituições, uma do Pípiripau, junto com a Embrapa, a experiência dos PSAs e outras Bacias que serão conhecidas. Além disso, serão três cursos técnicos um de vazões mínimas para licenciamento, modelos para pequenas Bacias que dê embasamento para os licenciamento e outorgas, um para grandes Bacias e outro de saneamento básico cujo o público alvo, inclusive são os nossos colegas dos países Africanos. Construído junto com o pessoal da UNESCO e o pessoal da ANA. Acho que em linhas gerais é isso. Eu vou deixar para quem, para vocês um relatório, uma revista que conta um pouco do evento de Bento, de 2013 e um institucional da ABRH. Obrigada.

O SR. IVO MELLO (IRRIGANTES) – Eu só queria aproveitar os informes, eu queria aqui, até que está presente o nosso diretor e gestor de recursos hídricos do Rio Grande do Sul, o Fernando Meireles, eu queria em nome dele parabenizar a secretária Ana Pelini, que proporcionou a outorga de uma barragem que data de 1947 do Instituto Rio-grandense do arroz, agora na semana passada entregue a outorga que impedia, inclusive irrigantes de concorrer a créditos no Banco do Brasil, porque a legislação não permite que sem licença e sem outorga concorra a créditos subsidiados pelo Tesouro Nacional e finalmente para o entendimento do nosso diretor, nós conseguimos, claro mediante várias condicionantes, mas eu queria só chamar a atenção, porque esse barramento data, na construção de 1947, o Instituto Rio-grandense do Arroz tem 75 anos, completou esse ano, 75 anos. E sempre fazendo gestão, sempre fazendo gestão de águas para irrigação e sempre fazendo o que o professor da Bahia acabou de colocar aqui, guardar quando está sobrando para usar quando temos falta e quando tem diminuição de disponibilidade hídrica. E nós, de novo, Marcelo, vamos trazer o assunto, nós

vamos trazer oficialmente aí para que esse case do Estado do Rio Grande do Sul, seja apresentado, porque é, sem dúvida nenhuma, dentro dessa perspectiva de usuário que atua pró ativamente no ciclo hidrológico, nós temos certeza que o que têm se feito no Rio Grande do Sul tem muito a ver com o que professor colocou de desafio, para que nós peguemos exatamente, com o conhecimento hidrologia, nós possamos atuar no momento mais adequado para fazer a gestão adequada dos recursos hídricos. Só para vocês saberem essa barragem, provavelmente é, da região de Atlântico Sul, o maior empreendimento o maior barramento para irrigação de toda 11ª Bacia do Atlântico sul, do nosso sistema nacional. Barragem do Capané, no Município de Cachoeira do Sul. Obrigado.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Secretário Executivo do CNRH) – Obrigado conselheiro. Eu tenho um último informe, como bem lembrado pela Jussara, nós estamos em processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, há um processo de revisão estabelecido isso foi feito dentro do âmbito da Cama Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, nós abrimos a fase, recentemente, de consultas públicas, sobre as revisões que estamos fazendo e essas consultas inicialmente vão ser dadas por meio de formulários, nós temos formulários dirigidos a públicos específicos e nós já estamos com os formulários para pessoas que pertencem a colegiados de recursos hídricos, tanto Conselho Nacional e Estaduais, quanto Comitês de Bacias, nós vamos começar a distribuir, brevemente vocês receberão os formulários para que respondam e nos passe os seus anseio sobre a revisão. Bom, encerrado os informes eu gostaria de agradecer a presença de todos, tivemos um dia bem longo, mas foi muito produtivo, eu agradeço por todos terem vindo ao Conselho e trabalhado aqui hoje. Eu peço apenas que entregue os crachás e os cartões de votação na entrada, para que possam ser usados na próxima Reunião e declaro encerrada essa sessão Plenária. Obrigado a todos.

(Palmas!)